

POR ELAS E POR NOSSAS LUTAS



*igualdade e justiça nos debates
de gênero e diversidade nas
sociedades contemporâneas*



Organizadoras:

**Regiane Cristina Tonatto e
Renata Peixoto de Oliveira**

ORGANIZADORAS

Regiane Cristina Tonatto

Renata Peixoto de Oliveira

**Por Elas e por nossas lutas:
igualdade e justiça nos debates de gênero e
diversidade nas sociedades contemporâneas**



1ª Edição
Foz do Iguaçu
2020

© 2020, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Editoração: Lucas da Silva Martinez e Valéria Lago Luzardo

Diagramação: Valéria Lago Luzardo

Capa: Marco Polo Gomes de Azevedo

Revisão: Regiane Cristina Tonatto e Renata Peixoto de Oliveira

ISBN 978-65-86746-05-1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T663 Tonatto, Regiane Cristina

Por Elas e por nossas lutas: igualdade e justiça nos debates de gênero e diversidade nas sociedades contemporâneas / Regiane Cristina Tonatto, Renata Peixoto de Oliveira (Organizadoras). 1. ed. - Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2020. 172 p.

PDF - EBOOK

Inclui Bibliografia.

ISBN 978-65-86746-05-1

1. Igualdade. 2. Justiça. 3. Gênero. 4. Diversidade. I. Tonatto, Regiane Cristina. II. Oliveira, Renata Peixoto de. III. Título.

CDU: 305

CDD: 300

Observação: Os textos contidos neste ebook são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC

Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino

Diretor-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós

Diretora Vice-Presidente

Me. Rafael Henrique Cruz de Sousa

Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino

Editor-Chefe

Me. Giovanni Orso Borile

Editor-Assistente

Me. Lucas da Silva Martinez

Editor-Chefe Adjunto

Ma. Rocheli Regina Predebon Silveira

Editora-Assistente

Me. Agnaldo Mesquita de Lima Junior

Editor-Assistente

Bela. Valéria Lago Luzardo

Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán

Universidad Veracruzana, México

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Marie Laure Geoffray

Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dr. Djalma Thürler

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão

Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Daniel Levine

University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo

Universidad de Guadalajara, México

Dr. Fabricio Pereira da Silva

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdetaro

Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzaín

Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino

Faculdade Integrada de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto

Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo

Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

Breve histórico das lutas e dxs lutadorxs do CEEGED	5
<i>Carla da Conceição Mores Gastaldin, Maria Aparecida Webber</i>	
Prefácio — A luta das mulheres, desvelando o colonialismo e o patriarcado	11
<i>Ana Maria Colling</i>	
Introdução	20
<i>Regiane Cristina Tonatto, Renata Peixoto de Oliveira</i>	
Capítulo I — A violência das múltiplas jornadas de trabalho atribuídas às mulheres	26
<i>Élen Cristiane Schneider</i>	
Capítulo II — A representação das mulheres nos espaços de poder: realidade e desafios	41
<i>Fernanda Sobral Rocha</i>	
Capítulo III — O papel das mulheres na negociação de paz entre o governo da Colômbia e as FARC (2012-2016)	48
<i>Livia Brito Barbosa, Elena de Oliveira Schuck</i>	
Capítulo IV — Yabá na Luta: Mulheres Negras entre Fronteiras	64
<i>Ângela Maria de Souza, Janaína de Jesus Lopes Santana, Juliana Zacarias, Laís Cabral Neckel</i>	
Capítulo V — A autodefinição e o empoderamento de mulheres haitianas estudantes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana	80
<i>Karina Schiavini</i>	
Capítulo VI — Mulheres da voz e da palavra: gênero e protagonismo feminino no rádio	93
<i>Maria Inês Amarante</i>	
Capítulo VII — Onda Lilás, Lenços Verdes e Ele não: mulheres pela democracia	105
<i>Stephany Mencato, Renata Peixoto de Oliveira</i>	
Capítulo VIII — Um corpo marcado e subjugado pela raça e pelo gênero: a situação da mulher transgressora da lei	120
<i>Lúcia Mariaci Ribeiro Martins</i>	
Capítulo IX — Feminismos e Transculturalidade: um olhar à historiografia dos estudos de gênero-raça no Brasil	130
<i>Cleusa Gomes da Silva, Dayse Mara Bortoli</i>	
Capítulo X — Centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência Rejane Marisa dal Bó — CRAM de Foz do Iguaçu/Paraná	139
<i>Ana Luisa Hickmann, Kiara Heck</i>	
Capítulo XI — Casa Abrigo: proteção, igualdade e justiça às mulheres em situação de violência doméstica de Foz do Iguaçu/PR	150
<i>Bruna Homem de Souza Osman, Jessica Aparecida Soares</i>	
Capítulo XII — Gênero em tempos de cólera: estudo de caso dos <i>campi</i> avançados do Instituto Federal do Paraná	160
<i>Michele de Oliveira Jimenez, Milene Lourenço Rocha Leitzke</i>	

Breve histórico das lutas e dxs lutadorxs do CEEGED

Carla da Conceição Mores Gastaldin *

Maria Aparecida Webber **

É com muita satisfação que compartilhamos nesse espaço um breve histórico das lutas empreendidas ao longo de anos por estudantes, técnicxs e docentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) para a formulação de uma Política de Equidade de Gênero, fundamental para que hoje tenhamos um Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade (CEEGED) na instituição. Emprestando as memórias e relatos dispostos no Texto Base da Política de Equidade de Gênero (PEG), trazemos as vozes de muitas companheiras e companheiros que iniciaram essa construção a partir dos encontros “Mulheres na Universidade”, no ano de 2015, e do Fórum de Equidade de Gênero da UNILA, nos anos de 2015 e 2016. Somaram-se, ainda, diversos encontros, seminários e GTs os quais participaram pessoas de toda a comunidade acadêmica UNILA.

No processo de amadurecimento das discussões e envolvimento institucional foi formalizada, em 2016, a Comissão de Implementação e Acompanhamento da Política de Equidade de Gênero da UNILA – CIPEG (Portaria nº 967/16), composta pelas Professoras Ana Paula Araújo Fonseca, Elen Cristiane Schneider e Patricia Zandonade; as TAES Ana Paula Nunes (Assistente Social), Cristiane Garcia Pires (Socióloga) e Helen Jane Passeri (Psicóloga) e as estudantes Cynthia Jazmin Luna Montalbetti (Chichi) e Macarena Mercado Mott. Muitas outras unileiras e unileiros se somaram a esse processo e contribuíram na construção textual e política da PEG.

Em 19 de junho de 2017 o Conselho Universitário da UNILA aprovou, por meio da Resolução nº 18/2017, a Política de Equidade de Gênero da UNILA. A aprovação não compreendeu todos os pontos e anseios propostos na redação inicial, mas garantiu o comprometimento no desenvolvimento de ações nos eixos de Enfrentamento da violência de gênero; Inclusão da maternidade e da paternidade; Direitos da comunidade LGBTQI+ e Relações étnico-raciais.

* Psicóloga na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Mestra em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Unioeste/Foz. Especialista em Gestão de Políticas para a Infância e a Juventude.

E-mail: carla.gastaldin@unila.edu.br

** Administradora na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutoranda em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Unioeste/Foz e Mestra em Antropologia pela UFPR.

E-mail: maria.webber@unila.edu.br

O sonho de uma Secretaria de Equidade de Gênero, solicitada no Texto Base da PEG, não foi materializado naquele momento e, até setembro de 2018, a PEG, apesar de aprovada, não tinha sido implementada na universidade.

Devido à latente necessidade de uma instância que envolvesse a comunidade universitária na luta pela equidade de gênero, estimulando uma cultura de combate ao preconceito, à discriminação, à violência de gênero e promovendo o acolhimento da diversidade, o CEEGED foi criado.

Conforme narrado, não podemos referenciar o nascimento do CEEGED ao dia de sua criação institucional – 12 de setembro de 2018; não seríamos justas com a história. Não é demais sempre reforçar as centenas de vezes que ecoaram e nos trouxeram até este setembro, tal qual um barco que somente chega à margem embalado por correntes e ondas marítimas. Essas viagens só se fazem sustentadas por um desejo de avançar para outro lugar, conhecido ou não, mas sem dúvida pensado, imaginado e idealizado. É sempre por se fazer “um outro”, especial e inovador, que um grupo se fundamenta e busca o reconhecimento de uma causa. Há sempre uma mensagem de contra-cultura a comunicar, um projeto comum, que, nesse caso em especial, soma-se aos anseios não só de uma comunidade universitária, mas de toda a luta de uma sociedade pela igualdade de gênero.

Utilizamos da metáfora do barco porque nenhum discurso ou lugar é construído sem que antes ele tenha existido no desejo das pessoas, pois são elas que dão vida e corpo a um ideal. Emprestar o corpo a uma luta é coisa séria porque toma tempo, energia e desgasta, mas ao mesmo tempo é sempre possível ver ali um sonho, uma paixão, algo do coração. Nós, do CEEGED, comprometemo-nos com essa jornada podendo contar com uma espécie de mapa para guiar nossa viagem, materializado na Política de Equidade de Gênero construída a muitas mãos; desenhada por companheiras fortes que acreditam em um mundo melhor para todas as mulheres e as minorias, em todas as intersecções possíveis.

Na ocasião do segundo passo em “terra firme” – a institucionalização do Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade – nós éramos três servidoras mulheres, algumas mais e outras menos familiarizadas com alguns dos temas da PEG por vivências institucionais e pessoais, e com grande vontade de aprender e atuar nas temáticas do comitê. Inicialmente, o CEEGED foi composto pelas servidoras Carla Gastaldin (Psicóloga), Maria Aparecida Webber (Administradora e Antropóloga) e Regiane Tonatto (Técnica em Assuntos Educacionais/Pedagoga).

Em maio de 2019 o CEEGED ganhou força com o ingresso da sua quarta integrante, também feminista e estudiosa das questões que envolvem as mulheres, a Professora Renata Peixoto, do curso de Ciência Política e Sociologia da UNILA.

No início, duas servidoras possuíam dedicação exclusiva ao CEEGED e uma das membras assumiu a carga horária de meio período no setor. Logo em seguida, uma das servidoras em trabalho integral afastou-se por meio período e, hoje, encontra-se em afastamento total para pós-graduação. Atualmente o comitê conta com o trabalho de uma servidora em regime de 40 horas e outra em regime de 20 horas semanais, além da composição e colaboração de uma servidora docente em trabalhos técnicos do comitê.

Sobre nossa trajetória, lembramos, ainda, da apreensão inicial gerada pela responsabilidade de tratar de temas tão importantes e delicados, pertencentes a um fazer profissional que não dominávamos. Nosso primeiro movimento, enquanto integrantes do comitê, foi o engajamento e inserção na Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres existente no município de Foz do Iguaçu, na expectativa, também, de nos capacitarmos para a empreitada que estaria por vir.

Com a aproximação às entidades da Rede retomamos a participação da UNILA nas reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e, rapidamente, ainda em 2018, formamos parte da maior campanha nacional de prevenção e combate à violência contra a mulher: os “16 dias de Ativismo”. Fizemos questão de participar ativamente da maioria das ações e ouvir muitas palestras sobre o tema. Ofertamos uma atividade piloto, que mais tarde se tornaria um lindo projeto de extensão: o lançamento de foguetes que propiciou o contato inicial de meninas do ensino fundamental I com o universo da ciência, em especial com as áreas exatas (tão pouco ocupadas por mulheres).

Faz-se importante reconhecer a seriedade de várias instituições na capacitação e apoio para a realização das atividades do CEEGED, pois desde o início essas instituições se mostraram abertas a colaborar. Inicialmente é justo citar o Centro de Referência ao Atendimento de Mulheres em Situação de Violência (CRAM), representado nesse livro pelo texto da sua coordenadora Kiara Heck, que foi desde o início um grande parceiro. Dessa instituição ouvimos, enquanto um órgão especializado e experiente na área da violência contra as mulheres, relatos de experiências, indicações, ensinamentos e conselhos. Precisamos citar, também, muitas outras instituições (assumindo o inevitável risco de deixar de citar algumas) como a Guarda Municipal, a Delegacia da Mulher, a Polícia Militar, a Prefeitura Municipal (também representada no livro na produção da secretária municipal de direitos Humanos Rosa Gerônimo), a ONU Mulheres, os coletivos da fronteira e da UNILA, além de pessoas de dentro e de fora da comunidade unileira que, por iniciativa individual, se dispuseram a ajudar.

Em paralelo à aproximação com a rede, o CEEGED passou a auxiliar as diversas instâncias da UNILA nas questões relativas à gênero, promovendo atividades e realizando parcerias com os setores. Nesse sentido gostaríamos de destacar a parceria entre o comitê e o projeto “Encontros pela Diversidade”, que hoje cresceu e se tornou a “Rede Encontros pela Diversidade”. O CEEGED passou a fazer parte dos “Encontros”, que agora

possui direção colegiada representada por cada uma das instituições que a compõe. Junto com a “Rede Encontros”, e pertencendo a ela, pudemos também nos capacitar, conhecer outras entidades e realizar atividades dentro e fora da universidade. A primeira coordenadora desse lindo projeto também faz parte do nosso livro: a Professora Cleusa Gomes, do Instituto Latino-Americano de Artes, Cultura e História (ILAACH).

Todas as membras do Comitê tiveram a oportunidade de participar de uma excelente formação ofertada pelo projeto “Universidade Restaurativa” da UNILA, cujo foco era a capacitação para a realização dos Círculos de Construção de Paz (não conflitivos), baseados na metodologia da comunicação não violenta (CNV), utilizada no Brasil pelo movimento da Justiça Restaurativa. Esses ensinamentos foram de extrema importância na definição do tipo de abordagem do Comitê, auxiliando, inclusive, na atuação em conflitos institucionais, no âmbito de sua competência na universidade e a promoção e realização de círculos de construção de paz em diversos espaços, dentro e fora da UNILA.

Como não poderia deixar de ser, desde o início, o CEEGED passou a receber em suas dependências (unidade do Edifício Almada) mulheres em situação de violência de gênero, até mesmo aquelas que detinham medidas protetivas contra pessoas fora ou dentro da comunidade universitária. O procedimento foi sempre acolher, orientar e encaminhar as mulheres para órgãos competentes internos e externos, como a Delegacia da Mulher, o CRAM e a Ouvidoria. Além disso, o CEEGED também procurava auxiliar na resolução de questões da universidade quanto ao cumprimento das medidas protetivas entre membros da comunidade universitária. A fim de ampliar os espaços de circulação do Comitê, o CEEGED se inseriu no mundo virtual por meio das redes sociais – importante canal de comunicação com a comunidade universitária e externa –, e-mail institucional exclusivo (ceeged@unila.edu.br) e página no site institucional (<https://portal.unila.edu.br/reitoria/ceeged>). No início do ano de 2020, a UNILA optou por focar a atuação do CEEGED nos acolhimentos conjuntos e apoio psicológico, mas o surgimento de um problema de saúde pública, a pandemia do Coronavírus, oportunizou ao comitê estabelecer novas formas de comunicação com a comunidade universitária e externa – acompanhando o processo de reinvenção social que o mundo vive atualmente. Em regime de trabalho remoto, uma das formas de trabalho adotadas foram as *lives*, a partir das quais nossos canais virtuais se multiplicaram e se tornaram ainda mais importantes para a continuidade da atuação do CEEGED.

Quanto ao histórico das ações, o CEEGED já promoveu durante toda a sua existência inúmeras atividades de prevenção e formação. Foram muitas as oficinas e rodas de conversa e, em especial no ano de 2019, alçaram voos importantes os projetos de extensão “Meninas na Ciência”; “Precisamos e Vamos falar de Violência!” e “O Vento no seu rosto traz histórias para contar: as histórias de vida de mulheres que convivem em sistema prisional”.

O projeto “Meninas na Ciência” nasceu a partir daquela primeira experiência aqui narrada: a montagem e o lançamento de foguetes por meninas de uma escola municipal de Foz do Iguaçu. Adotando a mesma linha de ação lúdica, o “Meninas na Ciência” buscou incentivar a participação das meninas em áreas da ciência ocupadas predominantemente por homens, bem como o envolvimento dos meninos em atividades domésticas e de cuidado. Todas as ações eram permeadas pelo debate de informações sobre a violência de gênero e sobre a importância do cuidado com as outras pessoas. Já o projeto “Precisamos e Vamos falar de Violência!” acolheu uma iniciativa de estudantes e trabalhou o tema da violência de gênero (considerando suas intersecções) junto a nossa comunidade universitária, através da promoção e participação em eventos dentro da temática. O projeto “O Vento no seu rosto traz histórias para contar: as histórias de vida de mulheres que convivem em sistema prisional” busca levar as mulheres que convivem no sistema prisional (agentes penitenciárias e mulheres em situação de privação de liberdade) a experienciar Círculos de Construção de Paz, permeados pelos princípios da filosofia da alteridade.

Em abril de 2019 um decreto governamental extinguiu todos os comitês e comissões institucionais e estabeleceu parâmetros e regras para recriá-los. A partir desse momento, o CEEGED trabalhou no documento de sua recriação e, apesar de uma pausa nos acolhimentos em parte desse ano, seguiu atuando em outras frentes de trabalho. Em maio de 2020 o CEEGED foi oficialmente recriado através de portaria emitida pela universidade.

Podemos dizer que a luta pela construção de um espaço inclusivo, diverso e democrático rendeu frutos e hoje o comitê é reconhecido interna e externamente como uma área de referência na UNILA para atuar nas questões de gênero. Nesse sentido, a comunidade universitária passou a demandar ao CEEGED não só o acolhimento de mulheres em situação de violência, mas também a atuação na resolução de conflitos envolvendo gênero, parcerias em novos eventos e projetos e o acompanhamento de processos internos da universidade, inclusive no reconhecimento de cursos de graduação.

Apesar das conquistas, o pequeno número de integrantes frente ao enorme escopo de atuação do Comitê, as burocracias de nossa estrutura social e a extrema complexidade dos temas têm sido algumas das pedras ao longo do caminho na construção de uma universidade mais inclusiva. O cenário político nacional dos últimos anos também gerou mudanças na formulação e execução das políticas para mulheres e demais grupos em situação de vulnerabilidade, alterando as configurações e recursos destinados também em âmbito local.

No momento presente podemos, com orgulho, contar o quanto crescemos e permanecemos unidas internamente e com a comunidade, mesmo estando fisicamente

distantes devido ao isolamento imposto pela pandemia. Novos projetos belíssimos nasceram desse difícil período de quarentena como os “Boletins CEEGED”, que já estão em sua terceira edição. Foram abordadas as temáticas da saúde mental e a violência contra as mulheres, a importância do cuidado e do amor (em todas as suas formas) e os direitos LGBTQIA+. Nos encontros virtuais temos tido muitas parcerias para abordar temáticas referentes aos eixos de atuação da PEG, a exemplo de uma de nossas lives sobre a realidade das mães pesquisadoras.

O fato de o CEEGED ter tido forças para prosperar, se reinventar e resistir certamente se deve ao apoio e parceria de muita gente que, mesmo não aparecendo nestas linhas, estão aqui presentes. O mesmo pode ser dito em relação ao nosso mapa, a política de gênero (PEG) que sempre guiou e sustentou os nossos passos. A verdade é que o comitê de gênero é um espaço construído e composto por muitas unileiras e unileiros, hoje materializado em uma pequena equipe que luta para manter a PEG viva e promover o espaço de debate e atuação nos eixos que a compõe. O respeito à diversidade cultural latino-americana nas suas construções sociais relacionadas à identidade sexual e de gênero, bem como todas as complexas relações tramadas a partir dessas construções, é um dos princípios da PEG e orienta as ações do CEEGED na busca de uma universidade mais plural, inclusiva e, ao mesmo tempo, una e diversa.

Por fim, cabe lembrar e celebrar o poder da sororidade na história do comitê, pois apesar do dia a dia, das dificuldades, do contexto sociopolítico e de todos os desafios impostos, pudemos atravessar as águas de mãos dadas, independente da diversidade de opiniões. Em todo o tempo de existência do CEEGED aprendemos que um órgão, nascido sob a égide da diversidade, não pode existir sem que a diferença das pessoas seja suportada, para que se faça dela um elo de crescimento – em vez de permitir que os nós se desatem. Também não se pode guiar um barco sem referenciar-se no mapa que deu origem à viagem, e tampouco se pode chegar a algum lugar esquecendo as vozes que, como o vento em um barco, impulsionam e carregam a nossa história.

O “outro” é sempre a terra que visamos e que nos desafia. Para ela nem sempre estamos preparadas, mas tem sido possível nadar, lutar, aprender. O respeito à diversidade, palavra que está no nosso nome, aspira à inclusão e às minorias. Por esse motivo navegamos, contra a corrente ou a favor dela, em companhia dos desafios sociais e psíquicos do que significa a palavra “incluir”. O CEEGED segue apostando que a luta pela transformação do mundo também nos transforma em pessoas melhores, em melhores navegantes.

A grande mensagem que nossa história pode deixar é que quando a sororidade é possível (apesar das dificuldades), o poder que emana da aliança feminina pode transformar de alguma forma as sociedades, as instituições e nós mesmxs. Isso é sempre, ao menos, uma microrrevolução.

Prefácio

A luta das mulheres, desvelando o colonialismo e o patriarcado

Ana Maria Colling *

É uma satisfação escrever a apresentação desta obra. Ao ler com antecipação os 12 textos que compõem o livro, senti, novamente, a necessidade urgente de falar sobre a história das mulheres. Uma história invisível, desqualificada no mundo do poder e da política, varrida para um canto onde não teria relevância alguma.

Os textos apresentados me lembraram do grande poeta amazonense da resistência, Thiago de Mello, em seu belo poema *Faz escuro mas eu Canto*, onde anunciava: “Faz escuro mas eu canto, porque a manhã vai chegar [...] Vale a pena não dormir para esperar a cor do mundo mudar”. Uma nova manhã deverá chegar, e, para isso, estamos aqui a falar, a escrever, a denunciar, enfim, a resistir. Contamos sobre nossas experiências, nossas lutas, nossas pesquisas. Temos um compromisso acadêmico e de militância social de retirar das sombras sujeitos excluídos pelas narrativas do poder, para se encantar com a cor do mundo. Estes rígidos blocos, estes muros de sombras que tentam desacreditar e até incriminar as questões de gênero e das diferenças, serão abatidos certamente. E obras como essa que ora apresento são uma contribuição prática para isso.

Uma das maiores especialistas em história das mulheres, Michelle Perrot nos lembra que até onde nosso olhar alcança vê-se a dominação dos homens sobre as mulheres, que foram seus narradores, e “[...] entre fugacidade dos traços e oceano do esquecimento, os caminhos da memória das mulheres são estreitos” (PERROT, 2005, p. 31)¹. Estes traços neste grande oceano de esquecimentos (não somente de mulheres, mas também de homossexuais, negros e negras, pobres, violentadas, agredidas), é que as autoras deste livro organizado pelo comitê executivo pela equidade de gênero da UNILA, tentam trazer à visibilidade para compor uma grande narrativa interseccional e diversa.

O capítulo a compor esta obra “*Yabá na luta: mulheres negras entre fronteiras*”, escrito por cinco intelectuais de áreas diversas, propõe um estudo sobre a participação de mulheres negras na Tríplice Fronteira – Brasil, Argentina e Paraguai, no campo da

* Doutora em História. Professora Visitante Nacional Sênior (PVNS)/Capes. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil.

E-mail: acolling21@yahoo.com.br

¹ PERROT, M. *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

educação e produção cultural. Num país que desqualifica a população negra, apesar de ser a maioria, não é diferente no espaço geográfico analisado. As autoras apresentam a resistência cultural dos afrodescendentes como o *Ballet Kamba Cua* e *Afoxê* e a reivindicação de professoras negras para que as meninas se espelhem. Lembram as autoras do ano de 2001 quando a Conferência de Durban deliberou a escravização como crime contra a humanidade, e a década internacional de afrodescendentes (2015-2024). Enfatizam, com propriedade, que a visibilidade negra e a igualdade de oportunidades deveria ser uma luta da sociedade como um todo.

No capítulo intitulado “*Feminismos e Transculturalidade: um olhar à historiografia dos estudos de gênero no Brasil*”, uma historiadora e uma psicóloga analisam a temática sob uma perspectiva decolonial e transcultural para uma narrativa da América Latina. Fazem uma crítica à historiografia brasileira de mulheres, pois, segundo elas, reproduziram os estudos ocidentais. Também interrogam sobre os espaços geográficos onde estavam situadas estas intelectuais. A proposta inovadora deste texto é recuperar as oralidades das mulheres de religiões africanas e umbandas, mulheres indígenas, pobres, lésbicas e transexuais, numa tentativa de dar visibilidade a quem sempre esteve à margem dos relatos historiográficos.

O texto a seguir – “*A representação das mulheres nos espaços de poder: realidade e desafios*”, é resultado de uma pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento que analisou a participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão para elaboração de políticas públicas para as mulheres. Segundo a autora, a proposta fundamental é analisar as apropriações desiguais do espaço, pois o acesso à terra baseia-se em discriminações e desigualdades. Conclui pela necessidade de incorporar as mulheres no planejamento territorial e pela necessidade urgente de pensar formas diferentes de planejamento urbano através da participação de todos e todas nas políticas públicas.

O texto apresentado, “*Casa abrigo: proteção, igualdade e justiça às mulheres em situação de violência doméstica de Foz do Iguaçu*”, trata de uma das temáticas mais delicadas e que reclama mudanças culturais urgentes, pois é a face mais radical da diferença entre os sexos – a violência contra a mulher. As autoras ligadas à área do Direito, analisam os dados da Casa Abrigo de Foz do Iguaçu, com a finalidade de caracterizar o perfil das mulheres que passaram pelo local entre os anos 2004 e 2019, identificando o número de mulheres acolhidas, sua idade e reincidências, com a finalidade de identificar o que a Casa Abrigo proporciona às mulheres em situação de violência doméstica proteção, igualdade de gênero e Justiça.

Em “*A autodefinição e o empoderamento de mulheres haitianas estudantes da universidade federal da integração latino-americana*”, a psicóloga relata o resultado de sua dissertação de mestrado defendida em 2018, que teve como título “*Mawonaj Fanm e Interseccionalidade: Mulheres Haitianas Estudantes da UNILA*”. Este trabalho tem

como ponto de destaque as entrevistas realizadas com mulheres haitianas que estudam em nosso país. Uma das entrevistadas relata que somente quando chegou ao Brasil descobriu-se negra e, imediatamente, deparou-se com o racismo, e como dói o racismo ela relata, e o quanto uma mulher negra neste país é pequena, quase nada. Esta haitiana relata que ao sair na rua muitas pessoas a confundem com prostituta e lhe oferecem dinheiro para sexo. Conclui ela que nas discriminações racistas quem é mais atingido são as mulheres, pois sofrem de brutalidades corporais e frequentes assédios sexuais.

Uma das entrevistadas para o trabalho de dissertação sugeriu à mestrandia uma questão a ser feita às demais entrevistadas: como você se vê? para saber de sua autodefinição. As respostas demonstraram autoestima e autovalorização, o que poderá contribuir para que outras mulheres imigrantes se repensem, resistam com inventividade ao colonialismo.

No artigo de uma das convidadas, volta a temática que tem causado tanta indignação a mulheres feministas – a violência contra a mulher. Uma antropóloga e uma psicóloga escrevem sobre o *Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Rejane Marisa dal Bó - CRAM* de Foz do Iguaçu/Paraná. Os CRAM's existem em vários municípios brasileiros e surgiram como consequência da luta feminista através do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, atribuindo ao Estado o enfrentamento à violência sexual. Iniciados em 2006, os CRAM's são espaços gratuitos de acolhimento/atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania.

Em Foz do Iguaçu – Paraná, o CRAM leva o nome de Rejane Marisa dal Bó, adolescente de 16 anos, morta a tiros no ano de 1977 pelo ex-noivo, e realiza atendimentos e acompanhamentos baseando-se em três pontos fundamentais: autonomia, autoestima e emancipação. Segundo as autoras, o trabalho do CRAM visa também romper o ciclo da violência através da arte. Em 2018 realizou a primeira edição do CRAM em Cores, evento que reuniu diversos artistas de grafite e muralismo. Neste mesmo ano, as mulheres do CRAM criaram, conjuntamente, um livro de pano intitulado *“Recomeço de Mulheres Livres”*, que se utiliza do bordado para contar suas histórias. Entendem as autoras, com propriedade, que violência de gênero é estrutural e coletiva gerando consequências graves na vida das mulheres, é um fenômeno transversal, pois atinge mulheres de diferentes classes sociais, raças, culturas, escolaridade, estado civil, etc.

“O papel das mulheres na negociação de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC (2012-2016)” é o trabalho apresentado para compartilhar os resultados da pesquisa realizada entre 2017 e 2019 com sete organizações de mulheres da sociedade civil colombiana que participaram da negociação de paz entre o Governo da Colômbia

e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) ocorrida em Havana, Cuba, entre 2012 e 2016. Teve como objetivo investigar o papel das mulheres para a inclusão da perspectiva de gênero na negociação de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC.

O texto demonstra que os conflitos armados têm impacto diferenciado nas mulheres. Para transformar essa condição, em vários lugares e momentos históricos, mulheres estiveram mobilizadas em torno da promoção da paz e da igualdade de gênero, Como estiveram ausentes das narrativas, ou subsumidas no sujeito masculino tido como universal, é importante o depoimento de testemunhas, para que elas possam contar sua própria história. Segundo gráficos, é possível identificar que o último processo de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC teve uma baixa porcentagem de mulheres como negociadoras na delegação do governo. Ao mesmo tempo o relatório da ONU Mujeres (2013) observou a participação de 42 organizações femininas atuando na construção da paz na Colômbia. Dessas, nove puderam manifestar-se na mesa de negociações. As mulheres estiveram presentes nas forças armadas estatais e não estatais, mas ausentes em cargos de mando e poder. Por outro lado, foram vítimas de violências diretas e indiretas, numa demonstração da existência de uma estrutura patriarcal, que desvaloriza as vidas, corpos e saberes advindos das mulheres. Concluem que, sem acabar com a violência estrutural direcionada aos corpos racializados, aos pobres e à comunidade LGBTQ+, não é possível estabelecer uma paz sustentável e duradoura.

Outro texto apresentado, intitulado “*Um corpo marcado e subjugado pela raça e pelo gênero: a situação da mulher transgressora da lei*”, tem como objetivo principal historicizar o aprisionamento feminino que tem início em 1890, com a criação do Código Penal. Mas somente em 1987, foi inaugurado o primeiro presídio feminino no Brasil, na cidade de Porto Alegre. Administrado pela Irmandade Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d’Angers, previa a salvação das almas e a cura moral das mulheres pecadoras e perdidas levando-as ao encontro de Deus. A congregação visava a formação de cristãs, donas de casas com dons domésticos para servir a família e ao conjugue.

Para as autoras, a origem das prisões femininas deve-se aos discursos moral e religioso, quando as mulheres eram criminalizadas por prostituição, vadiagem e embriaguez. Mas não eram somente estes os fatores responsáveis pelo encarceramento das mulheres, mas todas aquelas que se apresentassem como desviantes dos padrões sociais estabelecidos. Como sempre a sexualidade aliada ao corpo feminino, fez com que muitas fossem encarceradas em prisões ou manicômios. Desde a narrativa judaico-cristã com a figura de Eva e a posterior construção discursiva de Maria, é a sexualidade e o corpo feminino, alvo de poder e controle.

“*Mulheres da voz e da palavra: gênero e protagonismo feminino no rádio*”, tem como destaque a submissão feminina sob a ótica da comunicação. É Ressaltado o Rádio, cujas primeiras emissoras surgiram no Brasil em 1923 como um veículo popular, e o espaço em que as mulheres tiveram maior visibilidade. As primeiras locutoras, desafiando o moralismo instalado na sociedade, surgiram logo no início da *Rádio Sociedade* do Rio de Janeiro, na década de 1920. Também a icônica Carmen Miranda – conhecida como “a pequena notável” foi uma das primeiras estrelas da *Rádio Nacional* se projetando para o mundo ao mudar para os Estados Unidos. O texto discorre sobre as primeiras cantoras de rádio e dramaturgas como Janete Clair.

É destacada a mídia comunitária se contrapondo à tradicional onde as mulheres seriam sempre focadas de forma abusiva e desrespeitosa. Assim foram nascendo várias redes, como a *Rede Mulher e Mídia*, *Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos*, *Rede de Mulheres da AMARC* e a *Rede de Mulheres no Rádio*, esta última com o apoio da ONG Comunicação, Educação e Informação em Gênero - CEMINA, que uniu mulheres em torno do rádio a partir de 1988 e levou o debate a diversas regiões do país até início do ano 2000. Sublinha o surgimento das Organizações não-governamentais (ONG's), voltadas à capacitação feminina, entre os anos 1980-90, com o objetivo de educar as mulheres para a cidadania, estimulando o exercício da participação comunicativa.

O texto “*Gênero em tempos de cólera: estudo de caso dos campi avançados do Instituto Federal do Paraná*” inicia com uma interrogação provocadora: Como discutir gênero em tempos de cólera? Isto é, como discutir gênero sob um governo que desconsidera as questões sobre gênero. As autoras denunciam o atual governo federal com suas políticas misóginas e homofóbicas e, principalmente, o efeito destas políticas no campo educacional. A proposta das autoras é discutir como as questões sobre gênero estão presentes no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, dos *campi* avançados do Instituto Federal do Paraná. Para isso, foi realizada uma análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e dos projetos de ensino, pesquisa ou extensão. O estudo foi centrado em quatro dos seis *campi* avançados do Instituto Federal do Paraná (IFPR): Astorga, Barracão, Goioerê e Quedas do Iguaçu, uma vez que os *campi* Arapongas e Coronel Vivida não possuem o curso Técnico em Informática.

A pergunta que as autoras fizeram foi como as questões sobre gênero estão presentes no curso Técnico em Informática que possui vinte e seis *campi* e conta com aproximadamente 20.000 alunos presenciais e 14.000 alunos a distância, sendo este curso o mais ofertado em todo o IFPR. Ao analisarem os planos se depararam com a palavra gênero se referindo apenas aos gêneros textuais, discursivos ou literários. No campus de Barracão na ementa da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura

III, aparece a *discussão de temas da atualidade, inclusive que abordando as questões étnico-raciais e de gênero*. Analisando os PPCs observaram que houve apenas uma referência à sexualidade, no PPC de Quedas do Iguaçu, nas bibliografias das disciplinas Filosofia II e III, com as seguintes indicações de leituras: *Genealogia da ética subjetiva e sexualidade* e *Ética, sexualidade e política*, de Michel Foucault.

Complementando os dados observados, ressaltam que todos os coordenadores do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio são homens, o que dificulta que as meninas se sintam representadas, ou tenham em quem se inspirar para seguir na carreira técnica, apesar de que um dos projetos, o *Clube de Leitura*, é coordenado por uma mulher.

O artigo escrito por uma socióloga e professora universitária que se intitula “*A violência das múltiplas jornadas de trabalho atribuídas às mulheres*”, teoriza e politiza a sobrecarga de trabalho das mulheres, encarando o sobrepeso laboral como uma forma de violência contra as mulheres. Pergunta a autora: Quais são as jornadas de trabalho pelas quais a maioria das mulheres é responsável? Elas mudam conforme a vivência da classe social e das relações étnico-raciais? Podemos computar os tipos e tempos de jornadas laborais? E adianta a hipótese de as jornadas de trabalho, pensadas com as perspectivas históricas feministas do patriarcado, do racismo, do capitalismo e da colonização, tornam-se muito mais do que duas, dependendo da diversidade e da desigualdade das mulheres.

A autora arrola e debate sobre as diversas demandas femininas como: a jornada interminável da reprodução e do cuidado e o paradigma da delegação; a jornada produtiva; a jornada Militante e/ou política; a jornada pedagógica; a jornada sexual e a demanda transversal da jornada emocional.

Conclui que a diminuição da violência contra as mulheres depende de suas libertações das múltiplas jornadas impostas às suas vidas pela divisão social, racial e sexual do trabalho e isso exige transformações sociais, políticas e econômicas revolucionárias. Para a autora, o sobrepeso das múltiplas jornadas atribuídas às mulheres, a partir da divisão interseccional do trabalho, é o meio de reprodução por excelência do sistema patriarcal-racista-capitalista-colonial. Finalmente, apresenta o desafio utópico dos tempos atuais: a defesa do comum, da transformação social e do enfrentamento a violência, que passa em devolver para o centro da análise e da luta o processo de Reprodução Ampliada da Vida.

Termina seu texto com uma citação inspiradora da feminista norte-americana Angela Davis (1997, s./p.):

Eu realmente penso que a utopia é quando a gente se move em novas direções e visões. [...] Precisamos achar um modo de dar conta e saber como vamos interligar nossas lutas e visões e chegar a algumas conclusões sobre como desenvolver novos valores revolucionários e, principalmente, como desatrelar valores capitalistas de valores democráticos.

Outro texto desta coletânea é oriundo de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e tem como excelente título “*Onda lilás, lenços verdes e ele não: mulheres pela democracia*”, onde foram abordados os três principais movimentos de mulheres que foram às ruas das principais cidades do Chile, Brasil e Argentina no ano de 2019, trazendo, não somente, uma pauta feminista, mas representando as maiores manifestações realizadas a favor da ordem democrática no continente.

As autoras entendem que nos três países ante o cenário de avanço neoconservador, contrarrevolucionário e reacionista a visão feminista do discurso democrático é essencial para que possamos olhar tais manifestações como expressão de um desejo de radicalização da democracia e não como um conjunto de ações que buscam afrontá-la. Os movimentos que tomaram as ruas nos três países onde as desigualdades se produzem e reproduzem, podem ser encarados como uma inovação e capacidade de organização, generosidade e solidariedade.

No Brasil, o ápice das mobilizações feministas no ano de 2018 é acionado pelo movimento *Ele Não*, ainda que no mesmo ano outras marchas feministas tenham acontecido, levando milhares de pessoas às ruas em aproximadamente 114 cidades com especial atenção nas mobilizações de 29 de setembro. Assim como no Chile e na Argentina, no Brasil também não existem dados oficiais acerca da estimativa do alcance total das pessoas em marcha.

As autoras procuraram destacar as semelhanças e particularidades do movimento de mulheres e do movimento feminista em torno da articulação de atos em defesa da democracia em três importantes países do Cone Sul, que passam por crises democráticas alavancadas por distintas questões, a crise econômica na Argentina, o questionamento à manutenção do neoliberalismo herdado do regime militar no Chile e a ascensão de um candidato de extrema direita no Brasil. Nos três casos, as mulheres compõem os grupos mais vulneráveis em tempos de crise econômica e retrocesso político, mas, ao mesmo tempo, reivindicam seu papel protagonista nas lutas democráticas.

Este livro trata da invisibilidade feminina na história, mas, as mulheres brancas ou negras não estão sozinhas neste silêncio, nesse lugar de subalternidade histórica, estão acompanhadas de todos aqueles que foram marginalizados, como índias/os, velhas/os, homossexuais, crianças, etc. Portanto, escrever a história das mulheres é libertar a história. Libertar a história das amarras das metanarrativas coloniais, modernas e falocêntricas.

A questão racial e sexual são elementos estruturantes da sociedade brasileira. Portanto, três conceitos atravessaram a maioria dos textos aqui apresentados: patriarcado, colonialismo e interseccionalidade. A interseccionalidade, uma correlação entre raça, gênero, classe e etnia, permite analisar as múltiplas barreiras que enfrentam mulheres que pertencem a grupos minoritários. Segundo Kimberlé Crehshaw (2002, p. 177), que cunhou o conceito, esta ferramenta analítica busca, “[...] capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação”² e está voltada para a compreensão dos impactos que os diferentes eixos de subordinação criam, produzindo desigualdades básicas que estruturam as posições das mulheres nas sociedades.

Estas novas perspectivas de pesquisa propõem também uma articulação dos estudos de gênero com a crítica pós-colonialista (análise dos efeitos não somente políticos, mas filosóficos e históricos, deixados pelos países colonizadores nos países colonizados) e intentam demonstrar que será a partir das margens e não do centro a construção de um novo projeto de sociedade. A crítica pós-colonial tem como principal objetivo recuperar as vozes dos silenciados pelo colonizador.

Stuart Hall (2003, p. 104)³ defende a necessidade de se pensar as continuidades e descontinuidades do poder, ao tratar dos limites do colonial e pós-colonial. Segundo ele, “os efeitos de fronteira” não são “gratuitos”, mas construídos, e, conseqüentemente, as posições políticas não são fixas, não se repetem de uma situação histórica a outra, nem de um teatro de antagonismos a outro, sempre “em seu lugar” em uma infinita interação.

Por outro lado, os pós-colonialistas questionam o feminismo ocidental, predominante segundo eles, apontando o seu fracasso e a incapacidade de incorporar questões raciais, e generalizando a questão da Mulher do Terceiro Mundo. “Não existe, portanto, um autêntico ser feminino do Terceiro Mundo que fica à espera do desvelamento; há apenas o que reside nos jogos de linguagem, nas armadilhas e nos regimes discursivos do mundo social” (BAHRI, 2013, p. 662)⁴.

Apesar do pós-colonial ou decolonial provocar uma interrupção crítica na grande narrativa historiográfica, o patriarcado se mostra de uma continuidade ininterrupta, podemos considerá-lo como uma estrutura quase estática que se move lentamente através de história. Rita Laura Segato (2012), alerta anunciando que o patriarcado é anterior à colonização, que a construção da masculinidade acompanhou a humanidade

² CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

³ HALL, S. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

⁴ BAHRI, D. Feminismo e/no pós-colonialismo. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, ago. 2013.

ao longo de todo tempo da espécie, naquilo que autora chamou de “[...] pré-história patriarcal da humanidade”, de uma temporalidade lentíssima, uma longa duração onde não enxergamos mudanças. A autora descreve um “pacote” de seis potências que permitem ao homem ser reconhecido e qualificado como sujeito masculino: sexual, bélica, política, intelectual, econômica e moral⁵.

Argentina como Segato, Maria Lugones (2014) trata em especial das questões de gênero, raça e colonialidade. Para ela, “mulher colonizada” é uma categoria vazia. Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero continua entre nós, permanecendo na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis, é fazer uma crítica da opressão de gênero racializada⁶.

Concluo este prefácio me colocando como historiadora das mulheres e das relações de gênero e feminista antipatriarcal, lugares de resistência. Em 2004 a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire, publicou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que continha quatro pontos fundamentais: 1. Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; 2. Educação inclusiva e não sexista; 3. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; 4. Enfrentamento à violência. Dezesesseis anos depois, continuamos com as mesmas lutas, sem um milímetro a menos.

Portanto, escrever sobre mulheres, feminismos e relações de gênero significa aprender com as outras mulheres, em seus lugares de fala, de sofrimento e de resistência, numa tentativa de construir um mundo mais justo e igualitário.

Dourados, 05 de junho de 2020

⁵ SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *Cadernos CES*, Coimbra, v. 12, p. 103-131, 2012.

⁶ LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

Introdução

Regiane Cristina Tonatto*
Renata Peixoto de Oliveira**

O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias “mulher” e “gênero” (DAVIS, 2018, p. 99)¹.

Sendo a primeira publicação de uma obra coletiva do Comitê Executivo pela Equidade de Gênero (CEEGED), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), a coletânea intitulada “*Por Elas e por nossas lutas: igualdade e justiça nos debates de gênero e diversidade nas sociedades contemporâneas*” apresenta doze capítulos, escritos exclusivamente por mulheres, numa perspectiva transversal e interdisciplinar, em que o elo entre os textos está relacionado às lutas e resistências diante das opressões.

Em especial, esta obra apresenta como eixo central as lutas das mulheres, lutas cotidianas, no mercado de trabalho, no ambiente doméstico e nas ruas. As lutas do nosso tempo, trazendo a esta coletânea um caráter contemporâneo, original e extremadamente atual. As lutas dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, trouxeram diferentes pautas para as ruas e para a agenda política.

Nos últimos anos, vis-à-vis a crise das democracias, as mobilizações realizadas por coletivos de mulheres e movimentos feministas em seus mais diferentes matizes, não apenas problematizaram questões inerentes a um pauta própria, como os direitos produtivos e reprodutivos, a interseccionalidade a ser percebida nas formas de opressão às mulheres, a representação das mulheres na política e formas e práticas culturais que manifestam distintos saberes e tradições alavancadas por mulheres, bem como demonstraram de forma evidente que as mulheres se tornaram, uma vez

* Doutoranda em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Unioeste/Foz. Técnica em Assuntos Educacionais da UNILA. Pedagoga e Especialista em Educação. Membro do CEEGED UNILA.

E-mail: regiane.tonatto@unila.edu.br

** Doutora em Ciência Política pela UFMG. Docente do curso de Relações Internacionais e Integração e dos mestrados PPGICAL e PPGPPD da UNILA. Membro do CEEGED-UNILA.

E-mail: renata.oliveira@unila.edu.br

¹ DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

mais, protagonistas nas lutas por emancipação, justiça, democracia ao combaterem abertamente qualquer projeto profacista e neocolonizador em nosso continente. A obra, além de um olhar multidisciplinar e transdisciplinar, retrata, não apenas a realidade brasileira, mas também inclui análises que versam sobre outros países do continente.

A obra cumpre com a função de dar a conhecer e reconhecer as pesquisas desenvolvidas na Universidade no tocante à temática de gênero e diversidade, além de abrir espaço para instituições parceiras que compõem uma rede de proteção às mulheres em situação de violência. Esta obra foi pensada para reunir trabalhos de convidadas com experiência e atuação em organizações que atuam diretamente com a equidade de gênero e o combate à violência.

Combinado ao recebimento destes trabalhos abrimos uma convocatória aberta e paritária, no sentido de oportunizar a publicação de trabalhos oriundos de pesquisas realizadas no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, por egressas, bem como por pesquisas realizadas em trabalhos de conclusão de cursos de graduação em coautoria com suas orientadoras. Embora, nas universidades, a pesquisa dê visibilidade ao trabalho realizado por docentes e discentes, incluímos a categoria dos e das técnicas em assuntos educacionais, abrangendo as três categorias nesta obra.

Para melhor organizar a discussão proposta, reinventamos formas sugeridas de apresentar as obras. Sem dúvidas, é uma tarefa bastante árdua tentar encaixotar, definir, compartimentar e agrupar trabalhos tão únicos. Vamos nos arriscar a sugerir duas formas de leitura, e cabe a você optar por qual caminho seguir, no melhor estilo do jogo da amarelinha de Cortázar.

O primeiro caminho nos leva a estas unidades temáticas: 1) *Mulheres e seus espaços*: composto pelos textos “A representação das mulheres nos espaços de poder: realidade e desafios” e pelo capítulo “A violência das múltiplas jornadas de trabalho atribuídas às mulheres”; 2) *Mujeres por sus luchas*: composto pelos textos “O papel das mulheres na negociação de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC (2012-2016)” e “Onda lilás, lenços verdes e ele não: mulheres pela democracia”; 3) *Mulheres e amefricanidades*: com os textos “Um corpo marcado e subjugado pela raça e pelo gênero: a situação da mulher transgressora da lei”, “Yabá na luta: mulheres negras entre fronteiras” e “A autodefinição e o empoderamento de mulheres haitianas estudantes da universidade federal da integração latino-americana”; 4) *Mulheres, da violência ao acolhimento*: com o capítulo intitulado “Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Rejane Marisa dal Bó - CRAM de Foz do Iguaçu/Paraná” e também “Casa abrigo: proteção, igualdade e justiça às mulheres em situação de violência doméstica de Foz do Iguaçu”; finalizando a unidade 5) *Mulheres e cultura*: com o capítulo “Feminismos e Transculturalidade: um olhar à historiografia dos estudos

de gênero no Brasil” e também “Mulheres da voz e da palavra: gênero e protagonismo feminino no rádio”.

A segunda opção para se guiar nesta leitura, considera uma sequência um pouco mais livre da disposição dos capítulos nesta coletânea e será possível perceber que os textos foram dispostos nesta ordem. Ao apresentar esta outra forma de ordenamento para a leitura, aproveitamos para discorrer brevemente sobre os textos e suas autoras.

No *Capítulo I – “A violência das múltiplas jornadas de trabalho atribuídas às mulheres”*, a docente e pesquisadora *Élen Cristiane Schneider* discute as diferentes jornadas de trabalho das mulheres numa perspectiva histórico feminista, não somente a partir da análise daquelas conhecidas e debatidas tradicionalmente, mas também por meio daquelas que pouco refletimos, mas que de igual forma, geram intensa sobrecarga as mulheres nos dias atuais, são elas: reprodutiva e de cuidado; produtiva; de militante e/ou política; pedagógica; sexual; e, emocional. Para a autora, reduzir a violência contra as mulheres depende da libertação das mesmas destas múltiplas jornadas impostas pela divisão social, racial e sexual do trabalho, o que exige transformações sociais, políticas e econômicas revolucionárias.

Para transformar, as mulheres precisam estar presentes e representar em diferentes espaços de poder e decisão, com voz e voto. Foi pensando nisso, que a Técnica Administrativa em Educação (TAE) e Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela UNILA, *Fernanda Sobral Rocha*, nos apresenta resultados de sua pesquisa de mestrado por meio do *Capítulo II – “A representação das mulheres nos espaços de poder: realidade e desafios”*. A autora ressalta a problemática da desigualdade socioterritorial em afetar a população mais vulnerável. Para ela, o prejuízo é maior sobre as mulheres em função da configuração dinâmica da mulher em ser responsável por tantas ações sobre o território para dar condições necessárias de sobrevivência para ela e para seus dependentes. Além disso, insere a dimensão da “representatividade” e nos fala da importância do diálogo sobre as relações de gênero e os impactos de uma sociedade desigual.

Pensamos a presença das mulheres em distintos espaços de transformação como uma potência capaz de modificar e fazer a diferença no enfrentamento dos dilemas contemporâneos, por meio de papéis ativos nos conflitos e nas construções de paz. Neste sentido caminhou o trabalho de conclusão do curso de Relações Internacionais e Integração da UNILA de *Livia Brito Barbosa*. Alguns dos resultados deste trabalho deram origem ao *Capítulo III – “O papel das mulheres na negociação de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC (2012-2016)”*, sob a orientação da docente e pesquisadora *Elena de Oliveira Schuck*, coautora do texto. A partir da perspectiva de gênero e das teorias feministas, elas analisaram depoimentos de mulheres da sociedade civil colombiana que participaram da negociação de paz entre o Governo

da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), ocorrida em Havana, Cuba, entre 2012 e 2016.

Entre as conclusões apresentadas no artigo anterior, assim como na maioria dos textos presentes nesta coletânea, encontraremos a questão da opressão de gênero na estrutura patriarcal, especialmente atrelada a dois agravantes principais: a desigualdade de raça e classe. Para compreender a luta das mulheres negras, resistências e confrontos, e os diversos movimentos históricos de migrações que elas enfrentam no embate pela conquista de direitos, o *Capítulo IV – “Yabá na luta: Mulheres Negras entre fronteiras”*, da docente e pesquisadora *Ângela Maria de Souza* e das coautoras *Janaína de Jesus Lopes Santana, Juliana Zacarias e Laís Cabral Neckel*, assume uma perspectiva “ameficana”² no desenvolvimento do trabalho de campo com mulheres negras no contexto de fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), nos espaços de educação e na produção artístico-cultural. Estabelecem um importante diálogo entre as fronteiras e a desconstrução da opressão de gênero quanto de raça e enriquecem as discussões sobre as mulheres afro-latino-americanas.

Ademais, para explicitar os movimentos de migrações das mulheres negras, no *Capítulo V – “A autodefinição e o empoderamento de mulheres haitianas estudantes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana”*, de autoria da psicóloga e pesquisadora *Karina Schiavini*, Mestra em Estudos Interdisciplinares Latino-Americanos, encontrar-se-á narrativas de mulheres da comunidade haitiana no território. Estas, retratam a posição de vulnerabilidade diante do espaço embranquecido e masculinizado da universidade. Mas também trazem importantes aspectos estéticos da cultura haitiana que permitem contribuir para a edificação de uma estética negra e feminina no ambiente universitário, tornando estas mulheres haitianas, negras e imigrantes, importantes figuras de representatividade e autovalorização.

Ao longo da história, mulheres enfrentam a discriminação de modos diferentes. Para evidenciar como mulheres do século XX desafiaram os preconceitos da sociedade brasileira e começaram a atuar e ser reconhecidas profissionalmente, inovar os costumes e marcar uma nova era, a docente e pesquisadora *Maria Inês Amarante*, no *Capítulo VI – “Mulheres da voz e da palavra: gênero e protagonismo feminino no rádio”*, discute importantes temas relacionados à questão de gênero na história da comunicação no Brasil, em especial no rádio, como a emancipação das mulheres e a difusão da voz feminina nas emissoras de rádio nacionais. Para esta autora, mesmo que tentem constantemente silenciar a voz das mulheres, há tempos elas estão inovando em suas práticas e comportamentos, e assim, estabelecendo novas dinâmicas sociais.

² Aqui fazemos referência à Lélia Gonzalez que trabalhou com esta ideia ao propor um feminismo afro-latino-americano.

O texto seguinte versa sobre as manifestações feministas e de mulheres que tomaram conta das ruas das principais cidades chilenas, argentinas e brasileiras em 2018: *Capítulo VII – “Onda lilás, lenços verdes e ele não: mulheres pela democracia”*. O trabalho se origina de uma pesquisa realizada para trabalho de conclusão de curso, quando a autora *Stephany Mencato* foi orientada por *Renata Peixoto de Oliveira*. Elas se propuseram um debate que considera o protagonismo das mulheres em defesa da democracia no Cone Sul. Em uma análise comparativa é possível perceber as singularidades dos movimentos e sua relação com a dinâmica política de cada um dos três países, ao mesmo tempo em que é possível vislumbrar as conexões existentes na pauta levantada por estes movimentos a nível regional.

No *Capítulo VIII – “Um corpo marcado e subjugado pela raça e pelo gênero: a situação da mulher transgressora da lei”* da autora *Lúcia Mariaci Ribeiro Martins* traz a tona a realidade das mulheres em condição de privação de sua liberdade e o debate interseccional que é possível de ser estabelecido quando consideramos gênero e raça. Além disso, é possível a originalidade da pesquisa que elenca aspectos referentes à religião para entender as diversas faces da opressão e do sistema punitivo em relação a estas mulheres. O texto ainda perfaz uma análise a partir das políticas de saúde, em especial, das contribuições da psicologia e da psiquiatria no país no julgamento das mulheres transgressoras da lei.

No *Capítulo IX – “Feminismos e Transculturalidade: um olhar à historiografia dos estudos de gênero no Brasil”* as autoras, *Cleusa Gomes da Silva* e *Dayse Mara Bortoli* contribuem com uma perspectiva sobre os estudos de gênero no Brasil e revisitam importantes autoras e ativistas quanto ao legado que deixaram para as lutas das mulheres e para os estudos de gênero ao longo do século XX. De modo crítico, analisam algumas obras no sentido de destacarem o olhar colonizado e as reproduções realizadas que não consideram a realidade latino-americana.

O *Capítulo X – “Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Rejane Marisa dal Bó - CRAM de Foz do Iguaçu/Paraná”*, de *Ana Luisa Hickmann* e *Kiara Heck*, apresenta um relato essencial sobre as redes de proteção, atendimento e acolhimento a mulheres vítimas de violência e o papel do CRAM, em particular através de sua atuação na cidade de Foz do Iguaçu. No trabalho ainda se discute, de modo atento e cuidadoso, sobre o que constitui a violência contra a mulher em seus diferentes aspectos.

No *Capítulo XI – “Casa abrigo: proteção, igualdade e justiça às mulheres em situação de violência doméstica de Foz do Iguaçu”* em uma toada similar ao do capítulo precedente, as autoras *Bruna Homem de Souza Osman* e *Jessica Aparecida Soares*, apresentam o projeto da casa abrigo na cidade de Foz do Iguaçu, perfazendo o papel desta iniciativa no acolhimento e proteção às mulheres em situação de violência neste

município. As autoras ainda versam sobre distintas correntes teóricas que versam sobre as definições sobre violência contra a mulher e violência de gênero, o que nos permite um olhar mais aprofundado sobre a problemática, também em sentido teórico-analítico.

O Capítulo XII – “*Gênero em tempos de cólera: estudo de caso dos campi avançados do Instituto Federal do Paraná*”, das autoras Michele de Oliveira Jimenez e Milene Lourenço Rocha Leitzke, aborda o estudo de caso de uma instituição e um campi em particular, mas permite sinalizar uma conexão com temas e debates polêmicos e recentes da agenda educacional e política brasileira no tocante a questões como sexualidade, gênero e diversidade.

Capítulo I

A violência das múltiplas jornadas de trabalho atribuídas às mulheres

Élen Cristiane Schneider *

Nesse texto, buscaremos teorizar e politizar a sobrecarga de trabalho das mulheres através da problematização das múltiplas jornadas de trabalho, observando o sobrepeso laboral como forma de violência contra as mulheres. As perguntas que nos acompanharão são: Quais são as jornadas de trabalho pelas quais a maioria das mulheres é responsável? Elas mudam conforme a vivência da classe social e das relações étnico-raciais? Podemos computar os tipos e tempos de jornadas laborais atribuídos às mulheres?

Desde que temos a compreensão de que as mulheres são sujeitos-trabalhadoras é consenso o uso do termo “dupla jornada de trabalho”, e ele representa o trabalho realizado em duas esferas em um mesmo dia ou semana: 1) a doméstica, que envolve os trabalhos de cozinha, de limpeza, de lavanderia e de cuidado de crianças, idosos e doentes e 2) aquela realizada no espaço público e/ou considerada produtiva e geradora de valor econômico, mercantil. As duas esferas são, geralmente, consideradas distintas e até opostas na sociedade atual, na qual o trabalho assalariado tem um papel central e o doméstico um papel invisibilizado ou romantizado.

É consenso, também, o uso do termo “divisão sexual do trabalho” (HIRATA, 2002; KERGOAT, 2009; SOUZA-LOBO, 2011) para demonstrar especificidades da divisão social do trabalho que opera com princípios de: a) separação: existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e de b) hierarquização: um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher (KERGOAT, 2009). É costumeiro que as mulheres recebam a atribuição doméstica, caracterizando a divisão sexual do trabalho como um fenômeno que empurra o gênero para o sexo biológico. Isso reduz as práticas sociais e concretas ao destino natural da espécie, sendo que as práticas sexuadas são construções sociais, são históricas, e resultados das relações sociais, realizadas na prática social, na concretude da vida. A teorização da divisão sexual merece ser ampliada a uma visão também racial do trabalho (CRISTIAN-MOSQUERA, 2019), em

* Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Licenciada em Ciências Sociais, Mestra e Doutora em Sociologia.

E-mail: elen.schneider@unila.edu.br

termos de pensar uma divisão interseccional do trabalho (GOMES, 2018); essa abertura amplia a nossa visão das jornadas de trabalho, não somente como “dupla jornada”, mas como múltipla jornada de trabalho.

Nossa hipótese é a de que as jornadas de trabalho, pensadas com as perspectivas históricas feministas do patriarcado, do racismo, do capitalismo e da colonização, tornam-se muito mais do que duas, dependendo da diversidade e da desigualdade das mulheres. Queremos demonstrar, portanto, que essa divisão sexual, racial e social do trabalho é injusta, violenta e opera contra a liberdade das mulheres e das pessoas em geral. Refletiremos pelo menos seis jornadas de trabalho: 1) a reprodutiva e de cuidado; 2) a produtiva; 3) a militante e/ou política; 4) a pedagógica; 5) a sexual e 6) a emocional, que é transversal a todas as demais e é uma sobrecarga de emoções. Analisamos, com a caracterização das jornadas, que a diminuição da violência contra as mulheres depende de suas libertações das múltiplas jornadas impostas às suas vidas pela divisão social, racial e sexual do trabalho e isso exige transformações sociais, políticas e econômicas revolucionárias.

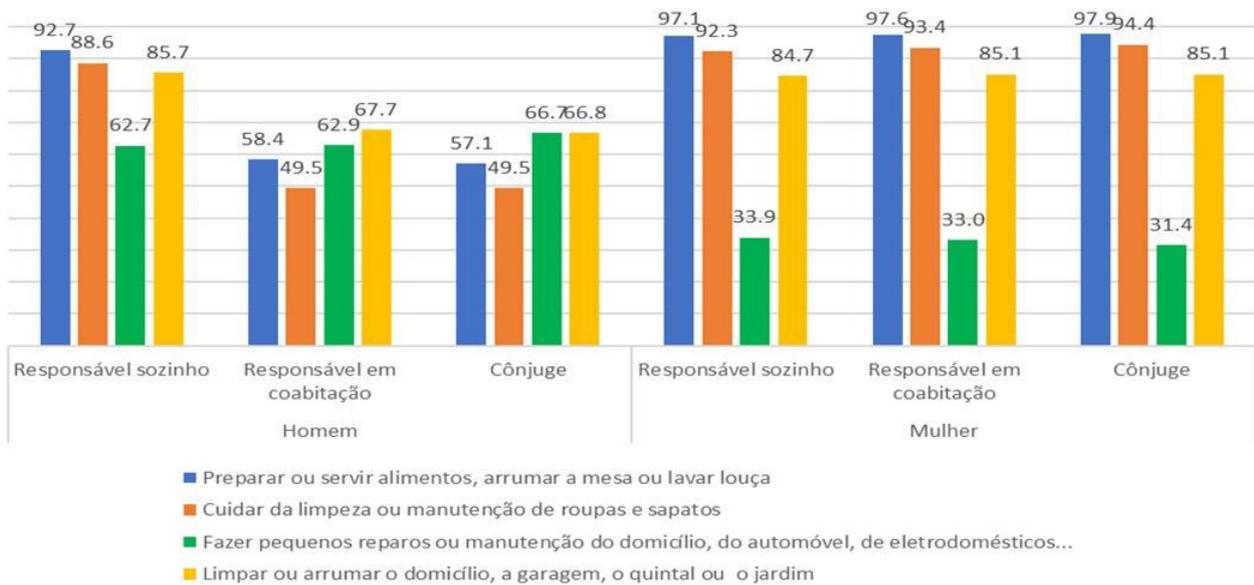
As múltiplas jornadas e a propagação estrutural da violência

A subjetividade é construída por meio das relações sociais. Sujeito e objeto experimentam dois momentos: o da fusão e o da autonomia. O sujeito é constituído em gênero, classe e raça/etnia: é, portanto, múltiplo. Nega-se a existência do não sujeito em qualquer hipótese, inclusive para designar a vítima, assim como se nega a dicotomia vítima-algoz. O que há são relações sociais violentas (SAFFIOTI, 1997, p. 59).

As relações sociais, que se constroem e desconstroem historicamente, atualmente, atribuem às mulheres múltiplas jornadas laborais e, por essa razão, são violentas. Por que somente uma parte do gênero humano é responsável majoritariamente por servir, cuidar, harmonizar, limpar, cozinhar – e planejar todas essas atividades da reprodução ampliada da vida? As mulheres são responsáveis por isso e inserem-se, ademais, em jornadas laborais consideradas produtivas, por vezes recebendo menor valor comparativamente aos homens, realizando a mesma função. Em espaços públicos, de representação governamental, são tão poucas que a dificuldade de serem escutadas e validadas é imensa. Suas posturas, agendas e pautas são incômodas e merecem inclusive serem eliminadas, como no caso da socióloga Marielle Franco, que foi eleita vereadora do Rio de Janeiro (2017-2020), defendia os direitos humanos e o feminismo e acabou sendo brutalmente assassinada no dia 14 de março de 2018.

Dados mundiais desvelam que a maioria das mulheres está compulsoriamente trabalhando em jornadas muito mais extensas que as jornadas dos homens. No Brasil, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) demonstram a violência das relações heteropatriarcais ao desvelar a mudança das jornadas de trabalho das mulheres que vivem com um cônjuge. Conforme podemos ver no gráfico a seguir, as mulheres com cônjuge fazem muito mais o trabalho diário e repetitivo de cozinhar, limpar, arrumar, lavar louças e roupas, etc.:

Figura 1 – Composição da Jornada de Trabalho.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), 2018 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

A relação social heteronormativa, com crianças e idosos ao redor, gera múltiplas jornadas de trabalho para as mulheres. Trabalho que, além de favorecer micro-socialmente seus cônjuges, é, em termos macro-sociais, completamente gratuito para o capital e instrumental para o Estado, que se isenta de atender as demandas de creche, restaurantes públicos, lavanderias públicas, transporte público, saúde. As mulheres fazem o trabalho sexual compulsório e possivelmente sem prazer; trabalho de alimentar, cuidar, planejar e educar crianças; trabalho emocional de planejar o dia a dia, de cuidar das relações de amizade, de comunidade, do futuro. Não é o funcionamento cada um por si (liberalismo), mas, sim, a cadeia de produção em que as mulheres são por cada um/a e por todos/as. Em especial as mulheres negras, indígenas, empobrecidas, são as únicas sujeitas que jamais poderão descansar ou lavarem-se as mãos frente às demandas de trabalho que a vida no patriarcado-racismo-capitalismo-colonialismo

gera. Ainda que isso possa ser ressignificado pelas mulheres com a defesa de cotidianos alegres, é uma absoluta violência, uma guerra estrutural contra as mulheres¹.

Como dividimos os tempos e as jornadas de vida-trabalho diz muito sobre as relações sociais, políticas e econômicas. Um dos conceitos centrais da leitura do mundo do trabalho é o de “divisão social do trabalho”, que significa quem trabalha no que, mas, também, quem possui o que: a divisão da terra/território, da propriedade privada e da riqueza. A divisão social do trabalho exige a existência de um sistema político e jurídico que haja coercitivamente e de um sistema ideológico que faça que a sociedade o veja como algo natural. Uma releitura crítica da ideia de trabalho passa por não pensarmos ele separadamente, cindindo, por exemplo, trabalho improdutivo e trabalho produtivo. Tampouco tornar a noção de trabalho abstrata, ignorando que as pessoas trabalhadoras ocupam lugares que respondem à divisão social, às desigualdades, empobrecimento ou riqueza, racialização e sexismo.

Na dimensão estrutural da violência das múltiplas jornadas é importante perceber, ainda, que o jovem capitalismo, baseado na exploração do/a trabalhador/a assalariado/a é um sistema precedido por outras estruturas e sistemas sociais, como o patriarcado e o racismo, nos quais a divisão racial e sexual do trabalho já aparece. Segundo Saffioti (1987):

[...] historicamente, o patriarcado é o mais antigo sistema de dominação-exploração. Posteriormente, aparece o racismo quando certos povos se lançam na conquista de outros, menos preparados para a guerra. Em muitas destas conquistas o sistema de dominação-exploração do homem sobre a mulher foi estendido aos povos vencidos. Com frequência, mulheres de povos vencidos eram transformadas em parceiras sexuais de guerreiros vitoriosos ou por estes violentadas. Ainda na época atual isto ocorre. Quando um país é ocupado militarmente por tropas de outra nação, os soldados servem-se sexualmente de mulheres. [...] Desta sorte, não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que “inventou” o patriarcado e o racismo. [...] Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração. [...] Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987, p. 60).

Na concepção das feministas materialistas francesas, desde 1970, dos feminismos classistas no Brasil, desde 1965, do feminismo negro nos Estados Unidos, desde 1970,

¹ Guerras que já tiveram diferentes momentos históricos. Um exemplo é o fenômeno de assassinato massivo e público de mulheres, no período que foi chamado de “Caça às bruxas”.

do feminismo autônomo no México e do feminismo comunitário na Bolívia, desde 1990, o patriarcado é um sistema ainda vigente que designa uma formação social na qual os homens detêm o poder. Sendo assim, é sinônimo de complexos arranjos sistêmicos de dominação masculina e de opressão das mulheres². A palavra “patriarcado” originou-se da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando). Patriarcado é, literalmente, “a vontade do pai”. Entretanto, a palavra “pai” tinha outro sentido que o atual sentido atribuído a esta (genitor). Segundo Delphy (2009), a palavra *pater* aplicava-se a todo homem que não dependia de nenhum outro, que tinha autoridade e domínio sobre a família. Assim sendo, a palavra “patriarcado” comporta uma tríplice noção de autoridade e nenhuma noção de filiação biológica. Significa território ou jurisdição governada por um patriarca.

Podemos datar a atribuição desvalorizada do doméstico às mulheres com as origens do patriarcado. Mas é na simbiose dele com o racismo, o colonialismo e o capitalismo que a reprodução ampliada da vida passa a submeter-se ao mercantil, ao produtivo. A vida passa a valer menos e a vida de quem gera vida e reproduz necessidades básicas, menos ainda. Trabalho reprodutivo, doméstico, de cuidados passam a ser lidos como trabalhos desvalorizados, não geram mais valia, pois somente mobilizariam valor de uso e não valor de troca.

Em “A Classe Operária tem dois Sexos”, Souza-Lobo analisa a divisão sexual do trabalho como uma estratégia de gestão da força de trabalho, através de representações de linguagem do capital, mas, principalmente, como própria produção e reprodução da força de trabalho “[...] sem a qual não haveria capital, já que se constitui na única mercadoria capaz de gerar riqueza” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 68).

O potencial dessa reflexão é voltar a colocar a reprodução no centro da práxis crítica (FEDERICI, 2018). Será preciso entender os terrenos da reprodução, da procriação, do cuidado, da sexualidade, como espaços de luta e de negociação e, portanto, sujeito às dinâmicas históricas e contradições, e não como algo natural. Enfrentar a violência das múltiplas jornadas terá que passar pela recuperação do trabalho de reprodução, ou seja, a construção de uma sociedade cujo fim seja a reprodução da vida e não a dominação-subornidação-exploração-colonização do trabalho. Nesse sentido, entendemos ser importante nomear, contar e caracterizar a sobrecarga de trabalho atribuída às mulheres, e sabemos da diversidade e desigualdade das tarefas realizadas por elas. Essa investigação é apenas inicial.

² Ao trazer as três perspectivas na definição de patriarcado – e percebendo nelas intersecções – estamos gerando os elementos da discussão do feminismo interseccional, o qual conjuga o patriarcado e os conceitos de gênero e sexualidade com as epistemologias classistas e étnico-raciais, a fim de desvelar profundamente as estruturas políticas e sociais de poder.

A Jornada interminável da reprodução e do cuidado e o paradigma da delegação

Ellos dicen que se trata de amor. Nosotras que es trabajo no remunerado (FEDERICI, 2013, p. 35).

O que significa o amor incondicional? Harmonizar, limpar, cuidar, lavar, acolher, zelar pela vida, planejar a rotina doméstica inteira? Talvez pudéssemos concordar com a existência de um amor materno, como no mito difundido no século XIX, caso a maioria das atividades domésticas não fosse compulsória às mulheres e se não existisse a forçosa maternidade-sola para um contingente muito grande delas. Também poderíamos aceitar caso muitas mulheres não tivessem que cuidar e limpar lugares para pessoas adultas saudáveis: seus cônjuges, pais, irmãos, pessoas da mesma religião, colegas de trabalho, seus patrões, completamente capazes de aprender e de realizar as mesmas atividades. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2018, as mulheres “ocupadas” dedicam, em média, 18 horas semanais aos “cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos”, enquanto os homens declaram dedicar, em média, apenas 10 horas semanais.

Com o patriarcado difunde-se uma imagem de santa mulher (branca), capaz de amar incondicionalmente, cuidar da prole, sacrificar-se, apesar de sua sensibilidade e fragilidade. Essa imagem perpassará, inclusive, o feminismo branco, com “[...] suas rotas hegemônicas da teoria feminista e maternagem a-feto, de si” (AKOTIRENE, 2019, p. 21). Em oposição encontramos o silêncio em prol “[...] de quem sangra, porque o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras e homens negros” (AKOTIRENE, 2019, p. 21). Desmonta-se, assim, o mito da fragilidade feminina e da separação entre esfera reprodutiva e produtiva:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenhos tarados (CARNEIRO, 2003, p. 1).

Esse imaginário branco e devoto do reprodutivo no Brasil e em outros países da América Latina mascara a aliança entre dominação-*subordinação*-exploração. Pois as

mulheres negras, originárias, empobrecidas, estarão subordinadas, pela sua condição racial, desde a colonização, ao peso do reprodutivo que será delegado a elas, como em uma cadeia reprodutiva, pelas mulheres brancas, em alguns casos, também sobrecarregadas pelos homens brancos e pelo Estado-proxeneta³. Nesse sentido, podemos atualizar o conceito de “paradigma da delegação” de Hirata e Kergoat (2008).

A delegação representa, de um lado, o mascaramento e a atenuação das tensões entre casais burgueses e, de outro, o aumento de clivagens objetivas entre as mulheres; ao mesmo tempo em que aumentava o número de mulheres nas categorias de nível superior, intelectuais, crescia o de mulheres precárias (desemprego, flexibilidade, pobreza e correntes migratórias) (HIRATA; KERGOAT, 2008). Estudos demonstram que, em alguns países, o percentual de mulheres com carreiras bem-sucedidas é semelhante ao percentual de mulheres empregadas domésticas (ARAUJO; PICANÇO; SCALON, 2008), meritando que olhemos para a divisão sexual e racial do trabalho. Há uma perversidade violenta em delegar, pois o sistema se responsabiliza por não se responsabilizar, semiescravizando outras mulheres. A delegação do trabalho doméstico e a atenuação dos conflitos de casais, e do próprio conflito estrutural do Estado, não garante a manutenção da força de trabalho.

A separação entre produtivo e reprodutivo é, ainda, o mascaramento do racismo e de que o maior contingente de mulheres negras está em trabalhos considerados improdutivos, informais, flexíveis. O trabalho improdutivo, desvalorizado, mal pago, no Brasil, remonta resquícios de uma abolição fantasiosa da escravização e de um “mito da democracia racial” (GONZALEZ, 1984). Hoje, não existe ascensão ao produtivo, se carrega a opressão desta jornada doméstica e reprodutiva com todas as demais: largas jornadas de trabalho.

A Jornada Produtiva

Lo que muchos llaman desarrollo, nosotras lo llamamos violencia (FEDERICI, 2018, p. 21).

Segundo dados do IBGE, de 2018, cerca de 23,5% das mulheres brancas e 10,4% das mulheres negras/pardas possuem ensino superior, comparativamente a 20,7% dos homens brancos e apenas 7% dos homens negros/pardos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018). Entretanto, 60,9% dos homens ocupam cargos

³ “Estado Proxeneta” ou “Estado Cafetão” é um conceito desenvolvido por Maria Galindo e Sônia Sanchez na obra “Ninguna Mujer nace para Puta”, para designar o Estado e suas políticas que prostituem as mulheres e atribuem a elas trabalhos gratuitos e mal pagos (GALINDO; SANCHEZ, 2007).

gerenciais contra 39,1% das mulheres; recebendo, em média, R\$ 550,00 a mais (homens: R\$ 2.306,00; mulheres: R\$ 1.764,00). Portanto, algumas mulheres estudam mais para receber menos, além da carga horária de trabalho maior, já descrita na jornada anterior.

Um dado saliente é que apenas 10,5% da representação política das mulheres é ocupada por mulheres no Brasil e, em média, 23,6% no mundo. Na segurança pública as mulheres representam apenas 13,4% do corpo policial⁴. Os dados evidenciam uma divisão sexual e racial do trabalho e da representação política e pública.

Por algum tempo, estudos feministas apontaram como caminho emancipatório das mulheres o acesso às atividades com remuneração monetária, pois permite que se ganhe autonomia frente à relação de dependência dos cônjuges e famílias. Mas o que se viu foi que, “[...] na verdade, uma parte crescente do trabalho geralmente atribuído às mulheres parece sair do contexto conjugal-familiar para ser realizado de maneira remunerada no mercado” (FALQUET, 2016, p. 37).

É absolutamente relevante o fato de que a maioria das mulheres no mundo insira-se em setores de serviços e no trabalho doméstico; paradoxalmente, nos trabalhos mais desvalorizados economicamente e os mais importantes para a reprodução ampliada da vida. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho doméstico emprega mais de 53 milhões de mulheres, a segunda maior população economicamente ativa mundial – em dados oficiais, imaginemos a situação de dados reais.

O potencial de reflexão dessa jornada é que ela se torna vazia de sentido sem que consideremos o trabalho doméstico remunerado e não remunerado, a reprodução, e que não mediremos a emancipação ou o fim da violência com “mais mulheres no poder”, mas, sim, com considerável transformação das relações de reprodução-produção. Portanto, não vemos sentido em ocupar linhas nomeando os postos que as mulheres ocupam atualmente, visto que as jornadas produtivas são penosas para a maioria delas porque são somadas e constituídas pelas outras.

Jornada Militante e/ou política

Asumo a mi cuerpo como territorio político debido a que lo comprendo como histórico y no biológico. Y en consecuencia asumo que ha sido nombrado y construido a partir de ideologías, discursos e ideas que han justificado su opresión, su explotación, su sometimiento, enajenación y su devaluación. De esa cuenta, reconozco a mi cuerpo como un territorio con historia, memoria y conocimientos, tanto ancestrales como propios de mi historia personal (GÓMEZ-GRIJALVA, 2012, p. 6).

⁴ É interessante acompanhar o debate da Paridade de Gênero empreendida pelas mulheres na América Latina e que se opõe às cotas, criando políticas paritárias (50%-50%) de inserção na representação e fiscalização destas.

Muitas mulheres sentiram, e ainda seguem sentindo, a necessidade de transformar parte de seus tempos em jornadas de luta, justamente para mudar as condições vividas em suas famílias, espaços laborais, comunidades, países. Demonstrou-se, em diferentes períodos da história, que o “pessoal é político”, “os corpos são políticos”, “os territórios são políticos” e que revolução se faz, fazendo.

É emblemática a jornada das mulheres por direito ao sufrágio, às cotas e, mais atualmente, à paridade política; a demanda pelo seu próprio corpo, a partir das lutas pela despenalização do aborto e a politização da sexualidade. Também enorme foi a denúncia de que o espaço doméstico continha relações de poder e tirania, que as mulheres estavam sofrendo violência nos espaços privados, demandando do Estado leis e políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Diversas políticas são fruto de lutas incansáveis: auxílio-creche, licenças-maternidade, salário para trabalho doméstico, entre outras.

Mas as lutas das mulheres latino-americanas envolvem engajamento constante em demandas por respeito ao corpo-território, em especial aos corpos das mulheres originárias e suas crianças. A denúncia contra o extrativismo, as lutas das mineiras, camponesas, por recursos básicos como água, gás, pela terra para viver e plantar segundo seus costumes, a exemplo da resistência Mapuche. Ressaltam-se, ainda, as lutas das mulheres guerrilheiras, engajadas em feminismos populares e insurgentes, pela garantia de terra para quem nela trabalha e os movimentos de mulheres-mães que tiveram seus filhos assassinados pelas autoridades estatais e paramilitares.

A luta das mulheres para melhorar a sua condição e pela sobrevivência de suas comunidades é, também, uma jornada de trabalho extenuante, para melhorar a situação de existência da humanidade.

A Jornada Pedagógica

Em todas as áreas nas quais se atua e vive, cabe às mulheres, mesmo que não sejam militantes ou ativistas, a jornada da educação. E isso exige desde dispêndio micro, como ensinar um filho, companheiro, esposo a cozinhar, limpar adequadamente, prestar atenção nas necessidades básicas da rotina, etc., até convencer um juiz – teoricamente imparcial – sobre os paradigmas de uma criminologia feminista, ou simplesmente a importância dele escutar a versão da mulher em situação de violência ou de estupro marital.

Como as mulheres ainda estão muito vinculadas a profissões da área de saúde, educação, alimentação e cuidados, cabe também a elas a jornada pedagógica de transformação desses espaços. São responsáveis pela mudança no cotidiano escolar e nos serviços de educação e cuidado: educar para a diversidade, sexualidade, equidade, etc.

No âmbito comunitário e familiar existe a responsabilidade moral pela socialização das crianças, que adquire, por vezes, um viés de uma jornada de transformação social antipatriarcal e antirracista. Já que, historicamente, o papel das mulheres nas comunidades e famílias é mais de educar do que ser autoridade, conforme Saffioti (1987, p. 37) ilustrou bem:

[...] o pai pode omitir-se em tudo, mas resguarda a autoridade. Mesmo quando cabe à mulher total responsabilidade pela educação dos filhos, é ela mesma que, diante de uma traquinagem dele, ao invés de aplicar-lhe o castigo devido, omite-se ameaçando-o com o famoso “contarei tudo a seu pai quando ele chegar. A autoridade, assim, permanece nas mãos daquele que não educa. A responsabilidade cabe àquela que não detém autoridade.

A jornada pedagógica é uma jornada de trabalho empreendida pelas mulheres em todos os espaços de suas relações afetivas, os quais acreditam que poderiam e deveriam ser transformados. Entretanto, nenhuma mulher deveria ter a obrigação pedagógica de educar e transformar as relações machistas-racistas, pois esse dever moral é uma grande sobrecarga.

A Jornada Sexual

Es nuestra sensación de valia la que está en juego en cada relación sexual (FEDERICI, 2013, p. 49).

A jornada sexual é considerada como trabalho, pois as mulheres, majoritariamente, são vistas como aquelas que dão prazer, que são responsáveis por agradar seus/suas parceiros/as. Além disso, as normas das relações sociais heterossexuais constituem regimes e padrões sociais caracterizados pela conquista, pela posse dos corpos e violência sexual.

Um elemento interessante é considerar a jornada de trabalho sexual como valor que é apropriado por outrem, como na frase usual “as mulheres precisam se dar valor”. Federici (2013) demonstra que a norma que é ensinada à maioria das mulheres é a de que “*hay que mantener altos los precios*”:

Pero nunca se nos permite olvidar el intercambio producido, porque nunca transcendemos la situación de relación-valoración en nuestras relaciones amorosas con los hombres. “Cuánto?” es la pregunta que siempre domina nuestra experiencia con la sexualidad. [...] Si ya estamos en la cama los cálculos se vuelven

más complicados, porque también tenemos que contar con las posibilidades de quedarnos embarazadas, lo que significa que entre jadeos y suspiros, tenemos que calcular nuestro calendario menstrual (FEDERICI, 2013, p. 49).

Lerner (1986) analisou que a apropriação, por parte dos homens, de capacidade sexual e reprodutiva das mulheres ocorreu antes da formação da propriedade privada e da sociedade de classes. O uso dos corpos das mulheres como mercadorias estaria na base da propriedade privada. Carneiro (1995) denuncia o “estupro colonial”, que aconteceu com a colonização da América Latina. Nossa América teria nascido de um estupro, uma posse violenta e nada romântica dos corpos das mulheres originárias e negras.

A dependência econômica se torna, também, uma forma de controle sobre a nossa sexualidade: *“Es la razón por la que el trabajo sexual es todavía hoy una de las principales ocupaciones laborales de las mujeres y la razón de que la prostitución subyazca en cada encuentro sexual”* (FEDERICI, 2013, p. 48). Proporcionar prazer ao homem é o que se espera de toda mulher, por essa razão *“sexo es un trabajo”* (FEDERICI, 2013). E obter liberdade sexual ou direito a sexualidade significa, ainda, a obrigação de fazer sexo desfrutando. A relação sexual com outras mulheres também é proibida na socialização de gênero, já que, segundo a moral burguesa, ela não é produtiva.

Conforme Pateman (2018), existe um contrato sexual prévio ao contrato social, no qual as mulheres têm o controle da sua sexualidade submetido ao capital. Se pressupõe que elas consentirão:

El derecho de la mujer a rechazar el consentimiento es también un asunto de importancia más general. Fuera del matrimonio, la violación es un delito penal grave; sin embargo, las pruebas demuestran que la mayoría de los violadores no se los enjuicia. Las mujeres han constituido el ejemplo de esos seres a quienes los teóricos políticos han considerado carentes de capacidades para conseguir la condición de individuo y ciudadano, o para participar en la práctica del consentimiento; pero a las mujeres, simultáneamente, se las ha percibido como seres que, en sus vidas personales, siempre consienten, y cuyo rechazo explícito al consentimiento puede ser desestimado y reinterpretado como consentimiento (PATEMAN, 2018, p. 290).

É também por essa razão que se torna difícil para mulheres que foram violadas conseguirem que se condene o seu agressor. Segundo Pateman (2018, p. 290): *“La opinión pública, la policía y los tribunales están dispuestos a identificar sumisión forzosa con consentimiento”*. Há uma crença “[...] difundida que cuando una mujer dice ‘no’ significa ‘si’” (PATEMAN, 2018, p. 290). Ademais, as leis que preveem penas para agressores são

geralmente interpretadas de forma cúmplice ao agressor masculino. Este “[...] não meter a colher em briga de marido e mulher, cria condições para homicídios. [...] Mulheres vítimas de violência são, frequentemente, transformadas em réis, inclusive depois de mortas” (SAFFIOTI, 1987, p. 80). Em casos de estupro, “o poder do macho” leva, muitas vezes, os próprios agentes das leis a propor manter relações sexuais com as mulheres violentadas, as considerando como mulheres disponíveis, com uma crença de que não são propriamente violentadas, mas, sim, sedutoras.

O potencial em visualizar a jornada sexual está em construir uma nova moral sexual distinta da dupla moral burguesa, como indicaram os estudos e trajetórias de Alexandra Kolontai, questionando “[...] a ideia do direito de propriedade de um ser sobre o outro e o preconceito secular da desigualdade entre os sexos em todas as esferas da vida” (KOLONTAI, 2011, p. 50).

A demanda transversal da jornada emocional

A demanda emocional, também chamada de “carga mental”⁵, consiste no peso invisível do planejamento da vida de todos/as ao seu redor. É o peso da chefia, da produção e logística das atividades domésticas, mas também da própria reprodução ampliada da vida.

É uma jornada transversal às jornadas, pois todas exigem certo planejamento em mostrar-se capaz de fazer, capaz de “dar conta” do que se espera do sujeito universal, do sujeito chefe, de poder, que, obviamente, não representa a visão de mundo de um grande contingente de mulheres. Sentir o peso moral pela responsabilidade é a definição dessa jornada. É sua responsabilidade: se você não fizer, ninguém fará, você será cobrada, ou pela escola ou por parentes, pessoas da família, amigas, etc., por não ter feito. Em tempos de crise, como os vividos no momento em que esse capítulo foi concluído, no qual atravessamos a Pandemia de Covid-19, as mulheres são convocadas a cumprirem o papel que se espera delas (cuidar, limpar, educar, trabalhar, agradar, harmonizar). É uma responsabilidade moral muito pesada.

Um exemplo das consequências dessa jornada é o alto número de infarto entre as mulheres e o próprio fenômeno da depressão pós-parto. O puerpério poderia ser muito diferente se as mulheres não tivessem que se responsabilizar, praticamente sós, por alimentar e fazer viver um pequeno ser humano, com privação de sono, alimentar, entre outras, e sem abrir mão de praticamente nenhuma outra jornada de trabalho.

⁵ Recomenda-se o trabalho da cartunista Francesa Emma, que conseguiu desenhar em quadrinhos o peso de ser uma produtora do doméstico.

Considerações finais

Pensando juntas e a partir das diversidades e desigualdades entre mulheres, certamente poderemos chegar a muitas outras jornadas que representam a sobrecarga violenta sobre as mulheres. Nós pensamos que o sobrepeso das múltiplas jornadas atribuído a elas, a partir da divisão interseccional do trabalho, é o meio de reprodução por excelência do sistema patriarcal-racista-capitalista-colonial. Nesse sentido, a defesa do comum, da transformação social e do enfrentamento à violência, passa em devolver para o centro da análise e da luta o processo de Reprodução Ampliada da Vida. É o nosso desafio utópico dos tempos atuais.

Eu realmente penso que a utopia é quando a gente se move em novas direções e visões. Utopia no sentido de que precisamos de visões para inspirar e ir para frente. Isso tem que ser global. Precisamos achar um modo de dar conta e saber como vamos interligar nossas lutas e visões e chegar a algumas conclusões sobre como desenvolver novos valores revolucionários e, principalmente, como desatrelar valores capitalistas de valores democráticos (DAVIS, 2016).

Referências

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- ARAUJO, C; PICANÇO, F; SCALON, C. Percepções e Práticas de Gênero em Perspectiva Comparada. In: BUSCHINI, C et al. (Orgs.). *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 227-243.
- CARNEIRO, S. Gênero, Raça e Ascensão social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 3, p. 544-552, 1995.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano. 2003. p. 49-58.
- CRISTIAN-MOSQUERA, L. *División Sexual y Racial del Trabajo en Colombia: Flexibilidades interseccionales con Rostros de Mujeres*. Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA, Foz do Iguaçu, 2018.
- DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 173-178.
- FALQUET, J. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação? In: ABREU, A. R. P; HIRATA, H; LOMBARDI, M. R. (Orgs.). *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 37-46.
- FEDERICI, S. *Revolución en Punto Cero: Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. España: Traficantes de Sueños, 2013.
- FEDERICI, S. *El Patriarcado del Salario: criticas feministas al marxismo*. España: Traficantes de Sueños, 2018.
- GALINDO, M; SANCHEZ, S. *Ninguna Mujer Nace para Puta*. Buenos Aires: Lavaca. 2007
- GOMES, M. A. *Divisão Interseccional do Trabalho – Por que ela é fundamental para o funcionamento do capitalismo dependente?* Uma análise das condições de (re)produção da vida de mulheres negras brasileiras. Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA, Foz do Iguaçu, 2018.
- GÓMEZ-GRIJALVA, D. *Mi cuerpo es un territorio político*. Guatemala: Brecha Lésbica, 2012.
- GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1984.
- HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 17-18, p. 139-156, 2002.
- HIRATA, H; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, A et al. (Orgs.). *Mercado de Trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 263-278.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua*. Rio de Janeiro, 2018.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. HIRATA, H. et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.

KOLONTAI, A. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LERNER, G. *La Creación Del Patriarcado*. Barcelona: Editorial Critica, 1986.

PATEMAN, C. *El desorden de las mujeres: Democracia, feminismo y teoría política*. Buenos Aires: Prometeo Livros, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 2, p. 59-79, 1997.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

Capítulo II

A representação das mulheres nos espaços de poder: realidade e desafios

Fernanda Sobral Rocha *

Introdução

Este trabalho, motivado pela pesquisa realizada no mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento, não pretendeu apresentar respostas definitivas, mas levantar ideias e questões sobre as relações de gênero e a participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão para elaboração de políticas públicas para as mulheres.

Nunca é demais lembrar que a desigualdade socioterritorial afeta sempre a população mais vulnerável, principalmente as mulheres, pois são elas que carregam sozinhas o fardo do trabalho, do cuidar da casa, dos filhos e dos idosos. A mulher é dinâmica, no sentido de que realiza múltiplas ações sobre o território para dar condições necessárias de sobrevivência para ela e para seus dependentes. Dessa forma, é preciso considerar que nossa sociedade capitalista, patriarcal e excludente, cada vez mais urbana, é um lugar de desigualdade social e de pobreza, capaz de separar o negro e o branco, o pobre e o rico, a mulher e o homem. Somos diferentes, e, para tanto, é necessário pensar não apenas na totalidade, mas atentar nas diferenças – e, juntos, assegurar a igualdade social, política e econômica de cada cidadão.

Para Caldeira (2000), o espaço urbano basicamente organiza-se em padrões de diferenciação social e de separação. Por isso, no mesmo sentido proposto pelo autor, pode-se pensar que o espaço urbano, palco de conflitos sociais, passou a ser visto como algo a ser dividido, repartido, vendido pelo valor mais alto, e, com isso, parte da sociedade é excluída e marginalizada. Ampliando essa abordagem, encontramos em Santos (2014) que o espaço habitado atingiu uma situação-limite, e que o processo destrutivo poderá ser irreversível. Portanto, o olhar sobre as relações de gênero no território significa uma nova percepção que busca as vozes dos excluídos.

* Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Foz do Iguaçu, 2019).

E-mail: fernanda.rocha@unila.edu.br

A perspectiva da mulher no planejamento territorial, seja no espaço urbano ou no espaço familiar, é compreender sua representatividade nos espaços. Esse é o elemento chave para repensarmos o planejamento, superando a participação democrática da sociedade e da luta pelos direitos; esse olhar significa uma nova solidariedade urbana, que busca introduzir a população mais vulnerável nos espaços de decisão.

Sendo assim, o planejamento urbano deve ter em vista seu caráter inclusivo e participativo, ao mesmo tempo pensado no viés de gênero, na necessidade de incluir mulheres no planejamento como agentes transformadoras. Compreender tais práticas aproxima para um pensamento crítico dos paradigmas traçados historicamente por homens, em que os problemas vividos pelas mulheres são invisíveis, resultando em políticas públicas que não consideram o coletivo.

Perceber esse cenário é compreender que as mulheres estão nos discursos do território, e a dimensão abordada neste capítulo, a “representatividade”, é apresentar uma mulher ativa no meio que a rodeia. Esses posicionamentos são premissas para um diálogo sobre as relações de gênero e os impactos de uma sociedade desigual – o empoderamento das mulheres já é visto por toda a sociedade, seja na participação em debates, na conscientização de direitos e autonomia social e política, mas a sociedade brasileira ainda precisa superar grandes desafios.

O território como arena da desigualdade

Pensar o território na perspectiva de gênero é, acima de tudo, pensar nas desigualdades que se concretizam pela apropriação desigual do espaço, pois o acesso à terra acontece de forma desigual. Trata-se de uma segregação socioespacial que acomete a população desprovida de recursos e de espaços, e, segundo Maricato (2013), de uma sociedade desigual como a nossa, seria impossível esperar outras características. Tais características têm a ver com o poder, tanto no sentido de apropriação como de dominação. De fato, o território carregado de poder exerce a exclusão, pois “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos” (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Toda ação desenvolvida na sociedade se materializa no território, e, através dessa relação, interfere na vida social, econômica e política de cada indivíduo, com o poder atingindo em sua forma mais brutal a população mais vulnerável. Percebe-se o enfraquecimento na vida social e o desaparecimento dos territórios, porque “toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial – isto é, em outras palavras, “desterritorialização” (HAESBAERT, 2016, p. 315).

Essa ideia está ligada a uma forte fragmentação do território, que separa classes sociais seja por fatores econômicos, históricos ou culturais no território. Pode-se dizer que a população mais pobre reside em áreas distantes e sem acesso aos serviços essenciais, uma vez que os espaços mais valorizados tendem a localizar-se mais próximos ao centro da cidade. Logicamente, a população mais pobre não consegue comprar moradias nesses locais, portanto, a segregação está ligada ao uso e ao preço do solo. Basta olhar a paisagem urbana; esse fenômeno é totalmente perceptível, piorando ainda mais quando a concentração de terras está nas mãos de poucos.

Bourdieu (2008) aponta que, através da segregação socioespacial, o controle da classe alta sobre o espaço urbano se dá conforme seus interesses. Trata-se de um efeito do território sobre o social, caracterizando-se na dominação do espaço produzido. Portanto, “não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais” (BOURDIEU, 2008, p.160). É inaceitável pensar o território em um contexto de desigualdade entre mulheres e homens – social, político e econômico.

Saffioti (2015) acrescenta, ainda, que “o domínio de um território, o chefe, via de regra um homem, passa a reinar quase incondicionalmente sobre seus demais ocupantes. O processo de territorialização do domínio não é puramente geográfico, mas também simbólico” (SAFFIOTI, 1997, apud SAFFIOTI, 2015, p. 76). Como efeito, as relações de gênero são, portanto, hierarquizadas e simbólicas, e, no território, isso não é diferente. Os esforços para garantir direitos nas relações de gênero é um desafio.

A produção do espaço se materializada quando a sociedade produz atividades fundamentais para sua sobrevivência. Dessa forma, os diferentes usos de acesso aos bens e serviços ocorrem de forma desigual, ou seja, a apropriação desigual fragmenta o espaço em sua totalidade. Melhorar essas relações no território é uma das formas de se alcançar o processo de desenvolvimento da cidade, e o empoderamento das mulheres é o elemento chave para a eficiência da economia e do próprio bem-estar da sociedade. Por essa razão, o planejamento territorial deve ser baseado nos interesses das mulheres, priorizando suas necessidades.

A representação feminina

A questão da mulher, mais especificamente dos lares chefiados por mulheres, ou seja, “lares matrifocais – dirigidos só por mulheres sem parceiro, ou cuja responsabilidade corre por conta de mulher” (DEMO, 2005, p. 2), é tema desse trabalho, pois “padecem tanto de exclusão material, quanto de exclusão política” (DEMO, 2005, p. 175).

De fato, a mulher chefe de família não depende do homem para o sustento da família, mas, ao mesmo tempo, boa parte desses domicílios são mais pobres e restritos de recursos. Isso “indica uma problemática ainda mais drástica, porque coloca sobre os ombros da mulher sozinha o ônus de sustentar a uma família em todos os sentidos” (DEMO, 2005, p. 71). Embora a mulher apresente uma progressão histórica no que diz respeito a direitos, muitas vezes, devido ao acúmulo de atividades – trabalho, família, casa –, o desafio de sua representação política é aprofundado, devido ao tempo, ao desgaste e ao cansaço do dia a dia. Muitas das mulheres com filhos pequenos não têm onde deixá-los para participarem de reuniões, de rodas de conversa, de conferências, e de tantos outros espaços que possibilitem apresentar suas ideias e trocar experiências.

O comportamento feminino no território parte das exigências do espaço produzido pelos homens, e um planejamento pensado apenas pelos homens e para os homens. Tais exigências enfraquecem a participação da mulher na política e nos espaços, o que acarreta um problema na criação das políticas públicas – porque, não havendo mulheres nos espaços de decisão para identificar o problema, formular uma solução e implementá-la, não haverá políticas públicas a fim de beneficiar as necessidades das mulheres.

No Brasil, pode-se dizer que o primeiro passo para a efetivação da igualdade ocorreu com a Constituição Federal de 1988, que assegurou a igualdade de direitos e obrigações entre mulheres e homens. Entretanto, verifica-se até hoje a permanência da desigualdade em razão histórica de uma sociedade excludente, e, no assunto de representatividade política, não houve um aumento significativo de mulheres vereadoras, deputadas, representantes, líderes, entre outras. Esse fato é causador de estranheza, já que as mulheres representam mais da metade do eleitorado brasileiro, mas apenas uma porcentagem pequena representa o parlamento.

Segundo o IBGE (2018), em 2017, o Brasil ocupava a 152ª posição entre os 190 países que informaram à *Inter-Parliamentary Union* o percentual de assentos em suas câmaras baixas (câmara de deputados) ou parlamento unicameral ocupados por mulheres parlamentares em exercício. O que cabe destacar é que a desigualdade “é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída” (SAFFIOTI, 2015, p. 75).

Diante desse aparente desequilíbrio, o aumento da representação das mulheres nos espaços emerge como um componente importante para aprimorar políticas que efetivem a igualdade, o respeito e a autonomia das mulheres. E, dado a necessidade desse caráter participativo, o acompanhamento contínuo das políticas públicas é muito importante, pois permite identificar possibilidades de aperfeiçoamento e redução da desigualdade.

Em meio a este desafio, é bom lembrar que, de acordo com o IBGE (2018), a média educacional das mulheres atinge um nível superior à dos homens. Para Safioti (2013) a mulher alcança novas perspectivas, pois o seu papel na sociedade tem se alterado ao longo dos anos.

Nenhuma política social poderia ser relevante, se não implicasse o desenvolvimento de sua cidadania. Há muita esperança aí, pois se trata de mulheres guerreiras, capazes de enfrentar tudo para preservar suas expectativas. Entretanto, ao lado da “mulher forte”, vai se desenhando, aos poucos, a “mulher inteligente”, à medida que ultrapassa o homem em escolaridade (DEMO, 2005, p. 180-181).

A transformação das mulheres empodera e garante potencialidades, e a educação é o grande diferencial, porque a mulher vai dominando seu espaço e esse caminho é a porta de entrada para ocupar sua representatividade, além de sua independência econômica. Deve-se, portanto, esclarecer que a ideia é possibilitar à mulher ser um agente ativo nos espaços de poder e de decisão, ser dona de seu próprio destino. Sua sensibilidade aos lugares excluídos é maior, além de sua preocupação com o espaço coletivo nas questões de segurança, lazer, transporte e garantias de direito. Ao pertencer a algum lugar, a mulher usuária dos recursos públicos se relaciona com o espaço, leva seus filhos às escolas, às creches, ao posto de saúde e às praças; é uma necessidade básica, e, na falta dela, tudo se torna complicado.

Em outros termos, a condição social da mulher vivencia uma nova postura de evolução num sistema capitalista que desperta suas capacidades de discussão e luta na luta por direitos. Quanto mais as mulheres utilizarem os espaços de poder e de decisão, mais mulheres o farão — e, mais do que isso, mulheres no poder incentivam outras mulheres a seguirem ao mesmo caminho.

A participação política da mulher pode mudar uma realidade, traçando uma nova estrutura do capitalismo, e configurando uma combinação de espaço participativo que respeite a diversidade cultural, a justiça e o controle social, gerando um impacto positivo na qualidade de vida da população. Segundo o relatório do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a Secretaria-Geral da Presidência da República, a interação entre mulheres e homens “produz solidariedade e identidades comuns, agregando grupos sociais que passam a agir como sujeitos políticos, com perspectivas e construções próprias, reivindicando reconhecimento, direitos, redistribuição de renda e de poder” (MPOG; SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA, 2012, p. 9).

A construção de uma sociedade democrática e justa surge no reconhecimento da igualdade de gênero, e, para tanto, é necessário muitas lutas e debates focados nas

carências das mulheres. A ideia de que a mulher é mais sensível ou incapaz de ocupar um cargo já não é desculpa; tal situação foi criada para desvalorizar a mulher, e é isso que devemos desconstruir. Ainda temos muitos desafios a serem superados, e um deles é a criação de oportunidades de inserção social nas discussões, especialmente para as mulheres, sobre as questões do território — o chão das políticas públicas. A superação da desigualdade social, inclusive as relacionadas ao gênero, é o princípio de toda e qualquer questão para um país democrático e de direito.

É no território que as desigualdades são mais evidentes. A desigualdade de mulheres e homens colabora para produzir uma hierarquia política, social e econômica. Destaca-se, ainda, que são as mulheres chefe de família que sofrem ainda mais, vivendo uma situação de total negligência do Estado. É uma combinação de muitos fatores, principalmente da pobreza e do preconceito, e uma das melhores maneiras para superar a desigualdade é o empoderamento da mulher. É ela sentir-se capaz, é sentir-se útil.

Considerações finais

A leitura abre uma discussão relevante acerca das relações de gênero, trazendo a necessidade de incluir mulheres no planejamento territorial, como agentes que discutem, debatem, e se interessam com os problemas que as rodeiam. Mas, apesar do aumento da representação da mulher nesses espaços, a desigualdade permanece, provavelmente em função histórica de um sistema excludente. Diante desses desafios, fica evidente a necessidade de se pensar diferentes formas de planejar a cidade, através da participação social nas políticas públicas.

O planejamento territorial na perspectiva de gênero deve ser aproximado e debatido para o desenvolvimento social, político e econômico. Muitas mulheres ainda têm dificuldades de ocupar cargos de poder, serem eleitas ou terem voz ativa nas tomadas de decisões políticas. O conceito de políticas públicas para as mulheres não quer dizer garantir mais ou menos mulheres nos espaços, mas sim garantir a igualdade entre mulheres e homens. A ausência das mulheres nos espaços de poder e de decisão não garante um debate nas questões de direitos necessitados por elas, e a presença feminina nesses espaços permitiria um diálogo sobre questões relacionadas às suas carências.

Não se pode deixar de observar, ainda, que mulheres com mais direitos não implicam homens com menos direitos, e, ao se tornarem protagonistas nos espaços de poder, incentivam outras mulheres a fazê-lo. Sendo assim, a representação da sociedade em geral é relevante para uma implementação mais efetiva das políticas públicas, que considere o social e que se preocupe principalmente com questões de todos, já que um cidadão participativo é um cidadão mais capacitado para representar.

Referências

- BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. et al. *A Miséria do mundo*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 159-166.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- CALDEIRA, T. P do Rio. *Cidade de muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.
- DEMO, P. *Dureza: pobreza política de mulheres pobres*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho*. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho.html>>. Acesso em: 18 set. 2018.
- MPOG E GESTÃO E A SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Projeto apoio aos diálogos setoriais união Europeia/Brasil. *Relatório – Participação social na administração pública federal: desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação*, 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/participacao%20social%20na%20administracao%20publica%20federal.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

Capítulo III

O papel das mulheres na negociação de paz entre o governo da Colômbia e as FARC (2012-2016)

Lívia Brito Barbosa *

Elena de Oliveira Schuck **

Introdução

Os conflitos armados têm impacto diferenciado nas mulheres. Para transformar essa condição, em vários lugares e momentos históricos, mulheres estiveram mobilizadas em torno da promoção da paz e da igualdade de gênero, e essa incidência deu origem a instrumentos de participação política das mulheres. Na América Latina, destaca-se o caso da incidência das mulheres na negociação de paz entre o Governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), ocorrida em Havana durante os anos de 2012 e 2016, a fim de incluir a agenda de direitos das mulheres. Essa incidência acarretou na inclusão da perspectiva de gênero de maneira transversal em todos os temas da agenda de negociações, como nunca havia ocorrido em negociações anteriores no mundo.

A presente pesquisa investiga o papel das mulheres para a inclusão da perspectiva de gênero na negociação de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC. Para isso, apoia-se em teorias feministas, que têm o gênero como categoria central de análise. Essa perspectiva observa um trato diferente entre (e sobre) os gêneros, que não tem explicação nos sexos biológicos, mas na carga cultural patriarcal, que determina relações de poder, dominação e submissão entre o que é considerado masculino sobre o que é considerado feminino (SCOTT, 1986). Nesse sentido, “a opressão de gênero se adapta a cada localidade, comprovando que a estrutura patriarcal é internacional e não está restrita a alguma área ou região” (SARTORI, 2017, p. 37). Assim, identifica-se a estrutura patriarcal na América Latina, agravada pela estrutura racista e de classe:

* Bacharel em Relações Internacionais e Integração pela UNILA.

E-mail: liviabritoarbarbosa@gmail.com

** Mestra e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi professora substituta da UNILA e atualmente é pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

E-mail: elena.schuck@gmail.com

En Colombia, como en toda América Latina, la configuración y reproducción de las identidades masculinas y femeninas han estado fuertemente influidas por la Iglesia católica y simbolizadas en el doble concepto de machismo-marianismo. Desde la Colonia, las imágenes de hombres y mujeres no sólo reflejan la jerarquía de las relaciones de género, sino que además están profundamente atravesadas por las relaciones de clase y de etnia. Las mujeres se encontraban relegadas a la sumisión, la castidad, a ser piadosas y serviciales, guardianes de la moral y del honor de la familia. Pero esas virtudes a semejanza de la virgen María se exigían más a las mujeres blancas de la élite, mientras que las indias y mulatas eran consideradas "débiles ante el pecado" y, por lo tanto, servían únicamente como objetos de placer (MEERTENS, 2000 p. 24).

A perspectiva feminista, no entanto, não observa apenas as opressões, mas dá visibilidade à história das mulheres que foi suprimida na historiografia tradicional e às iniciativas de transformação da estrutura patriarcal. A partir disso, formam-se bases e estratégias para transformar essa condição e poder acessar direitos (LUGONES, 2014).

Neste estudo, entende-se que as violações de direitos das mulheres nos conflitos armados contribuem para a ausência de uma história de si mesmas, contadas por suas próprias protagonistas (SANCHEZ; URIBE, 2018). Por esse motivo, é importante a coleta de depoimento de testemunhas, para que elas possam contar sua própria história.

Assim, para a realização desta pesquisa, optou-se por uma metodologia qualitativa baseada em revisão bibliográfica e na realização de entrevistas com sete organizações de mulheres e feministas¹, selecionadas por serem sujeitas coletivas organizadas em torno do ativismo de superação da desigualdade de gênero no país. As entrevistas são do tipo semi-estruturadas², em que perguntas pontuais são feitas, mas a pessoa informante tem autonomia para desenvolver sua resposta livremente.

Mulheres, paz e segurança

Nos conflitos armados, as mulheres desempenham papéis ativos variados, tanto como combatentes, quanto como resistência pacífica. Por outro lado, são a maioria dentro das populações deslocadas, alvos de violência sexual como estratégia de guerra, entre outras situações que levam a perceber uma maior disparidade de gênero

¹ É possível consultar no Apêndice 2 de Brito (2019) um resumo das organizações entrevistadas.

² Seis das entrevistas foram realizadas pessoalmente em junho de 2018 em Bogotá, financiadas pelo Edital de Apoio a TCC da Pró-reitoria de Graduação da UNILA e por colaboradores e colaboradoras de uma campanha de financiamento coletivo virtual; já a sétima, foi realizada à distância, por conferência. As entrevistas na íntegra podem ser consultadas no Apêndice 3 de Brito (2019).

em situações de conflitos armados. Apesar dos desafios na garantia dos direitos delas nessas situações, elas não devem ser consideradas vítimas, devido ao seu papel ativo na resistência à violência e em defesa dos seus direitos. Ainda que seja crescente a presença das mulheres em muitos espaços que anteriormente eram exclusivos aos homens, esse processo foi fruto da resistência delas e das lutas pelos seus próprios direitos. Sobre isso, a Comandante e diretora da subcomissão de gênero das FARC comenta:

[...] entonces esa historia de que la guerra es asunto de hombres, pues no es tan cierto porque a las mujeres es a las primeras que golpea la guerra y obviamente también hacen resistencia y estamos allí a lo largo de estas confrontaciones, en la independencia, en la lucha por la independencia, como lo hemos venido haciendo la guerrilla por estos 52 años de lucha (SANDINO, 2016).

Nesse sentido, é importante esclarecer que a cidadania foi negada às mulheres por muitos anos, relegando-as às tarefas de cuidadoras da família e do lar, e também as negou a possibilidade de participação nos grupos armados. Ainda que hoje elas possam participar das filas militares, isso por si só não implica em uma igualdade de gênero no interior dos exércitos. As forças armadas têm se convertido em espaços onde a discriminação se repete, como esclarece Maria Emma Wills Obregon (2005).

A autora baseia a afirmação na observação de diferentes grupos armados revolucionários e da composição do exército da Colômbia na ocasião, através dos quais identificou mulheres realizando trabalhos domésticos e de cuidado a crianças e feridos – comumente atribuídos às mulheres. Além disso, observou o controle exercido sobre os corpos delas, como o controle da natalidade. Isso a leva a denunciar que a inclusão das mulheres nas forças armadas não têm sido um direito político adquirido, mas uma “armadilha” do patriarcado.

No que diz respeito à definição de paz, cabe delimitar a diferença entre o conceito de paz negativa, que corresponde à ausência de violência física e direta, e o conceito de paz positiva, definida como a ausência de violência direta, indireta e estrutural. Com essa visão, entende-se que o estabelecimento da paz vai além de finalizar as hostilidades diretas, mas deve transformar as estruturas de opressão e desigualdade que impedem as pessoas de satisfazerem suas necessidades básicas e desenvolverem seus projetos pessoais e coletivos (VELASQUEZ, 2000). A partir da perspectiva feminista, compreende-se que o estabelecimento de uma paz positiva só é possível com o fim da estrutura patriarcal.

Ao longo da história mundial, identifica-se iniciativas de mulheres que se organizaram no sentido de promover a paz e que sustentam a existência de um fluxo de

sororidade³ de mulheres que ultrapassa fronteiras nacionais, a chamada “sororidade internacional” (MAGALLÓN, 2006). No caso colombiano, veremos adiante que houve apoio internacional para a reivindicação dos direitos das mulheres ante a negociação de paz. Além disso, as organizações colombianas também colaboraram à sororidade internacional na agenda de mulheres, paz e segurança, fazendo parte de redes que colaboraram para a aprovação da resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança (QUINTEIRO, 2018 – informação verbal⁴), que estabeleceu a obrigatoriedade da participação das mulheres na construção da paz, proteção e atenção específicas às mulheres, luta contra a impunidade e pela justiça de gênero e a documentação e visibilização desde uma perspectiva de gênero.

Nos conflitos armados da Colômbia, as mulheres estiveram vinculadas a diversos papéis – no entanto, ainda pode-se identificar a disparidade de gênero. Brito (2019) realizou uma pesquisa histórica sobre os papéis desempenhados pelas mulheres em sua diversidade ao longo dos mais de 50 anos de conflito, bem como sobre as violências direcionadas a elas, a fim de compreender a agenda de reivindicações das organizações feministas. A autora observou particularidades que indicam a necessidade de políticas de reparação diferenciadas, não só de acordo com as vitimizações, mas também respeitando e adaptando-se às particularidades dos diferentes grupos sociais que foram afetados. Assim, organizações de mulheres incidiram sobre a negociação de paz, a fim de reivindicar a garantia dos direitos concernentes à diversidade de mulheres.

A incidência feminista sobre os diálogos de paz

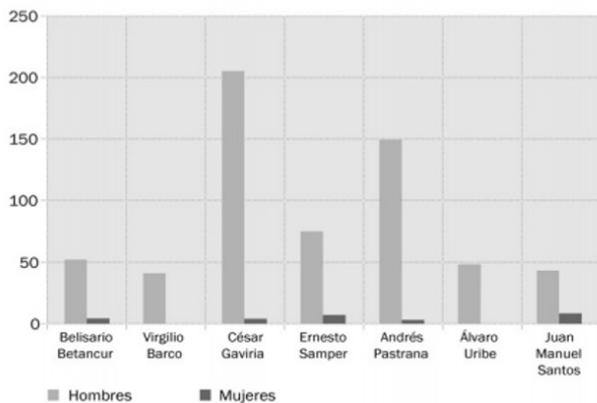
Com a finalidade de contextualizar a perspectiva de gênero no acordo, cabe tratar da participação das mulheres nos processos de paz anteriores que ocorreram no país. Os gráficos de Chaparro e Martínez (2016) demonstram que o número de mulheres como negociadoras não tem sido alto: em quatro negociações, menos de 2% do corpo de negociadores são mulheres, e, no diálogo aqui tratado, foram 15%. Porém, a quantidade de mulheres nas comissões de apoio às negociações é significativa. Em suma, isso demonstra que as mulheres têm aumentado sua presença nos bastidores das negociações, mas estiveram excluídas das esferas de decisão.

³ Sororidade é um termo que se emprega para referir à solidariedade entre mulheres em um contexto de discriminação de gênero. Vem do latim “*soror*” referente à “irmã”, considerado o oposto de “*frater*” que significa “irmão”, e deu origem à palavra “fraternidade”.

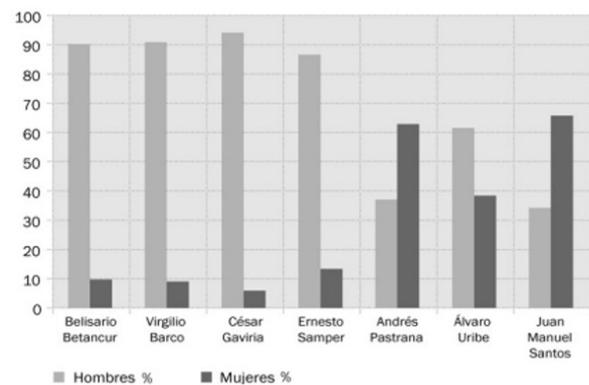
⁴ Entrevista concedida a Livia Brito em Bogotá (Colômbia), em junho de 2018.

Figura 1 – Porcentagem de inclusão de mulheres como negociadoras em processos de paz na Colômbia (à esquerda) e Porcentagem de inclusão de mulheres como integrantes das comissões de apoio às negociações de paz na Colômbia (à direita).

GRÁFICA 1
Porcentaje de inclusión de mujeres como negociadoras en procesos de paz en Colombia (1982-2016)



GRÁFICA 2
Porcentaje de inclusión de mujeres como integrantes de las comisiones de apoyo a las negociaciones de paz en Colombia (1982-2016)



Fonte: Chaparro; Martínez (2016, p. 78-79).

A inclusão das mulheres como negociadoras seria um indicativo de participação política igualitária de gênero no processo de paz. No entanto, o fato de haver mulheres nas esferas de poder não significa, necessariamente, que a perspectiva de gênero estará representada nessas instituições, já que a condição de mulher não faz com que ela esteja comprometida com essa perspectiva. Este direcionamento é importante para que a política deixe de reproduzir as barreiras que geram desigualdade e impedem as mulheres de ocupar os cenários de poder (CHAPARRO; MARTÍNEZ, 2016).

Ainda a partir dos gráficos, é possível identificar que o último processo de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC teve uma baixa porcentagem de mulheres como negociadoras na delegação do governo. Na verdade, quando os diálogos de paz com as FARC começaram, em 2012, o primeiro grupo de negociadores por parte do governo era completamente formado por homens. A ativista Quintero (2018) indicou que a ausência de plenipotenciárias mulheres na delegação do governo motivou a primeira reação dos coletivos de mulheres frente à negociação, com o envio de uma carta ao presidente da república. Na ocasião, a delegação das FARC nomeou “de última hora” a cidadã holandesa Tanja Nijmeijer, que se incorporou ao grupo de negociadores homens depois do início das negociações (EL PAIS, 2012).

Nesse sentido, é de surpreender que o acordo tenha tido uma subcomissão de gênero para discutir cada um dos pontos da agenda, com a finalidade de garantir a verdade, justiça e reparação para as mulheres. Diaz (2015) afirma que isso só se deu

graças a um acúmulo de lutas dos movimentos de mulheres e feministas no país. Esses movimentos, em geral, se posicionaram historicamente pró-paz (CHAPARRO, 2018 – informação verbal⁵).

Nesse período, muitas organizações de mulheres estiveram atuando na construção da paz na Colômbia. Dessas, nove puderam manifestar-se na mesa de negociações⁶. No entanto, ao longo da realização das entrevistas, notou-se a incidência de outras organizações na *Cumbre de Mujeres y Paz*, ocorrida em 2013. Essa *cumbre* é composta pela aliança de oito organizações, redes e plataformas de mulheres da sociedade civil⁷, com a finalidade de reivindicar direitos para as mulheres na construção da paz na Colômbia. Sobre a *Cumbre*, Angela Cerón, da *Iniciativa de Mujeres Colombianas por la Paz*, informa:

Primero nos tuvimos que juntar como sujeto político, nosotras solas golpeando como IMP, no nos hubiera escuchado nadie. Pero cuando ya llegamos como cumbre, 8 organizaciones de mujeres, con reconocidas, con una experiencia, cada una con sus experiencias, o sea: la Casa de la Mujer con su experiencia desde el feminismo; las indígenas, las campesinas, las afrodescendientes, nosotras que venimos del movimiento sindical y que tenemos experiencia en todo el proceso de justicia transicional, que éramos las únicas que habíamos trabajado en el tema de la ley 975, teníamos casos reales. Eso daba una potencia. Y llegar como colectivo a hacer presencia, creo que, y no fue gratis, eso nos tocó (CERÓN, 2018 – informação verbal⁸).

Victoria Sandino oferece um panorama a partir da mesa de negociações:

[...] las mujeres hicieron una serie de observaciones y de manifestaciones en torno a que querían que sus voces fueran escuchadas en la mesa de conversaciones. Y eso por el mecanismo que se estableció en la mesa de que era solamente entre las partes, con unos garantes, con un mecanismo cerrado, pues no permitió que se escucharan. Entonces, ante eso, las mujeres que estábamos ahí, las mujeres de la insurgencia, propusimos escuchar las mujeres por a parte. Hablamos con las mujeres del gobierno y nos pusimos de acuerdo y empezamos a hacer, como se

⁵ Entrevista concedida a Livia Brito em Bogotá (Colômbia), em junho de 2018.

⁶ Foram elas: *Casa de la Mujer*, *Corporación Humanas*, *Corporación Mujer Sigue Mis Pasos*, *DEJUSTICIA*, *Escuela de Estudios de Género de la Universidad Nacional*, *Iniciativa de Mujeres por la Paz*, *PROFAMILIA*, *Ruta Pacífica* e *Sisma Mujer*.

⁷ São as seguintes: *Alianza Iniciativa de Mujeres Colombianas por la Paz – IMP*; *Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia – ANMUCIC*; *Casa de la Mujer*, *Colectivo de Pensamiento y Acción “Mujeres, Paz y Seguridad”*; *Conferencia Nacional de Organizaciones Afrocolombianas C.N.O.A.*; *Liga Internacional de Mujeres por la Paz y la Libertad – LIMPAL*; *Mujeres por la Paz*; e *Ruta Pacífica de las Mujeres*.

⁸ Entrevista concedida a Livia Brito em Bogotá (Colômbia), em junho de 2018.

dice, lobby con hombres de las distintas delegaciones y fue como concretamos la subcomisión de género (SANDINO, 2016).

De forma unânime entre as entrevistadas, a *Cumbre de Mujeres por la Paz*⁹ de 2013 foi decisiva na pressão à mesa de negociações com a finalidade de formar a subcomissão de gênero. Essa *Cumbre* contou com a participação de 500 mulheres de diferentes lugares do país, para compor uma agenda e lista de proposta para enviar à mesa de negociações que já acontecia desde 2012 em Havana (VALLEGO, 2018 – informação verbal¹⁰).

Quando finalmente a subcomissão foi formada, alguns dos pontos da agenda de negociações já tinham sido discutidos, de forma que parte do desafio da subcomissão foi o de revisar esses pontos. Para Lorena Vallego (2018), da organização feminista Casa de la Mujer, isso demonstra que, antes da reivindicação, as duas delegações não tinham vontade política de incluir a perspectiva de gênero.

Além disso, Diaz (2018 – informação verbal¹¹) destaca a cooperação internacional nesse processo – especialmente no papel exercido pela ONU Mulheres –, facilitando, com recursos, os encontros de mulheres, de organizações de vítimas, entre outros. Outra incidência importante foi a das dez ex-combatentes de insurgências internacionais e nacionais (da África do Sul, Irlanda do Norte, Guatemala, El Salvador, Indonésia e Uruguai), convidadas à mesa de negociações em Havana. Essa cooperação demonstra a sororidade internacional entre mulheres desmobilizadas na construção da paz na Colômbia.

Finalmente, é importante ressaltar o notório comprometimento das delegações na efetivação da perspectiva de gênero¹² no Acordo:

Están los dos actores: gobierno y guerrilla, que no es que supieran del tema, ni lo sabían, ni lo conocían, pero logra hacer, logran hacer una apertura, comprometerse, y con la creación de la Subcomisión de Género, que también es presión, y esto es un logro que es lo excepcional, con la Subcomisión de Género se logró que hubiese una instancia especial preocupada por el asunto, que no tenía al principio, como ellas mismas lo narran, mucho... mucho reconocimiento, pero que poco a poco van ganando y se van posicionando y ellas mismas van

⁹ Para obter mais informações sobre a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, consultar a página oficial: <<http://cumbrenacionaldemujeresypaz.com/>>.

¹⁰ Entrevista concedida a Livia Brito em Bogotá (Colômbia), em junho de 2018.

¹¹ Entrevista concedida a Livia Brito em Bogotá (Colômbia), em junho de 2018.

¹² Em Brito (2019), aponta-se resumidamente as políticas estabelecidas em cada ponto da agenda de negociações para atingir esses eixos.

apropiando la temática, entendiéndola, comprometiéndose. Y entonces se da esa sinergia, ya no solo entre el movimiento, [...] comunidad internacional, sino entre los dos actores negociadores (DIAZ, 2018).

Assim, formou-se uma subcomissão de gênero, composta por cinco integrantes de cada delegação, tanto do Governo como das FARC. Além delas, foram convidadas trinta e seis mulheres vítimas do conflito armado, dezoito organizações de mulheres e LGBTQ+, dez especialistas nacionais em violência sexual, e as dez ex-combatentes de insurgências internacionais e nacionais.

A perspectiva de gênero no Acordo Final

O primeiro acordo resultante dessas negociações foi o plebiscito nacional, ocorrido em 2 de outubro de 2016. O plebiscito perguntava "Você apoia o Acordo final para a terminação do conflito e construção de uma paz estável e duradoura?" e, como resposta, o *não* obteve 51,21% das votações e o *sim*, 49,78%. Acredita-se que os acordos estabelecidos pela subcomissão de gênero foram a principal crítica que motivou a oposição e contribuiu para a não referendação do Acordo como um todo. Vallego (2018) sustenta essa posição, afirmando que:

Así como el enfoque de género fue una ganancia del movimiento feminista y no surgió del gobierno, el tema [...] del cambio del acuerdo fue un tema de la sociedad civil, tampoco fue del gobierno; fueron los sectores religiosos y de derecha del país que se organizaron, que salieron a protestar, a marchar, precisamente porque el acuerdo no les parecía. Digamos, y su postura tuvo un peso, digamos, político importante en el plebiscito, cuando gana el No, no se refrenda el acuerdo (VALLEGO, 2018).

Por esse motivo, o trabalho das organizações de mulheres foi além da incidência na mesa de negociações para garantir os direitos das mulheres, realizando também a conscientização da população civil a respeito do Acordo e do que era a perspectiva de gênero que estava sendo incluída, pois havia muita desinformação a respeito desse tema. Vallego (2018) trata da experiência na *Casa de la Mujer*:

Nosotras estuvimos como con las mujeres antes de que se firmara el acuerdo, antes del plebiscito, en los territorios, explicando de qué se trataba también el acuerdo. [...] Había un imaginario muy fuerte en Colombia de que el acuerdo era para las FARC y creo que todavía está. La gente, digamos, como que no lo ha leído, no lo ha revisado y dicen: "no, pero eso es para las FARC". "Eso es para que

les entreguen a ellos curules”, “eso es para que ellos lleguen a la presidencia”, así te lo decían. [...] Revisemos los puntos, o sea, ¿cuál es el punto que, en realidad, toca el tema de las FARC fuertemente? El punto tres, el fin de conflicto, los demás puntos nos abren la posibilidad de construir otra sociedad; [...] el acuerdo nos abre posibilidades de pensarnos el papel de las mujeres rurales, la participación política de las mujeres para profundizar la democracia (VALLEGO, 2018).

Essa desinformação se dava por dois fatores: por um lado, pelo tamanho do Acordo final, que tinha 297 páginas, e acabou inacessível a parte da população. Por outro, pela estratégia de desinformação conhecida como “ideologia de gênero”. Segundo Viveros (2016), na Colômbia, criou-se um inimigo comum conhecido como “ideologia de gênero”, que estaria corrompendo as crianças e destruindo os valores familiares. Isso baseou-se em notícias falsas sobre a suposta distribuição de cartilhas de educação sexual nos colégios, as quais nunca existiram. Trata-se de uma estratégia de desinformação, que recorre ao pânico moral para deslegitimar os conhecimentos produzidos sobre as relações de gênero e sexualidade e os direitos alcançados pelas lutas do movimento feminista.

Devido a essa estratégia de desinformação, houve críticas às medidas que haviam sido aprovadas para a população LGBTQ+, ao mesmo tempo em que se pedia a inclusão da comunidade cristã em certas medidas (VALLEGO, 2018). Por isso, houve mudanças no acordo, especialmente nos pontos que refletiam o enfoque de gênero. Para as entrevistadas, as mudanças não foram muito significativas quanto aos direitos estabelecidos para as mulheres — em alguns casos foi substituído o término “gênero” por “mulheres” — no entanto, foram excluídas diversas menções à comunidade LGBTQ+.

El aspecto de mujeres no se afectó mucho, pero se incluyeron cosas que son negativas, [...] el énfasis en la defensa de la propiedad privada, para proteger la gente que tiene; el énfasis en la defensa de la familia, en el sentido de la familia tradicional por la cuestión de la ideología de género [...], pero en ese sentido de lo violencia sexual [...] no le cortaron tanto, no obstante, sí a los LGBTI, se les deja solo como... algunas víctimas de algunos casos, pero no se les reconoce otros tipos de posibilidades, el derecho a existir, el derecho a ser, sino... aquí... desde la perspectiva de ese movimiento que nos llaman ideología de género, la idea es que “eso no debe existir”, “eso no debe ser”, “eso no debe... no debe legitimarse a través de un acuerdo, ni de una constitución, ni la sociedad debe aceptar eso” (DIAZ, 2018).

A mudança no sentido de defesa à propriedade indica que as motivações para as críticas ao acordo não residiam unicamente na defesa aos padrões de gênero, mas também em motivos econômicos. O país nunca teve uma política de reforma agrária, que

era parte da reivindicação das FARC como grupo armado. Assim, a política estabelecida no Acordo se propunha a realizar uma mudança estrutural no sentido de uma maior igualdade socioeconômica, e desagradou setores mais privilegiados da população. Como indica Chaparro (2018), a estratégia da “ideologia de gênero” se aproveita do pânico moral para desviar a atenção de uma ação impopular.

É importante ressaltar, ainda, que a luta feminista pacifista no país em guerra resiste à perseguição, assim como outros setores do feminismo, da comunidade LGBTQ+ e de líderes sociais. Cerón (2018) buscou nos territórios e levou junto com sua organização muitas mulheres sobreviventes a fazerem denúncias para as instâncias da Justiça Transicional para julgamento e reparação, no processo de Justiça e Paz (2005) que ocorreu com os paramilitares. Segundo relatou na entrevista, sofreu ameaças e teve o seu apartamento destruído em uma ocasião, tendo que passar dez anos com o auxílio do sistema de segurança do governo.

Como uma avaliação geral, questionou-se às informantes se elas acreditavam que acordos de paz podem reparar as mulheres afetadas por conflitos armados e se podem ser um instrumento de inclusão política. As respostas foram plurais, e serão apresentadas em seguida. Sindy Torres (2018), da equipe de gênero do partido FARC, acredita que o acordo pode reparar de maneira integral as mulheres, tanto de maneira material como simbólica, além de garantir a não-repetição:

Sí se repara, no solamente de manera concreta sino histórica de las mujeres. Se repara, uno, al reconocerles que son sujetas de derechos; dos, al reconocer que sí fueron afectadas por una guerra, digamos, de más de 50 años; y tres, se repara en términos también, si se quiere económicos y simbólicos, y simbólicos porque hay unas situaciones que tú no puedes reparar con plata, pero sí puedes reparar desde la ética y la moral, ¿cierto? Entonces, el hecho de tener una justicia integral que me permita saber qué pasó cuando desaparecieron a mi compañero, a mi familia [...] Y para eso [...] es el Sistema de Verdad, Justicia y Reparación, precisamente para reconocer esas diferencias, para reconocer esas violencias, esas vulneraciones y, de manera restaurativa, generar un diálogo de no repetición y un acuerdo de no repetición (TORRES, 2018 — informação verbal¹³).

Uma das ativistas, Ángela Cerón (2018), opinou que o Acordo não poderia reparar as mulheres, porque entende que o modelo de reparações coletivas dificilmente dará conta de reparar as vítimas do conflito, especialmente de violência sexual.

¹³ Entrevista concedida a Livia Brito em Bogotá (Colômbia), em junho de 2018.

Digamos que fue alias Pedro Pérez, el ya no está, o bueno, puede ser que esté, puede ser que esté y él diga: “bueno, sí, yo me arrepiento y, sí, yo cometí el delito”. Entonces se sientan en un proceso de negociación [...] tenemos 30 días para víctima y victimario ponernos de acuerdo y entonces el acuerdo es hacer un puente en la comunidad. Entonces pensar reparaciones colectivas para las mujeres víctimas de violencias sexuales es muy, muy complejo (CERÓN, 2018).

Sandra Luna (2018), da *Ruta Pacífica de Mujeres*, identificou que, a partir da pesquisa da Comissão da Verdade das Mulheres realizada pela organização, para as mulheres que foram vítimas o que elas viveram e o que aconteceu é irreparável. No entanto, opina que as medidas estabelecidas no Acordo permitem restabelecer um projeto de vida e realizá-lo, para assim ajudar a superar as violações de direitos passadas. Dentre as medidas, Luna (2018) destaca as compensações econômicas pelo que se perdeu, e pelos entes falecidos; medidas de educação nos níveis básico e superior às vítimas e sua família, medidas de saúde, especialmente psicológica. Além disso, a ativista destaca a indissociabilidade da verdade e a justiça para a reparação:

La verdad se convierte en un factor sanador y reparador, y que haya justicia también. Y aquí las mujeres, por lo menos en nuestro ejercicio, reconocen que la justicia no es única y exclusivamente para dar cárcel, que también es un poco lo que incorpora el acuerdo de La Habana, en términos de una justicia que permita que sea restaurativa, que permita generar unos cambios y que permita también transformar aquellos que fueron victimarios (LUNA, 2018 — informação verbal¹⁴).

Dessa maneira, entende-se que a elucidação da verdade e a responsabilização dos crimes é um elemento importante na reparação das mulheres afetadas por conflitos armados. A ativista afirma, ainda, que o Acordo abre uma janela de oportunidades para a participação das mulheres, mas esse recurso não é suficiente, porque ainda há obstáculos diários para a participação igualitária entre homens e mulheres na política.

Beatriz Quinteiro (2018), da *Red Nacional de Mujeres*, aponta que a intenção de reparação às mulheres estar presente no Acordo, por si só, já é importante. Isso reflete uma mudança na cultura política do país, no sentido de levar em consideração as mulheres na formulação de políticas públicas. No entanto, a ativista denuncia que, com frequência, as políticas públicas não conseguem beneficiar a totalidade da população, devido à desigualdade social no país. Dessa maneira, será necessário fazer seguimento da implementação do Acordo, a fim de garantir que as políticas estabelecidas para as mulheres sejam aplicadas também às menos favorecidas socialmente.

¹⁴ Entrevista concedida a Livia Brito em Bogotá (Colômbia), em junho de 2018.

Para Vallego, da *Casa de la Mujer*, o Acordo vai além da reparação, mas dá instrumentos para transformar a estrutura que historicamente violenta as mulheres:

Para que entonces haya una verdadera reparación y no repetición, pues tiene que transformarse todo esto, o sea, no podemos decir que la paz es que las guerrillas se desmovilicen o que se reincorporen a la vida civil [...] e igual no es lo único reparar, digamos, también a las víctimas, es una cosa muy importante y que el gobierno, en realidad, tiene una deuda grande con la reparación de las víctimas. Pero sí... los acuerdos de paz en realidad lo que hicieron fue abrirnos la posibilidad de transformar la sociedad colombiana, más allá de reparar (VALLEGO, 2018).

Diaz (2018), da Escola de Estudos de Gênero da *Universidad Nacional de Colombia*, acredita que os acordos de paz tenham a função de estabelecer justiça reparadora, elucidar a verdade e garantir a não repetição. Nesse sentido, reconhece os avanços em termos formais e escritos, mas também chama a atenção para a necessidade de seguimento à implementação, devido aos direitos que haviam sido garantidos, mas que foram suprimidos devido à desaprovação do plebiscito.

Sobre a implementação, Quinteiro (2018) entende que o acordo será implementado independente dos grupos no poder, já que não convém a nenhum dos grupos que as FARC volte a realizar política pela via armada. Chaparro (2018) discorda, pois afirma que os grupos que impulsionaram a campanha contrária à aprovação do acordo no plebiscito estão empoderados e podem realizar mudanças. Adicionalmente, Vallego (2018) aponta que o Plano Marco de Implementação, documento que dá forma às políticas e instituições previstas no acordo, não dá conta de todos os direitos que haviam sido previstos. Para as ativistas, os resultados do Acordo não poderiam ser identificados em curto prazo: para Chaparro (2018) em 10 anos, para Quinteiro (2018) entre 10 e 15 anos, e, para Cerón (2018), entre 15 e 30 anos, o que corresponderia a uma geração.

A partir da avaliação realizada pelas organizações, entende-se que acordos de paz podem ser instrumento de reparação à mulheres afetadas por conflitos armados. Para isso, é necessário garantir a participação de mulheres como negociadoras, mas também a transversalização da perspectiva de gênero na agenda de negociações. Esta deve ser realizada por pessoal capacitado, e de maneira participativa, de modo a escutar as vítimas e a sociedade civil. As políticas devem focar em uma justiça restaurativa, que garanta a não repetição; na elucidação da verdade e valorização da memória; e na reparação material e simbólica das vítimas, a fim de que possam reconstruir seus planos de vida. Além disso, é necessário realizar um enfoque específico às mulheres das minorias sociais, subalternizadas não apenas pelo critério de gênero, mas também de sexualidade e etnia, reconhecendo-as como pessoas de direitos.

Considerações finais

Analisar conflitos armados com o recorte de gênero leva a perceber tanto os papéis ativos que mulheres desempenharam nos conflitos e nas construções de paz, quanto as violências específicas as quais foram submetidas direta ou indiretamente em razão do seu gênero. É importante destacar que houve gradativas mudanças sistêmicas na ordem mundial no sentido da igualdade de gênero, decorrentes de reivindicações sociais feministas e da sororidade internacional. Nesse percurso, houve várias ações que antecederam e colaboraram para que o processo de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC, em 2016, incluísse a perspectiva de gênero. Acredita-se que os estudos da agenda de mulheres, paz e segurança na América Latina devem, ainda, ser ampliados.

No conflito armado que aconteceu na Colômbia, mulheres estiveram presentes nas forças armadas estatais e não estatais; no entanto, ao observar-se os cargos de mando e a conformação das delegações negociadoras, observa-se a disparidade de gênero no interior das mesmas. Por outro lado, no conflito, ocorreram violações sistemáticas de direitos das mulheres, que foram vítimas de violências diretas e indiretas. Isso demonstra a existência de uma estrutura patriarcal, que desvaloriza as vidas, corpos e saberes advindos das mulheres, e que resulta no agravamento dos males do conflito armado sobre estas sujeitas. Em enfrentamento a essa conjuntura, destacam-se as iniciativas coletivas de construção de uma nova sociedade mais igualitária, a partir das organizações de mulheres em torno da paz.

No âmbito nacional, a *advocacy* realizada pela coalizão de organizações de mulheres e feministas *Cumbre de Mujeres por la Paz* foi decisiva na conformação da subcomissão de gênero. Essa subcomissão, composta por membras das duas delegações, com o apoio de uma delegação de vítimas e das organizações da sociedade civil, incluiu a perspectiva de gênero de maneira transversal na agenda de negociações. Cabe destacar a conquista histórica das organizações na conformação da subcomissão, pois esse formato foi pioneiro entre os acordos de paz do mundo. Nota-se que, ainda, existe um déficit em representatividade das mulheres nos espaços de decisão política nos processos de paz na Colômbia, o que deve ser levado em conta nas experiências futuras.

A subcomissão de gênero preocupou-se em realizar um enfoque especial à comunidade LGBTQ+, de forma que esta foi expressamente contemplada no primeiro acordo. No entanto, devido à oposição de setores conservadores da sociedade patriarcal, que não reconhece os membros e membras dessa comunidade como pessoas de direitos, após o plebiscito que não apoiou o primeiro acordo, suas menções foram excluídas do acordo final. Isso aponta para a necessidade de educação para os direitos humanos no país, bem como políticas públicas firmes para impedir a discriminação e o genocídio da comunidade LGBTQ+. Ainda que tenha havido políticas pensadas na reforma rural

para reparar pessoas afetadas pela pobreza, especialmente em razão do conflito, as mudanças no acordo privilegiaram as pessoas possuidoras de terras frente às pessoas sem terra. Sem acabar com a violência estrutural direcionada aos corpos racializados, aos pobres e à comunidade LGBTQ+, não é possível estabelecer uma paz sustentável e duradoura.

A incidência das organizações de mulheres pela paz garantiu, através do acordo final, direitos com potencial para reparar as mulheres vítimas deste conflito. No entanto, não é possível afirmar que a reparação foi alcançada, haja vista que o resultado não é avaliado em curto prazo. Deve-se fazer um acompanhamento de médio e longo prazo para garantir que as reparações previstas no acordo sejam postas em prática, e possam atender à diversidade de mulheres no país. Será necessário, ainda, criar mecanismos de informação eficientes sobre o acordo e sua implementação, para preencher a lacuna de desconhecimento e combater as notícias falsas que formam a opinião da população.

Dessa maneira, entende-se, a partir da perspectiva de gênero no Acordo de Havana, que acordos de paz podem reparar mulheres afetadas por conflitos armados. O Acordo deve servir de exemplo para experiências de diálogos de paz no mundo, devendo adicionalmente levar em consideração a realidade local, e pensar também na reparação das minorias sexuais e étnicas.

Referências

- ACUERDO final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera. Havana, [S.l.], 2016. Disponível em: <https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/Fotos2016/12.11_1.2016nuevoacuerdofinal.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2019.
- BRITO, L. *A perspectiva de gênero no acordo de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC (2016)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) - Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2019.
- CHAPARRO, N.; MARTÍNEZ, M. Negociando desde los márgenes: la participación política de las mujeres en los procesos de paz en Colombia (1982-2016). *Documentos 29 - Ideas para construir la paz*. DeJusticia: Bogotá, 2016.
- CONSEJO DE SEGURIDAD, ONU. *Resolución 1325*. Sesión 4213^a, 2000.
- DÍAZ, D. La integración de la perspectiva de género en la mesa de conversaciones entre el Gobierno Nacional de Colombia y las FARC-EP. Un hecho inédito. *En Otras Palabras...*, n. 23, 2015. p. 92-102.
- EL PAÍS. *¿Quiénes son los negociadores de las Farc y el Gobierno para el proceso de paz?* 17 de outubro de 2012. Disponível em: <<https://www.elpais.com.co/judicial/quienes-son-los-negociadores-de-las-farc-el-gobierno-para-el-proceso-de-paz.html>>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MAGALLÓN, C. *Mujeres en pie de paz: pensamiento y prácticas*. Tres Cantos: Siglo XXI, 2006.
- MEERTENS, D. *Ensayos sobre tierra, violencia y género: hombres y mujeres en la historia rural de Colombia, 1930-1990*. Universidad Nacional de Colombia, Centro de Estudios Sociales, 2000.
- OFICINA ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ. *Ley de justicia y paz*. Bogotá, Colômbia, 2005.
- SANCHEZ, O.; URIBE, M. *Apuntes para una práctica de la esperanza: "Memoria Soy Yo: memoria cuerpo y territorio"*. Corporación Casa de la Mujer: Bogotá, 2018.
- SANDINO, V. *Entrevista a Victoria Sandino, directora de la subcomisión de género de las FARC-EP. 2016*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bM3wmg2Bghg>>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- SARTORI, G. *Perspectivas de gênero para a segurança humana: uma análise a partir de mulheres sul-americanas*. 2017. 79 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.
- SCOTT, J. Gender: A useful category of historical analysis. *The American historical review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.
- VIVEROS, M. Los interrogantes que suscita la construcción de un nuevo enemigo: la "ideología de género". *El Espectador*. 19 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/educacion/los-interrogantes-que-suscita-la-construccion-de-un-nuevo-enemigo-la-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

VELÁZQUEZ, M. Reflexiones feministas en torno a la guerra, la paz y las mujeres, desde una perspectiva de género. In: *Hommes armés, femmes aguerries: Rapports de genre en situations de conflit*. Genève: Graduate Institute Publications, 2001. p. 76-101.

WILLS OBREGÓN, M. Mujeres en armas: ¿avance ciudadano o subyugación femenina? *Análisis Político*, v. 18, n. 54, p. 63-80, 2005.

Capítulo IV

Yabá na Luta: Mulheres Negras entre Fronteiras¹

Ângela Maria de Souza *

Janaína de Jesus Lopes Santana **

Juliana Zacarias ***

Laís Cabral Neckel ****

Figura 1 - Mãos que tecem vivências.



Fonte: As autoras. *Fernando de la Mora*/PY, 2016.

¹ Os dados da pesquisa aqui apresentada são provenientes do projeto proposto ao Concurso de Beca de Investigación – “CAPITANA MARIA REMEDIOS DEL VALLE” (2015-2016), iniciativa que integra o plano de ação promovido pela “Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024)”. O Edital foi uma ação conjunta do Instituto Nacional contra la Discriminación la Xenofobia y el Racismo, do Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Humanos, FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Argentina) e ONU – Organização das Nações Unidas.

* Docente no Curso de Antropologia e no Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino Americanos – IELA, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Doutora em Antropologia Social pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: angela.souza@unila.edu.br

** Docente no Curso de Pedagogia – Faculdade de Foz do Iguaçu – FAFIG. Mestre pelo programa Sociedade, Cultura e Fronteiras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino Americana – UNILA.

E-mail: ninahh93@gmail.com

*** Graduada em Letras, Artes e Mediação Cultural – UNILA. Dançarina e pesquisadora.

E-mail: lucaanaju@gmail.com

**** Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino Americana – UNILA.

E-mail: lais.neckel@gmail.com

O presente artigo traz reflexões sobre os espaços ocupados por mulheres negras no contexto de fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), nas áreas da educação e na produção artístico-cultural. A abrangência inicial desta pesquisa estava circunscrita à região da fronteira a partir das cidades de Foz do Iguaçu (BR), *Puerto Yguazu* (AR) e *Ciudad del Este* (PY). Porém, ao se embrenhar no trabalho de campo, as fronteiras foram se deslocando e se ampliando, o que nos fez perceber fluxos, deslocamentos e migrações pelas quais as populações negras passaram em suas trajetórias históricas e que ainda vivenciam na contemporaneidade. A fronteira se deslocou e, com ela, a pesquisa nos levou para cidades como *Posadas* e *San Vicente*, na Argentina, e *Fernando de la Mora*, na região metropolitana de *Asunción* no Paraguai.

Iniciamos o trabalho por Foz do Iguaçu¹, onde já realizávamos pesquisas e ações de extensão sobre temáticas que envolviam como interlocutoras principalmente mulheres negras, entre as quais estavam as professoras da rede pública de educação, participantes e praticantes de religião de matriz africana, que também atuam no Afoxé e Maracatu. Partindo de Foz do Iguaçu, continuamos os trabalhos na busca de melhor conhecer a comunidade afroparaguaia *Kamba Cua*, localizada no município de *Fernando de La Mora*, região metropolitana de *Asunción*. Permanecemos cerca de três dias na comunidade, onde acompanhamos as atividades e realizamos entrevistas com integrantes de dois grupos de dança afroparaguaia, o *Ballet Kamba Cua* e o *Ballet San Baltazar*, e participamos de atividades realizadas pela *Escuelita San Baltazar*.

Continuamos a pesquisa na cidade de *Posadas* (Argentina), onde tínhamos informações sobre o grupo de *Afrodescendientes Misioneros – Memoria, Identidad y Dignidad* (2014). Na cidade, visitamos o campus de Ciências Humanas da *Universidad Nacional de Misiones* (UNAM), e realizamos entrevista com a responsável pelo grupo *Afrodescendientes Misioneros*, de quem recebemos o convite para participar de uma das atividades do “1º Encuentro de los Afrodescendientes de Misiones” na cidade de *San Vicente*, para onde nos deslocamos no dia seguinte.

Diálogos Amefricanos

Nesta pesquisa, realizada por mulheres negras, periféricas, com outras mulheres negras, torna-se importante aportar um referencial teórico que caminhe na mesma direção. Um conceito fundamental para acompanhar esta discussão é o de “Amefricanidade”, da pesquisadora e ativista negra Lélia Gonzalez, que assim o define:

¹ Em Foz do Iguaçu, dos 256.088 habitantes, 89.536 se autodeclaram negros (pretos e pardos), o que equivale a mais de 36% da população local total (IBGE, 2010).

É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. [...] Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afro-latinoamericano (GONZALEZ, 2011, p. 16-17).

Esse conceito torna-se importante para pensarmos no lugar que ocupamos enquanto pesquisadoras na relação com nossas interlocutoras, abrindo caminhos para pensarmos sobre as ações e práticas de mulheres negras em distintos contextos sociais que nos desafiam cotidianamente. Somos todas amefricanas.

A mulher negra na América Latina passou e passa por processos históricos de negação de direitos e espaços, resultante do processo colonial escravocrata. Em todo este contexto histórico, o enfrentamento é permanente. No momento em que essas mulheres passam a questionar a negação de seus direitos, a participar e transitar pelos espaços negados, rompem com uma lógica excludente presente no imaginário social, no qual as representações se cruzam através da interseccionalidade² entre raça, gênero e classe. A luta das mulheres negras é marcada por inúmeras dispersões e migrações decorrentes de todo este processo histórico. Toda a luta contra a escravização é marcada por resistências e confrontos que forçaram o deslocamento; a população negra é obrigada a migrar constantemente. São inúmeros os movimentos históricos de migrações que enfrentam no embate pela conquista de direitos, e, no caso dessas mulheres, tal presença da migração é ainda mais marcante pelo permanente enfrentamento que necessitam vivenciar por serem mulheres, negras, e, em muitas vezes, pobres.

Durante o trabalho de campo, a perspectiva amefricana ganhava intensidade, à medida que conhecíamos as trajetórias de vidas dessas mulheres. Lélia Gonzalez (1983) pontua dois tipos de dificuldades que encontram as mulheres negras: por um lado, a tendência eurocêntrica do feminismo que ajudou na articulação de uma ideia de democracia racial, e, por outro, um distanciamento da realidade vivida pelas mulheres Negras quando negadas sua presença e participação nos processos de memória cultural. A luta das mulheres negras se move pela superação da hegemonia masculina na sociedade, e pela superação do racismo que inferioriza os segmentos negros da população. Desta forma, atua tanto na desconstrução da opressão de gênero quanto de raça, enriquecendo as discussões em relação a uma tomada de posição identitária e política de mulheres

² Kimberlé Crenshaw (2002) é uma das principais referências sobre o conceito de interseccionalidade, mas, neste trabalho, optamos por usar o conceito de amefricanidade de Lélia Gonzalez (1988), que já possui esta perspectiva em sua formulação.

afro-latino-americanas que formam suas práticas de resistência e ressignificação num contexto de diáspora afro-latino-americana. Entre as décadas de 60 e 80, a luta feminista foi se intensificando e se espalhando ao redor do mundo, como colocado por Yasmine Ergas (1991). O movimento feminista é considerado como um dos movimentos que mais alcançou conquistas do século XX — porém, é um movimento composto predominantemente por mulheres brancas de classe média.

Angela Davis (2005) exemplifica como, nos Estados Unidos após a escravização, poucas mulheres negras conseguiram escapar dos serviços domésticos ou do campo. Suas funções repetiam as de suas mães que foram escravizadas, e, mesmo que atuassem em outros setores, eram mal remuneradas, ou o trabalho era degradante, e o abuso sexual que cotidianamente a mulher negra sofria na escravização continuou.

O lugar que ocupam a maioria das mulheres negras é delimitado e entendido como um lugar natural e que demarca margens e estereótipos constantes. É necessário removê-los. E esta remoção só é possível a partir de práticas que questionam esses lugares naturalizados, e, mais do que isso, que fazem com que esses lugares possam ser ocupados por essas mulheres. Esta mulher vivencia, de um lado, a busca de direitos e igualdade por ser uma mulher negra, e, de outro, a busca por uma visibilidade histórica da trajetória da população negra da qual faz parte. Nos três países, Brasil, Argentina e Paraguai, essas mulheres são fortes demarcadoras das lutas contra o racismo e reivindicam visibilidade à população negra de seus países. Nos três contextos nacionais, com todas as especificidades e diferenciações, a arte e a educação emergem como importantes espaços de atuação dessas mulheres, tanto em suas práticas profissionais como professoras/educadoras, quanto no uso da arte para marcar sua afrodescendência.

Tecendo Afro-Vivências na educação

A educação é um importante lugar de debate sobre as questões étnico-raciais, não somente pela produção de material pedagógico e acadêmico, mas também pelas reações que provocam a presença das professoras negras no ambiente de ensino. Suas presenças por si só geram indagações e inquietudes, mas, no caso desta pesquisa, essas professoras, mulheres negras, provocam essa discussão, tornando-o um lugar de luta cotidiana. As barreiras que encontram nesses lugares de educação não são pequenas, como nos coloca a prof^a. Luamanda³:

³ Ao citar as mulheres entrevistadas no corpo do trabalho, utilizaremos nomes fictícios. Esses nomes fazem referência a personagens de mulheres negras que estão nas obras literárias de: Conceição Evaristo (Ponciá, Zaíta, Duzu, Natalina, Luamanda, Ana Davenga e Maria), Lawrence Hill (Aminata), Ferréz (Esmeralda), André Neves (Obax) e Yuli.

Quando eu mudei para Foz do Iguaçu ganhei meu primeiro salário, eu trabalhei como professora... “Você é professora?”, e me perguntam isso: “Você é professora?”. Ai posterior a isso você chega a acreditar naquilo que as pessoas falam, se a pessoa não se valoriza, dizem “oh, você”, te diminuem. Aí você começa a acreditar. Você luta contra si mesmo, dentro do processo, dentro da educação também (Luamanda – informação verbal⁴).

A fala da prof^a. Luamanda nos levanta a discussão sobre a mulher negra na educação, e aponta o espaço educativo como lugar de reprodução de conhecimentos hegemônicos – da negação histórica desses lugares à mulher negra. Ao abordarmos a problemática da mulher negra na educação, estamos lidando com uma parcela significativa de mulheres que são diariamente estigmatizadas, considerando a negritude enquanto signo e o corpo enquanto símbolo, linguagem e subjetividade. O desenvolvimento do trabalho de campo com mulheres negras nos espaços de educação nos proporciona a oportunidade de encontrar nas narrativas das experiências, histórias que se cruzam, entrecruzam e ampliam fronteiras. Essas narrativas questionam um modelo de sociedade racista, machista e classista.

As relações de trabalho estão estreitamente relacionadas a uma estigmatização que se encontra presente de forma contínua nos ambientes educacionais, onde as mulheres negras são desafiadas a todo o momento, tendo que “provar” que são capazes intelectualmente.

As intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita (HOOKS, 1995, p. 468).

Desta forma, ser mulher e negra nos espaços educativos desafia toda uma estrutura constituída que as negam. Em relação a essa discussão, a pedagoga Natalina comenta: “Fiz magistério, teve colega minha do magistério que conseguiu passar, só que é uma resistência muito grande, o sistema faz coisas pra gente não chegar lá” (informação verbal⁵). Este “sistema” cria e define os lugares sociais e conseqüentemente de trabalho dessas mulheres, e, quando se refere a educação, ressalta que tal trabalho é também negado às mulheres negras. Há uma institucionalização racial que define quem pode

⁴ Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Yabá na Luta – Mulheres Negras entre Fronteiras, em Foz do Iguaçu/Brasil, em maio de 2016.

⁵ Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Yabá na Luta – Mulheres Negras entre Fronteiras, em Foz do Iguaçu/Brasil, em maio de 2016.

ocupar esses espaços de trabalho. A prof^a. Luamanda, ao tratar sobre seus primeiros anos de trabalho no colégio em que atua, nos conta sobre esse constante questionamento em relação a sua capacidade, considerando sua posição enquanto mulher e negra:

Então você tinha que mostrar para as pessoas que você era muito boa naquilo que você faz. Não digo que as outras pessoas não tinham essa necessidade, nem que não fizessem, mas isso está implícito dentro da nossa construção. Eu não sei se é só comigo e com as pessoas que estão ao meu redor, a gente tem uma necessidade de luta. A sensação que eu tenho, como pessoa, a necessidade de uma luta um pouquinho maior... Então há essa de perguntar “Ah, então você é cotista⁶?” Até dentro do ambiente público de trabalho a gente sente muito isso. Daí você tem que mostrar que é capaz, que você é tão capaz como qualquer outra pessoa. E eu vejo isso também nos meus alunos, muitas vezes, nesse sentido (Luamanda – informação verbal).

Ambas expõem os questionamentos a que estão sujeitas cotidianamente e os incômodos que isso provoca, exatamente por estarem num lugar que não é visto para ser ocupado por elas. Esta não é uma exclusividade da atuação docente no Brasil, como comenta a prof^a. argentina Salinda, sobre sua experiência em sala de aula:

Cuando yo entraba a la escuela me decían: Profe, yo nunca pensé que usted iba a ser profesora. Ah no? Le dijo. Y por qué? Es porque usted es negra, profesora, usted es negra! Es como que los negros no podemos ser profesores, no podemos ser profesionales. Eso está como que instaurado (Salinda – informação verbal⁷).

Estas falas nos mostram o quanto as resistências ocorrem em distintos contextos da educação. Ser professora, no Brasil e na Argentina, nos traz inquietações que provocam reflexões sobre os lugares sociais, ocupados por essas mulheres enquanto professoras. Paralelamente, torna-se fundamental apontar que suas presenças no contexto escolar são fundamentais para provocar discussões e posicionamentos. A presença da mulher negra nos espaços educativos expõe questões presentes nesse espaço institucional, onde o signo da raça (SEGATO, 2005) se mostra enquanto “autoridade” na exclusão histórica e estrutural

⁶ A política de cotas raciais no Brasil foi ganhando espaço e visibilidade nas discussões a partir dos anos 2000. Desse ano em diante, as Universidade Federais e Estaduais do país vêm adotando a política de cotas. Essa política é um modelo de ação afirmativa, que tem como intuito a diminuição das desigualdades raciais estabelecidas e que interferem no ingresso ao sistema educativo. Em 29 de agosto de 2012, foi aprovada a Lei 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais de ensino técnico de nível médio. É importante ressaltar que a política de cotas é fruto das reivindicações políticas dos movimentos negros.

⁷ Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Yabá na Luta – Mulheres Negras entre Fronteiras, em Posadas/Argentina, em junho de 2016.

sofrida. Como coloca a pedagoga Natalina, indagada em relação à posição dela enquanto mulher negra no sistema educativo:

No sistema educativo, como que eu posso dizer? Eu acho que existe sim. Na conversa, no jeito de olhar. Vem falar, vem falar com quem? Ou, “Qual das duas é a pedagoga?”. Você tá numa sala, você tá mexendo com os papéis. “Qual das duas é a Pedagoga?” Eu falo assim, em relação aos professores novos que chegam e às vezes não conhecem a gente, ou as vezes até os pais [...] Então teria que estar escrito aqui, no peito? (Natalina – informação verbal).

Várias dificuldades são aqui elencadas. A dificuldade de serem poucas, de se autodeclararem, de enfrentarem os preconceitos e questioná-los em sua prática educacional. São inquietações que perpassam todo o trabalho docente de mulheres negras, que estão muito mais vulneráveis em toda a sua trajetória profissional. A prof^a. Salinda, ao comentar a situação dela como docente, faz referência a pouca presença de pessoas negras nesses ambientes: “*Bueno, y acá son los docentes blancos, los técnicos blancos, los alumnos blancos. Los negros que somos, la mayoría no quiere ser negra. Eso es así, entonces, entre nosotros no es fácil*” (informação verbal). Como nos mostra Alex Ratts e Flávia Rios (2010), na biografia da Lélia Gonzalez, mesmo quando as mulheres negras conseguem ocupar lugares no ensino básico, elas acabam tendo que se adaptar ao “modo de ser” das profissionais da educação.

Todo um universo político era realizado sobre o corpo das estudantes e mestras. Através de múltiplas práticas ia se criando um jeito de professora. A escola era, então, de muitos modos incorporada ou corporificada pelas meninas e mulheres, embora nem sempre na direção apontada pelos dissensos oficiais, já que essas jovens também constituíam as resistências na subversão dos regulamentos e na transformação das práticas (RATTS; RIOS, 2010, p. 43).

A trajetória de Lélia Gonzalez (RATTS; RIOS, 2010), intelectual, professora e mulher negra, nos ajuda a compreender a complexidade e a luta da mulher negra nos espaços educativos. A reação primeira é o estranhamento, em que o signo da negritude não pertencente àquele lugar, àquele espaço. Após esse estranhamento, as mulheres negras que atuam na educação — que são poucas em comparação às mulheres brancas — têm que estar o tempo todo provando sua capacidade intelectual aos demais. A prof^a. Luamanda expõe em sua experiência a crise de identidade que passam as mulheres negras nesses espaços, sendo exigido dessas o “jeito de professora”: “Quando você chega, o olhar, o jeito como as pessoas te olham, se é o seu cabelo, se é a roupa que você veste. Aí você tem um problema, dá uma crise de identidade, você tenta usar padrão que não te pertence, você quer ficar parecido” (informação verbal).

O espaço educativo ainda é um lugar da reprodução de um conhecimento hegemônico, e a presença de mulheres negras nesses espaços faz com que desafiem toda uma macroestrutura. A luta das mulheres negras sempre esteve na educação, porém, sem a devida visibilidade e reconhecimento. A educação, além de espaço profissional, é também espaço político de reivindicações. Como aponta a prof^a. Salinda:

Sí, y yo creo que esto que está ocurriendo, celebro realmente el hecho de que nosotras podamos hablar que sí, yo soy afrodescendiente y cual es mi historia, qué cambia? Yo tengo un título y me senté cuatro años a estudiar como cualquiera, como cualquier blanco digamos, porque yo creo que es importante que la gente, los alumnos, se dé cuenta que el mundo es mucho más amplio, más diverso y que todos en esa diversidad debemos ser respetados. [...]. Es un desafío importante que te provoca conflictos internos muy duros, vos tenes que estar muy firme (Salinda — informação verbal).

A prof^a. Salinda mostra o quanto o conflito está nos espaços educacionais cotidianos. Ao mesmo tempo, aponta que estar nesse espaço é determinante para perceber a diversidade, perceber “*que el mundo es mucho más amplio*” (informação verbal). São vários enfrentamentos que perpassam a prática da docente afrodescendente — de sua autoafirmação, do enfrentamento, do preconceito racial, da necessidade de se posicionar e enfrentar esses conflitos, o que exige um posicionamento político de enfrentamento. E, para isso, é necessário que mulheres negras docentes estejam nesses espaços, e que tenham a oportunidade de se posicionar, de falar sobre suas experiências e sobre suas histórias.

Tecendo Afro-Vivências na produção artístico-cultural

Quando conseguirmos entender a produção artístico-cultural (expressão corporal e musical) como uma forma de expressar nossas ideias, pensamentos e sentimentos, será o momento em que realmente encontraremos uma interação entre o nosso corpo, a música e o espaço sócio-histórico ao qual essas mulheres negras estão inseridas. Assim, concebe-se essa arte como movimento político destas mulheres, a partir de suas experiências, práticas e vivências.

A antropóloga e bailarina do grupo de capoeira Guerreiros de Angola de São Paulo, Luciane Ramos, em entrevista ao Cyberquilombo⁸, relata sua experiência como uma mulher negra atuando na produção artístico-cultural. Ela fala especificamente

⁸ O Cyberquilombo foi criado pelo coletivo lab.Experimental, projeto online que faz videoaulas com conteúdo Afrobrasileiro e Africano. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/no-cyberquilombo-cultura-negra-e-ativismo-ao-alcance-da-mao/>>. Acesso em: 29 set. 2016.

da dança, e como essa expressão serve para a construção de conhecimento que ultrapassa o sentido de entretenimento. Nesse contexto, a autora explicita que o corpo é um veículo para esse conhecimento, uma busca por si mesmo. No caso dessa pesquisa, pelas cidades que passamos, por esses três países, a produção artístico-cultural é também veículo de luta e resistência contra o racismo, um instrumento para conseguir visibilidade para as populações afrodescendentes, e, através dela, conseguir políticas⁹ voltadas para suas próprias comunidades.

Tivemos a oportunidade de conhecer essa prática social interligada às religiões de povos de terreiro, mais especificamente um Ilê de Candomblé. Essas mulheres fazem parte do Afoxé, localizado em Foz do Iguaçu, no bairro Morumbi. As precursoras do Afoxé da cidade (Candomblé de rua) protagonizam ações político-socio-educacionais voltadas à população, na luta contra as práticas de racismo. É nesta conexão que a interface entre a produção artístico-cultural e a educação se manifesta. Assim, a *Ponciá* utiliza este espaço para falar do racismo existente nas instituições de ensino básico e superior. Ao falar desse conhecimento, ela aponta para outro conhecimento que não está nos espaços de educação institucionais — um conhecimento que vem das práticas e experiências culturais, um conhecimento fundado em outros saberes, muitos dos quais negados e excluídos dos espaços oficiais de ensino.

Duzu aborda a experiência de ser mulher negra apaixonada e estudiosa pelos toques de candomblé, nos contando sobre sua trajetória, referências e participação no Afoxé, assim como seus posicionamentos com relação aos espaços que ocupa.

Quando a gente estuda a música, quando a gente estuda a história dos nossos Deuses, de onde eles vieram, Ogún por exemplo é de Diondo Nigéria. Você tem uma cultura Yorubá, pra você aprender o que está cantando, você aprende sobre a história dos orixás e os Itãs, que a gente fala que são as lendas, histórias contadas, a maioria dos Orixás eram negros [...]. Oxalá era preto, Obàtálá era preto, negro. Então eu acho que se a gente for estudar bem a fundo, a religião traz tudo isso a tona e eu acho que a gente tem que defender a nossa religião,

⁹ Em contraposição às datas oficiais dos estados nacionais, os movimentos de reivindicação política das populações afrodescendentes nos três países buscam referenciar as lideranças e representantes dos movimentos, com o objetivo de levantar a bandeira da causa afrodescendente através da reivindicação de uma data nacional. Na Argentina, o dia 8 de novembro é o “*Día Nacional de los/as afroargentinos/as y la cultura afro*”, outorgado pela Lei 26.852 de abril de 2013, e referência ao dia da morte de María Remedios del Valle. A iniciativa foi promovida pela *Asemblea Permanente de Organizaciones Afrodescendientes de Argentina* (APOAA), através de um projeto de lei nacional. No Brasil, o dia 20 de novembro é considerado o Dia da Consciência Negra, reivindicação do movimento negro, já considerado por este antes de virar lei nacional, como definido na Lei 10.639/03 no contexto escolar. O dia faz menção à morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, situado entre Alagoas e Pernambuco, no nordeste do Brasil. No Paraguai, o dia 23 de setembro é reconhecido como o “*Dia de la Cultura Afroparaguaya*”, através de um projeto de lei que foi aprovado no dia 20 de maio de 2015. O dia escolhido refere-se a José Gervasio Artigas, que veio do Uruguai, com Lanceiros Negros, para se exilar no Paraguai. No entanto, em entrevista com uma das lideranças da comunidade de Kamba Cua, foi apontada a necessidade de encontrar uma representação afroparaguaia.

da onde a gente veio, os nossos ancestrais e levar isso aí à frente (Duzu — informação verbal¹⁰).

O Afoxé tem suas bases fundadoras nas religiões de matriz africana; quando os tambores ecoam os toques ancestrais, esses em suas essências trazem o saber diaspórico (HALL, 2003), efetuando o exercício de transmissão de saberes e construtores da identidade étnico-racial. Atuando no Afoxé, se transformam em agentes sociais que atuam contra o racismo e a intolerância religiosa nas instituições na qual realizam o trabalho da produção artístico-cultural.

O Afoxé é uma motivação que a gente tem para pôr o nosso Candomblé na rua, para a gente perpetuar nossa história na rua. De um jeito ou de outro o povo vai ter que [...] respeitar e vai ter que procurar saber o que é antes de ficar criticando. Isso aí é essencial e o Afoxé é Candomblé de rua e é para a vida inteira, isso não vai acabar, [...] o Afoxé vai sair todo ano, vai apresentar todos os meses, vai ter ensaio, vai ter reunião. E é igual a casa de Santo, o Afoxé é uma família e não pode acabar não! (Duzu — informação verbal).

A arte aqui apresentada por essas mulheres mostra que fazem parte da vida delas, especialmente a partir das práticas religiosas afrobrasileiras. Arte, religião e vida cotidiana não se separam. Suas práticas artístico-culturais e religiosas são as formas de manifestação política na cidade e no contexto local. É uma maneira de relacionar-se com a cidade e com as pessoas, como é exemplificado a partir de suas participações no carnaval através do Afoxé. É uma maneira de estar politicamente na sociedade, no enfrentamento das práticas de racismo e intolerância.

Mas essas práticas não estão circunscritas a um território e um espaço — elas transitam e estabelecem outras relações. As práticas artístico-culturais, ao se manifestarem, transcendem fronteiras nacionais, linguísticas e culturais. Outras relações são estabelecidas e a arte se recria no contexto cultural em que está. É uma prática dinâmica e em constante reelaboração, que se torna um importante instrumento político de debate, especialmente para discutirmos os contextos de diáspora.

No contexto sócio-histórico dos afroargentinos, com a correlação entre a resistência dos afrodescendentes e as suas produções artístico-culturais, a prof^a. Salinda nos traz algumas reflexões bem importantes, especialmente pela relação que estabelecem com a própria educação. Ela apontou os aspectos culturais

¹⁰ Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Yabá na Luta — Mulheres Negras entre Fronteiras, em Foz do Iguaçu/Brasil, em maio de 2016.

afrodescendentes na cidade de Posadas e como essas práticas possibilitam a elaboração de estratégias para debaterem e apontarem ações públicas contra o racismo. Uma dessas estratégias são reuniões e grupos de estudos que são efetuadas através do Centro de Direitos Humanos Argentino. Salinda, como professora, nos coloca a importância do papel das escolas na democratização desses saberes, através da capoeira e do *candombe*¹¹. Apresentar esses ritmos nos espaços escolares para os estudantes negros reforça o exercício de reconhecer o trabalho artístico-cultural como ferramenta de autodeclaração, de pertencimento étnico-racial e de ancestralidade. Neste sentido, podemos fazer um paralelo com o grupo Afoxé, que também faz apresentações nas escolas da cidade de Foz do Iguaçu, tendo como aporte a implementação da Lei 10.639/03, ou seja, a inclusão dos conteúdos africanos e afrobrasileiros nos currículos escolares.

Mesmo que algumas mulheres negras tenham sofrido um extenso processo de identificação para se autodeclararem como negras, existe um processo de transformar-se como negra, assim como militante, com posicionamentos e ações políticas que já são demandadas por pertencer ao corpo que “deve” lutar por seus direitos. Podemos perceber essas experiências pessoais trabalhando a subjetividade do corpo da mulher negra na expressão artístico-cultural, através dos dois grupos de *Ballet Kamba Cua* na comunidade afroparaguaia. Como narra Obax, uma das bailarinas e líderes do grupo de dança *San Baltazar*, seus antepassados vieram em 1820¹² juntamente com a tropa de Artigas e que, segundo Esmeralda, outra bailarina entrevistada de *Kamba Cua*, são descendentes de escravizados vindos da região de Angola, país africano. No contato com Ana Davenga e sua filha Esmeralda, ao questionarmos os integrantes da família no *Ballet*, nota-se o legado artístico-cultural passado de geração em geração, o qual reafirma assim os laços que são fruto da cultura afrodescendente, por sua arte cultural e coletividade.

Ana Davenga: *Tengo tres (hermanos). Tiñamos aí siete! Y todos son involucrados en bailar, tocar? Ana Davenga: Si todos...todos! Todos sus hijos también? Ana Davenga: Todos hasta ahora! Esmeralda: (Risos) Mi hijo va a bailar, nunca vai terminar!*

Ana Davenga: (Risos) *Si, hasta la quinta generación! Y desde cuando tu baila Esmeralda? Esmeralda: Desde los cinco años más o menos...en la panza de mi*

¹¹ Leva o nome de Candombe a expressão cultural de matriz africana, de raiz bantú, trazida através da região do *Río de la Plata*, pertencente a países como Uruguai, com principal predominância, e Argentina (CARÁMBULA, 1995).

¹² Em 1820, se dá a chegada dos “*Lanceros negros*”, os “*Artigas Kué*” (povo de Artigas), que acompanharam o General uruguaio José Gervásio Artigas durante o seu exílio no Paraguai (estima-se aproximadamente 80 negros de uma comitiva de 250 soldados). Eles deram origem à comunidade *Kamba Cua*. O povo de Artigas, os “*Artigas Cué*”, em Guaraní, foram alocados em 100 hectares de terras na região *Assunción, Loma del Campamento*, hoje municípios de *Fernando de la Mora* e *San Lorenzo* (SILVA, 2013, p. 50).

mami (risos) *Y la señora Ana Davenga, desde cuando baila?* / Ana Davenga: *Yo? desde los diez años!* / Esmeralda: *Mama era muy tímida, yo salí muy estrovertida ya!* (risos) (Ana Davenga e Esmeralda – informação verbal¹³).

Ana Davenga e Esmeralda reforçam a importância das relações familiares na arte da dança, e, como a própria Esmeralda lembra, começou a dançar ainda "*en la panza de mi mami*" (informação verbal). Para esta família, assim como ocorre com outras, mais do que uma arte, a dança do *Kamba Cua* é uma forma de atualização de sua ancestralidade, de atualização de uma história e de visibilização de sua cultura. Assim ocorre também com a arte do tambor e da música, já que a dança só é possível ao toque dos tambores. O grupo realiza oficinas a partir de sua produção artístico-cultural, como forma de ampliar a discussão e a visibilidade de diferentes formas de expressões da diversidade cultural e afrodescendente no Paraguai.

[Como el grupo de danza trabaja con la escuela?] Esmeralda: Si solamente eso, estaría bueno hacer un taller en la escuelita para los chicos. Lo que siempre se pidió es que se incluye la historia en la escuelita, o sea en todos los colegios. Yo por ejemplo participé mucho de los derecho de los niños acá en el Paraguay, pero he lo visto no llegó mi reclamo al presidente, porque había audiencias [...] (Esmeralda – informação verbal).

A fala de Esmeralda nos restabelece a relação entre arte e educação. Não há como desconectá-las. As práticas artístico-culturais do *Kamba Cua* não se resumem a apresentações; ao contrário, se ampliam na relação que estabelecem com a educação a partir de sua história e dos seus movimentos de resistência, prática muito similar ao que realiza o Afoxé, em Foz do Iguaçu. Esta relação emerge também na fala de Obax:

Para mi criterio particular personal, [a dança] tiene que ser una herramienta de visibilización de nuestra cultura. Yo quería que así fuera. Yo empecé a bailar porque quería que esa forma se tome. [...] porque si yo recibo una invitación para ir a una embajada, para ir en varios lugares lindos de Asunción, yo sin embargo quería entablar, quería hacer lobby, por ejemplo si viajamos a la embajada de Uruguay, quería decir al señor: Señor, cómo puede ayudarnos a comprar una computadora para la escuela? [...] Sí, yo nunca quise que sea solamente baile y reírte para la foto, porque no tiene sentido para mí, [...] Y para Ud., qué es negro? Para mí, mi cabello, [...] mi cabello es memoria, ancestralidad, les digo, esto es memoria, soy una persona culta. Porque viste cómo uso mi cabello? Nadie lo

¹³ Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Yabá na Luta – Mulheres Negras entre Fronteiras, em Fernando de la Mora/Paraguai, em junho de 2016.

quiere usar así en Paraguay, y yo en todo lado me voy así. [...] Sí, yo nunca me hago planchita. Me voy al trabajo y me dicen: Porque no te haces planchita? Y les digo: No, esta es mi marca, yo soy de Kamba Cua, esto es mi identidad (Obax – informação verbal¹⁴).

O trabalho de fazer dialogar a produção artístico-cultural e a ela dar visibilidade para que a população paraguaia saiba da existência desta ação autônoma está integrada no diálogo com a educação. Essas duas instâncias, por meio da própria arte, neste caso do ballet, acendem juntos para o enfrentamento do racismo. Através de trabalhos cotidianos que envolvem produção artístico-cultural, estas mulheres negras são protagonistas, ao reconhecerem seu poder, posicionarem-se e projetarem-se. Ao mesmo tempo em que suas antepassadas são as referências, estas são as referências para mais jovens na luta.

Muitas das mulheres negras com as quais interagimos na pesquisa trabalham a diversidade cultural partindo da produção artístico-cultural através do seu entendimento como processo histórico de formação. Por isso, considera-se necessária a relação entre o corpo e o contexto histórico cultural que permitiu o desenvolvimento de dinâmicas teórico-práticas, com a execução de discussões e movimentos que possam representar a conexão do sujeito, nesse caso, as mulheres negras com a produção artístico-cultural.

Considerações finais

O contexto sócio-histórico das populações afrodescendentes nos três países mostra a invisibilidade a que estas populações estão sujeitas. Porém, é exatamente a partir de suas práticas culturais que essa visibilidade é reivindicada, como nos mostra as ações do *Ballet Kamba Cua* e *Afoxé*. Na Educação, todas as professoras enfatizaram a importância da presença de professoras negras, tanto como forma de expor a diversidade, quanto no sentido de problematizar as invisibilidades percebidas. No entanto, todos apontam que esta não é a luta apenas da população negra, mas de toda a sociedade.

A questão étnico-racial na América Latina foi construída baseada num processo de branqueamento social e histórico, no qual ocorreu uma tentativa de apagamento das memórias históricas coletivas (MOURA, 1987) das populações afrodescendentes, como os próprios dados históricos nos mostram. A partir dessa constante tentativa

¹⁴ Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Yabá na Luta – Mulheres Negras entre Fronteiras, em Fernando de la Mora/Paraguai, em junho de 2016.

de apagamento das memórias coletivas, fruto do processo colonial, reforçado pelas políticas de estado de cada país, ocasionaram-se os posicionamentos de resistências coletivas. Em outras palavras, tais comunidades, grupos, organizações, falam no sentido de “recuperar-se como sujeitos de narrativas históricas” (SEGATO, 2007, p. 22), a partir dos espaços de resistências.

O fio condutor que nos fez perceber o que há de comum nas regiões, países, cidades e comunidades afrodescendentes investigadas é que as mulheres negras têm o poder de fazer a junção de saberes ancestrais com os saberes contidos nos espaços em que atuam, a partir dos lugares que ocupam, para reivindicar políticas de reconhecimento. Mesmo estando em distintos contextos socioculturais com todas as especificidades que os habitam, há problemáticas comuns que nos constroem como amefricanas (GONZALEZ, 2011) na luta contra o racismo e todas as formas de discriminação.

Analisando os contextos de posicionamento e reivindicação política das mulheres negras que fazem parte desta investigação, é possível perceber suas reivindicações de visibilidade e reconhecimento, utilizando-se de seus corpos políticos em seus espaços de atuação, como no caso de mulheres negras no espaço da educação e da produção artístico-cultural. Suas falas, apontadas no sentido de mudanças relevantes no âmbito jurídico, educacional e na produção artístico-cultural, são resultado de todo um trabalho realizado por mulheres que colaboram desde suas lutas históricas, como, por exemplo, Maria Remédios del Valle¹⁵, Dandara¹⁶, até as lutas presentes como professoras, educadoras, artistas, mediadoras culturais, antropólogas e advogadas, e que dão continuidade ao que foi e ainda está sendo conquistado. O trabalho coletivo é estruturante de suas práticas atrelado às questões ancestrais, se posicionando contra as práticas racistas e outras injustiças.

Para finalizar, queremos agradecer às pessoas que colaboraram neste processo de interlocução e de trocas de conhecimentos que possibilitaram a realização desse trabalho. As professoras: Franciele N. Soares e Rosilene Mateus, da rede pública estadual de Foz do Iguaçu; A Yalorixá Marina Túmirê, a Iyã Egbé Egbommi Cristiane Galdino de Oyá e a Iyalase Roberta de Ogún, que compõe a direção do movimento artístico-cultural Afoxé Ogún Fúnmilaiyó do Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilaiyó; do *Ballet Kamba Cua*, Barbara, as Sr^{as} Araceli Medina, Marcelina Medina Benitez, sua mãe e ao Sr. Benito Medina, seu

¹⁵ María Remedios del Valle, ou Capitana María de los Remedios, recebeu este título pelos seus feitos na primeira expedição destinada ao Alto Perú. Em sua trajetória de capitã do Exército combateu em *Huaqui*, *Tucumán*, *Salta*, *Vilcapugio* e *Ayohuma*. Disponível em: <<https://www.elhistoriador.com.ar/maria-remedios-del-valle/>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

¹⁶ Dandara dos Palmares é símbolo histórico no Brasil, guerreira assim como seu companheiro Zumbi dos Palmares. Apesar de não haver muitos registros sobre sua história, foi vanguardista e idealista na luta contra a escravidão no século XVII. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/dandara-a-face-feminina-de-palmares/>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

pai; do *Ballet San Baltazar*, as Sr^{as} Lourdes Diaz Chavéz, Julia Medina, Domingas Medina e Inocencia Sanaubia; da *Escuelita San Baltazar*, a professora Liliana Aguilera; a Sr^a. Nelida Wisneke, professora e ativista do grupo *Afrodescendientes Misioneros - Memoria, Identidad y Dignidad* (2014), e a Sra. Amélia Báez, da Secretaria de Direitos Humanos; e ao Sr. Juan Carlos Rodrigues e sua irmã, a Sr^a. Maria Ester Rodrigues, organizadores do *1º Encuentro de los Afrodescendientes de Misiones, na cidade de San Vicente* (Argentina).

Agradecemos ainda ao *Instituto Nacional contra la Discriminación la Xenofobia y el Racismo*, do *Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Humanos*, à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) da Argentina, e à Organização das Nações Unidas (ONU), pela realização do edital que nos possibilitou recursos para seu desenvolvimento.

Referências

- CARÁMBULA, R. *El candombe*. Ediciones del Sol, 1995.
- DAVIS, A. *Mujeres, Raza y Clase*. Madrid: Alcal, 2005.
- ERGAS, Y. O Sujeito Mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs.) *História das mulheres no Ocidente*. Porto, Portugal: Afrontamento, 1991. p. 583-611.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. *Movimento sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos*. São Paulo: ANPOCS, 1983.
- GONZALEZ, L. Por um Feminismo Afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, São Paulo, n. 1, 2011.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HOOKS, B. Intelectuais negras. *Estudos feministas*, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.
- MOURA, C. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- RATTS, A.; RIOS, F. LÉLIA GONZALEZ: *Retratos do Brasil Negro*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.
- SEGATO, R. L. *Raça é signo*. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2005.
- SEGATO, R. L. *La nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires: Prometeo Libros Editorial, 2007.
- SILVA, C. K. *O "Grupo Tradicional Kamba Cuá" no movimento afroparaguaio: artes performáticas, política identitária e territorialidade*. 2013. Dissertação (Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013.

Capítulo V

A autodefinição e o empoderamento de mulheres haitianas estudantes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana¹

Karina Schiavini *

Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos (RIBEIRO, 2019, p. 34).

A colonialidade é a construção de um discurso hegemônico de classificação dos seres humanos a partir de uma visão de mundo que impõe valores, linguagem e conhecimento que, de acordo com Mignolo (2007), opera nos domínios econômico, político, social, epistêmico e subjetivo.

A ideia de raça foi utilizada para classificar as pessoas a partir de suas diferenças fenotípicas, legitimando e naturalizando hierarquias entre colonizadores e colonizadas/os (QUIJANO, 2014), e justificar a exploração econômica, articulando diferentes formas de controle para a emergência do capital mundial e o seu domínio (DALBERTO, 2015). Mignolo (2007) ressalta que a construção da ideia de raça categoriza indivíduos de forma a extrapolar as características físicas das populações e compreender questões culturais como religiões, línguas, conhecimentos, países, continentes, etc.

Ao longo da história do colonialismo, o corpo negro fora associado a “valores morais e éticos depreciativos” (NOGUEIRA, 1998, p. 78), fazendo com que as pessoas negras criassem um pavor de identificar-se com seus iguais. Estas marcas estão associadas à memórias insuportáveis da escravização e da desumanização, sendo que seu próprio corpo é significado como uma marca da inferioridade social, ou seja, de características interpretadas como indesejáveis. Na contraposição há o branco, modelo

¹ Este capítulo é fruto de novas reflexões construídas a partir da conclusão da dissertação de mestrado intitulada “*Mawonaj Fanm: Mulheres Haitianas Estudantes da UNILA*”, em 2018. A análise baseou-se em 6 entrevistas realizadas com mulheres haitianas estudantes da UNILA e em registros realizados em diário de campo de vivências compartilhadas com a comunidade haitiana durante os anos 2016 e 2017.

* Formada em Psicologia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), realizou mestrado em Estudos Interdisciplinares Latino-Americanos na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), concluído em 2018.

E-mail: schiavini.k@gmail.com

no qual devem pautar-se para se constituir, fazendo-os desejar aproximar-se da brancura para que sejam humanizados, ou seja, desejar o inatingível e negar a negritude que o constitui, anulando assim o seu próprio corpo – já que reconhecer-se negro é enfrentar sua condição de não-ser (NOGUEIRA, 1998), conhecer seu corpo é entendido como uma negação (FANON, 2008) e recusar sua imagem é ser capturado pela cultura que o inferioriza (NOGUEIRA, 1998). Mas esta idealização de brancura, além de ser inatingível devido a condições corpóreas, cria um conflito entre o real e o imaginário que o despersonaliza e o deixa a mercê do desejo do outro, além de, muitas vezes, culminar em um ódio ao próprio corpo (NOGUEIRA, 1998).

Uma das mulheres haitianas entrevistadas expõe que se descobriu negra a partir de sua chegada ao Brasil², quando se deparou com o racismo:

Mas quando eu cheguei aqui... as pessoas, o racismo, tudo! E agora eu sei que eu sou negra! Porque no primeiro dia que eu cheguei em Foz, eu estava no ônibus, todo mundo ficava me olhando, e... depois de uma semana, eu sento numa cadeira e essa cadeira fica vazia, todo mundo fica de pé, entendeu? Então eu comecei a pensar porquê, a diferenciação né? [Dói descobrir o racismo?] Sentimentalmente sim! [Como você se sente no Brasil como uma mulher negra?] Pequena! Quase nada! [...] É o passo mais difícil da minha vida! (Marie-Jeanne Lamartière)³.

Advindas de um país considerado negro, estas dolorosas memórias sociais são revividas nas diversas manifestações de racismo, entendidas como um ato de violência, que Nogueira (1998) coloca como intermináveis, já que faz com que vivam fixadas/os na realidade exterior, pois nunca saberão quando serão agredidas/os de forma física e/ou psicológica, permanecendo em um universo de terror – visto que carregam no corpo as marcas que, para outrem, justificam a expressão da brutalidade e violência (NOGUEIRA, 1998). Diante de tamanhas humilhações e discriminações, estas vivências são concebidas como traumáticas, e a consciência pode tentar se desfazer destas memórias por ser algo doloroso de ser lembrado, direcionando-se na busca de identificação com o outro – que é branco, fazendo com que tente romper com a sua origem que torna-se símbolo do indesejável e inaceitável (SANTOS, 2014).

De acordo com Fanon (2008, p. 28), essa inferiorização ocorre num processo primeiramente econômico e, posteriormente, ocorre a “epidermização desta

² Para saber mais sobre o processo migratório das mulheres haitianas estudantes da UNILA, recomenda-se a leitura de: SOUZA, A. M de; SCHIAVINI, K. As experiências diaspóricas de mulheres haitianas estudantes da Universidade Federal da Integração Latino Americana. *Revista Extraprensa*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 48 – 67, jan./jun. 2019.

³ Os nomes são fictícios e fazem referência a mulheres de importância histórica no Haiti.

inferioridade”, passando a adotar subjetivamente atitudes de branco, e quando atinge a ascensão social, tende a rechaçar a sua família e tudo que é negro, pois a negritude desperta o terror, o medo e a angústia. “Se a condição natural de ser negro é a de suportar sofrimentos de todas as ordens, então há que se embranquecer!” (SANTOS, 2014, p. 102).

Para que haja a desalienação deste processo de branqueamento, é necessária a tomada de consciência das pessoas negras destas realidades, considerando que estão imersas num contexto em que paira um desvio existencial, pois entende-se que, quanto mais rejeitar sua “negridão”, mais branco/civilizado será (FANON, 2008). O autor expõe com clareza seu posicionamento: “é importante dizer ao negro que a atitude de ruptura nunca salvou ninguém” (FANON, 2008, p. 42), o qual precisa se libertar de todos os complexos que lhe foram gestados com o colonialismo.

Mas o racismo não é uma inferiorização que vem desacompanhada, já que as vivências acontecem na interrelação de raça, gênero, sexualidade, classe econômica, entre outras. Crenshaw (2002), a partir de sua participação no movimento do feminismo negro, propôs a conceitualização de interseccionalidade para falar do cruzamento destas inferiorizações que são impostas, não de forma hierarquizada, mas de modo que se interconectam e que mutuamente se influenciam. Essa formulação também impactou a visibilidade da interação destas opressões que ocorrem de forma estrutural e dinâmica, implicando no desempoderamento desses grupos, já que a discriminação afeta-os de forma composta (CRENSHAW, 2002).

A história latino-americana nos mostra que os inventores das Américas — homens, brancos, europeus —, ao afirmar sua superioridade, criaram condições para a exploração das/os consideradas/os outras/os. As mulheres, em maior intensidade as negras e indígenas, passaram a ser exploradas criando um sistema de colonialidade de gênero, em que se utilizaram desta categoria para a imposição de mais uma inferiorização que nasceu com o advento colonial. Se as/os colonizadas/os eram desumanizadas/os, a mulher não era mulher — era fêmea, e foi através do estupro que a mestiçagem foi engendrada, dando início ao branqueamento (ARCOVERDE, 2016). Essas concepções são reatualizadas na exotização/hipersexualização do corpo da mulher negra (ARCOVERDE, 2016) e na solidão delas quando se refere a relacionamentos afetivos. Fanon (2008) nos fala da associação imediata que se é feito do negro ao sexo, e Seguy (2014, p. 110) ressalta que “Se todos estão potencialmente sujeitos a trabalhos forçados, a discriminações racistas... as mulheres, no entanto, sofrem particularmente de brutalidades corporais e de assédios sexuais frequentes”. Essa questão também foi abordada pelas entrevistadas:

Ser mulher e ser negra no Brasil é ser vista como... não sei... um pedaço de carne de frango andando, tipo, ou seja, um homem te vê, não te vê simplesmente

como uma mulher que está andando, mas se você é negra, imediatamente ele te relaciona ao sexo, então, você é gostosa e tal... Eu acho que é assim também para o homem, na questão de negro, né. Por exemplo, eu tenho amigas que saem com homem negro e elas não falam assim: “eu tenho um namorado e ele é negro” ou “eu tenho um namorado e ele é branco”, quando que elas falam do negro: “mas é um negão assim”, imediatamente quando elas falam “negão” é relacionado com a virilidade da pessoa... Bom, eu acho que é isso... (Entrevistada Cécile Fatiman)

Eu só quero falar mais uma coisa... ham... acontece comigo! Sempre! Quando eu estou andando na rua as pessoas... me chamam, pra me oferecer dinheiro pra... sexo.... quase todo dia... Eu não sei se eu tenho cara de uma puta, eu... Eu não sei porquê... (Entrevistada Marie-Jeanne Lamartière)

As violências vivenciadas de maneira cotidiana pelas mulheres negras estão presentes em diversas dimensões: acesso à escolaridade e saúde, condições de trabalho e de moradia, e nos padrões estéticos, cuja brancura é vista como único modelo de beleza a ser seguido, impactando diretamente em sua autoestima (SANTOS, 2014). Esse longo período vivencial de humilhações e inferiorizações constantes de seus corpos, beleza e inteligência pode acarretar em autodesprezo e sentimento de ódio em relação à sua condição de negra (SANTOS, 2014).

A partir dos conhecimentos tecidos por Beauvoir em 1949, Ribeiro (2019) aponta que a mulher não é definida a partir de seus próprios critérios, mas sob os princípios do olhar masculino, que mantém uma relação de dominação e exploração – sendo construída, portanto, como o Outro, o que lhe impede de acessar todas as possibilidades, não tendo no olhar do homem a reciprocidade. Nesse sentido, a autodefinição é encarada como uma atitude de enfrentamento à visão colonial (RIBEIRO, 2019), e a forma como as mulheres haitianas percebem-se e autodescrevem-se rompe com essa visão outrificadora:

Eu tenho bastante autoconfiança em mim mesma, acho que isso vem a partir da minha família assim, eu sempre tive uma mãe, um pai bem presentes assim... Meus tios, tipo assim, sempre cumprimentando, tipo, quando você fazia alguma coisa ou na escola, ou em casa, então, eu acho que vem daí a autoconfiança e me vejo como uma mulher.... Bom, que... não é submissa. Eu me vejo... totalmente, ou seja... ããã, livre de escolher, por exemplo, com quem eu vou ficar ou se eu vou ficar com alguém, então eu me vejo mais, livre assim (Entrevistada Cécile Fatiman).

Uma mulher! Pra mim, eu me sinto uma mulher, quando eu tenho capacidade de fazer minhas coisas e... tenho capacidade... intelectual também... econômica... e, tenho a oportunidade de pensar diferente que, uma pessoa que, que não sabe ler ou... é isso! [...] Eu sou uma mulher forte, e pensar que eu vou voltar para o Haiti com o diploma na mão, me dá mais força ainda! (Entrevistada Marie-Claire Heureuse Félicité Bonheur).

É que... às vezes eu me acho pequenininha, muito pequena, mas na casa, na minha casa aqui, eu me sinto bem! Muito bem! Eu sou forte! Eu gosto de mim! E... são sentimentos! Que a gente tem, mas... isso não quer dizer que eu, que eu me odeio... [Por se sentir pequena?] Sim, mas eu sei que não sou! É um sentimento que as pessoas colocam em mim! No jeito de tratar as pessoas! Depende, às vezes eu, eu... estou imaginando que as pessoas gostam de olhar pra, pra mim... pra nós! Porque, normalmente, você também, se você for para o Haiti, você vai perceber que todo mundo quer olhar você! Todo mundo! Então é assim, eu acho que é a curiosidade, mas também às vezes eu acho que é racismo! (Entrevistada Marie-Jeanne Lamartière).

Eu me declaro uma menina linda, inteligente, muito independente e orgulhosa de si! Isso! Sou forte, inteligente, valorosa, independente! (Entrevistada Dédée Bazile).

É interessante observar que este sentimento de valorização de si também foi percebido em uma haitiana de 4 anos que reside em Foz do Iguaçu, a quem carinhosamente chamamos de *ti zanmi*⁴. Ela diz sentir-se maravilhosa e inteligente, demonstrando através de suas atitudes, que estas autodefinições produzem rupturas com o sentimento de inferiorização que é imposto sobre a negra, assumindo um posicionamento de resistência diante da imposição de humilhações outrificadoras.

Patricia Hill Collins (2013) afirma sobre a importância da construção de autodefinições que produzem enfrentamentos diante das imagens que são impostas às mulheres negras (opressões inteseccionalizadas x ativismo), possibilitando a criação de espaços de resistências e produção de empoderamentos. O Feminismo Negro tem reivindicado a autodefinição, e pensadoras deste movimento vêm destacando a importância da autovalorização das afroamericanas, insistindo na relevância do autorrespeito e na exigência de uma postura de respeito do outro.

Outras mulheres Negras podem ajudar uma mulher Negra nessa jornada rumo ao empoderamento pessoal, mas a responsabilidade última sobre as autodefinições e autoavaliações está dentro da própria mulher como indivíduo. Uma mulher individual pode usar múltiplas estratégias em sua busca do conhecimento construído de uma voz independente (COLLINS, 2013, p. 32).

Imagens outrificadoras das mulheres negras podem impactar suas autoestimas, inclusive as que estão preparadas diante destas questões, fazendo-se necessário questionar as intenções dos que produzem estas definições (COLLINS, 2016). No

⁴ *Ti zanmi* (*kreyòl*) significa "amiguinha".

entanto, ao realizar autodefinições para além do conteúdo, estas ações já demonstram uma postura desafiadora diante das estereotipações e desumanizações que lhes são impostas – e, quando as mulheres utilizam-se de todos os recursos e criatividade que possuem para resistir a estas objetificações e encorajar outras mulheres a fazê-lo, sua existência torna-se ativista, pois a consciência a respeito das opressões está diretamente ligada às suas ações (COLLINS, 2016).

Segundo a definição de Berth (2019), este processo está interligado ao empoderamento, tendo em vista que entende o mesmo como a articulação de posicionamentos individuais e coletivos de autoafirmação, autovalorização e autoconhecimento. Considerando posições políticas, sociais e históricas, a partir de novos entendimentos críticos de si e do mundo, descobrem e/ou (re)inventam novas ferramentas de atuação em benefício da coletividade.

Collins (2013) destaca a importância do reconhecimento das imagens controladoras também para que seja realizada a construção de saberes autodefinidos que validam poder às mulheres negras silenciadas, cuja emergência do silêncio deve ser acompanhada de ações grupais e individuais, destacando a importância da persistência. O que se busca construir é a consciência da dignidade e da valoração das mulheres negras, que, ao se conectarem enquanto grupo, possuem suas experiências ressignificadas (COLLINS, 2013).

Como nossas ações individuais mudam o mundo em que nós meramente existimos para um no qual temos algum controle, elas nos permitem enxergar a vida cotidiana como um processo e, portanto, passível de mudança. Talvez seja por isso que tantas mulheres afro-americanas conseguiram persistir e “encontrar um caminho onde não havia saída.” Talvez elas conhecessem o poder da autodefinição (COLLINS, 2013, p. 35).

Djamila Ribeiro (2019) destaca a importância da reivindicação da diversidade dos pontos de vista pois, com eles, pode-se compreender realidades que foram ofuscadas na normatização hegemônica. Considerando que a diversidade experiencial rompe com uma visão universalizada, na qual mulheres negras partem de pontos não somente diferentes, como também desiguais, destaca-se a importância de “romper com o regime de autorização discursiva” (RIBEIRO, 2019, p. 69).

Silva (2016), a partir da interação com haitianas/s, percebeu que, dentre as estratégias de sobrevivência utilizadas, está o zelo pela aparência, a atitude de se autodefinirem a partir de critérios próprios (em que destacam a força, capacidade de resistência e luta diante de adversidades) e o senso de dignidade própria. Acredita-se que esse sentimento de autovalorização e autorrespeito apresentado pelas mulheres

haitianas está diretamente entrelaçado com a consciência histórica sobre a revolução de seu país, que demonstra, através deste feito histórico, a capacidade de todas/os as/os negras/os.

O senso de dignidade está muito vinculado à autorrepresentação do povo haitiano que tem consciência de ser a primeira nação negra a se tornar independente no mundo, em outras palavras, sabem que venceram as adversidades de lutar contra os prósperos colonizadores europeus, que enriqueciam às custas da escravidão dos negros (SILVA, 2016, p. 326).

De acordo com Rosa (2004), o haitiano Price-Mars cunhou o termo *noblesse*⁵ para salientar o sentimento de nobreza e liberdade que o seu povo possui por construir uma nação “pura e fiel às atribuições da raça negra” (ROSA, 2004, p. 2) — fomentando, para além da identificação com a negritude, o orgulho de suas raízes culturais, sua ancestralidade africana e de seu povo haitiano, ao invés de possuírem vergonha das sucessivas acusações de atraso que o país enfrenta. A proposição desse termo é, portanto, uma revolução simbólica.

“A *noblesse* é uma categoria nativa desde o início da Rebelião Negra de 1791 e foi amadurecida nos momentos posteriores de formação da nação haitiana” (ROSA, 2004, p. 7). A revolução e a construção do nacionalismo haitiano são temas de grande importância nas produções literárias, pois foram momentos através dos quais a negritude mostrou-se nobre, ao conquistar a liberdade enfrentando o poder colonial, e seus valores — insubordinação, nobreza, resistência e bravura — foram demonstrados através deste ato de rompimento. Ao tomar-se a responsabilidade de construir um Império Negro com bases nestes princípios que lhes acompanhavam desde a África, entendeu-se que esta consciência heroica e altiva pertence ao seu povo (PRICE-MARS, 2000 apud ROSA, 2004).

Na elaboração da primeira constituição haitiana, garantiu-se que todas as pessoas nascidas no Haiti, independentemente da cor de suas peles, seriam consideradas negras. Este fato nos mostra uma subversão de valores, como o orgulho que o povo haitiano possui de sua ancestralidade africana, valores estes presentes na população e demonstrado a partir de atitudes altivas e de orgulho nacional, o que contrapõe os valores sociais vigentes que inferiorizam a negritude e exaltam a branquitude. “O peso que esses haitianos atribuem à ideia de pureza equivale à importância que os brasileiros designam à ideia de mistura” (ROSA, 2004, p.5), pois é na sua negritude — vista como nobre — que encontram suas forças (ROSA, 2004).

⁵ *Noblesse*: palavra francesa que significa nobreza.

Esse sentimento de altivez é expresso inclusive nas vestimentas, como mencionado na pesquisa de Fernandes e Castro (2016), a qual coloca que os haitianos são muito arrumados, se comparados aos afrobrasileiros que são “meio bagunçados”. Essa percepção também é compartilhada por Oliveira e Silva (2016) que, na pesquisa que desenvolveram com mulheres haitianas no Brasil, as quais apontam que, mesmo reconhecendo as dificuldades que o país de origem enfrenta, demonstram orgulho de serem haitianas:

O sorriso sempre estampado no rosto, mesmo diante de tanto sofrimento e frustração, a postura do corpo, as tranças e outros adereços, o colorido da estampa de suas roupas e muitos outros elementos, são apenas alguns atributos que as colocam em evidência e demarcam a sua presença e remetem para o sentido de altivez e identificação com a negritude (OLIVEIRA, SILVA, 2016, p. 313).

As roupas utilizadas pelas/os haitianas/os na UNILA também é algo que chama a atenção, tendo em vista que muitas/os das/os estudantes neste espaço possuem um visual mais informal, ao contrário do percebido nas pessoas desta nacionalidade. Outro aspecto estético que chama a atenção é a forma que homens e mulheres haitianas arrumam o cabelo, pois percebe-se que há a valorização da estética negra. Algumas mulheres haitianas aprenderam a pentear o cabelo e assim realizam tranças e dreads nos compatriotas e nelas mesmas, mas também podem usar o cabelo solto (*blackpower*) ou até mesmo alisar – esta última opção somente como mais uma possibilidade estética, e não como a única.

Dentre as muitas formas de violência impostas ao escravo e à escrava estava a raspagem do cabelo. Para o africano escravizado esse ato tinha um significado singular. Ele correspondia a uma mutilação, uma vez que o cabelo, para muitas etnias africanas, era considerado uma marca de identidade e dignidade. Esse significado social do cabelo do negro atravessou o tempo, adquiriu novos contornos e continua com muita força entre os negros e as negras da atualidade (GOMES, 2003, p. 8).

A autora chama a atenção para a importância do cabelo na construção da identidade negra por ser um forte marcador identitário, e pelo fato de ser maleável e passível de ser transformado. Compreende-se que, para a/o negra/o, o cabelo vai além da expressão da vaidade, ao demonstrar o pertencimento étnico/racial carregado de significados culturais que remetem ao reconhecimento de raízes africanas (mesmo que de forma inconsciente) e que assumem um caráter de resistência, extrapolando a abrangência do individual e atingindo a comunidade negra, possibilitando construções

políticas, culturais e sociais da beleza da negritude. O cabelo crespo, que assume tamanha significância, é visto socialmente como uma marca da feiura por destoar do padrão estético europeu, e, portanto, assumi-lo é rechaçar esta imposição estética e identificar-se com a negritude. Esta visão está em concordância com o que foi mencionado na entrevista realizada com Cécile Fatiman:

Ah, eu acho que seria mais uma aceitação de mim mesma, como negra, ou seja, de não ter o cabelo liso... Ham, porque naturalmente meu cabelo não é liso, então, alisar ele seria então não aceitar meu cabelo crespo como ele é.

Outro aspecto que nos mostra uma ruptura estética que apareceu nas entrevistas refere-se à questão da depilação, pois, embora algumas das entrevistadas digam se depilar, elas afirmam que no seu país não depilar-se é mais comum, pensando que esta padronização estética é imposta pelo capitalismo, já que a insatisfação da mulher com o seu corpo natural promove lucro ao capital.

Eu acho que está voltando agora como uma exigência social através do contato com o exterior que algumas pessoas estão tendo, mas antes eu via algumas pessoas assim, meninas, homens, com, tipo, normal e a pessoa estava tipo, super cômoda e a pessoa que estava vendo também estava super cômoda... (Entrevistada Cécile Fatiman).

Acho que nos dois lugares tem essa cobrança, talvez aqui... Uma coisa que eu percebi, que as pessoas se importam muito do que a outra vai falar! E aí se ela não se depila? É meu corpo, se eu não me depilar, porque eu gosto, tudo bem! Porque se uma haitiana não se depila, não tem nada a ver, não fica escondendo que não se depila, ela vai deixar a roupa aberta assim... E, tanto faz pra você, se você fala: "Você deveria fazer isso!", ela fala: "Não, é meu corpo eu não vou fazer isso!" (Entrevistada Dédée Bazile).

Não! Eu não gosto também [referindo-se a depilação]... Eu me sinto mais bonita quando eu sou assim... [Uhum, natural?] Natural! (Entrevistada Marie-Claire Heureuse Félicité Bonheur).

A constante imposição de um padrão estético inalcançável sobre a mulher negra pode torná-la mais vulnerável a relações que as desvalorizem ou levá-la a envolver-se com pessoas brancas, movidas pelo desejo de branqueamento (SANTOS, 2014, p. 104) e de aproximação com o mundo branco, ao penetrar este mundo de "consagração subjetiva" (FANON, 2008).

A partir da convivência com a comunidade haitiana, percebi que as mulheres que possuíam um compromisso afetivo os tinham com homens da mesma nacionalidade.

A “exigência nacional” é tão enraizada que, em conversa com um estudante haitiano, ele disse que nunca conheceu uma mulher haitiana que namorou ou se casou com uma pessoa de outra nacionalidade. Tal postura culmina em estabelecimento de relacionamentos com pessoas negras, o que também demonstra um distanciamento desta possibilidade de branquear-se através das relações afetivas.

A partir do exposto, considerando as intersecções das mulheres haitianas (negras, imigrantes) que as colocam em uma posição de vulnerabilidade, a presença destas na universidade (espaço embranquecido e masculinizado) possibilita a construção de saberes em diversas áreas que considerem suas vivências e ponto de vistas, e também contribui para a edificação de uma estética negra e feminina neste espaço, tornando-as importantes figuras de representatividade, tendo em vista que valorizam suas negritudes e a sua cultura.

Eu sou uma mulher negra! Minha cor é negra! No meu país não existe diferença de ser uma mulher negra e uma mulher... branca! No Brasil existe pra algumas pessoas, mas pra mim não existe também! [...] Eu sei que tem pessoas que acham que eu sou negra, que eu não sou linda, que eu não sou... o meu cabelo, deveria fazer isso... Só que não, isso não me atinge! (Entrevistada Dédée Bazile).

Porque eu tenho muito orgulho da minha cor! Eu sei, o que eu sou e não me preocupa a pessoa que tem a cor diferente da minha! (Entrevistada Marie-Claire Heureuse Félicité Bonheur).

Atrela-se a autopercepção destas mulheres a identificação com o Haiti (SHILLER, 2000, p. 122) que construiu sua ideia de nação, por razões históricas, de forma a extrapolar as fronteiras do continente africano que trouxeram as sementes de liberdade e de valores como bravura, resistência e insubordinação. Esses atributos transcendem a cultura nacional e estão instalados na alma negra, sendo na identificação com a negritude onde encontram sua força, pois “a África é nobre, com seus reinos do Sudão, Guiné e Daomé. O povo haitiano trouxe impresso no seu inconsciente cultural a altivez daquele que é nobre” (PRICE-MARS, 2000 apud ROSA, 2004, p. 15).

Berth (2019, p. 25) diz que o empoderamento, embora possa receber estímulos exteriores, “é uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e racista”. A autoaceitação e a autovalorização de características estéticas e culturais herdadas pela ancestralidade também compõe este processo (BERTH, 2019), pois “somente depois dessa desintoxicação que os próprios haitianos tenderiam a iniciar o processo de reconquista da própria dignidade sem complexo de inferioridade de si mesmo” (HANDERSON, 2015, p. 539).

A pergunta de como se veem foi sugerida por uma das mulheres entrevistadas, o que demonstra uma postura de reconhecimento da importância de suas autodefinições. Esse questionamento, por sua vez, proporcionou o encontro com respostas que demonstram autovalorização – atitudes que, compartilhadas, podem impulsionar outras populações (mulheres, negras/os, imigrantes) a se repensarem a partir de critérios próprios, posicionamentos de resistência e inventividade frente ao colonialismo.

Referências

- ARCOVERDE, M. T. B. Gênero e interseccionalidade: chaves de leitura para um feminismo latino-americano. In: II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, n. 2, 2016, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ECA/USP, 2016. p.1-13. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/ARCOVERDE_SP22-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina1.pdf>. Acesso em: set. 2020.
- BERTH, J. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas* [online], Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- COLLINS, P. H. *Pensamento Feminista Negro*: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1990. Tradução de Natália Luchini. Seminário "Teoria Feminista", Cebrap, 2013. [Em inglês, Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Nova York/Londres, Routledge, 1990. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123078/mod_resource/content/1/Patricia%20Hill%20Collins.pdf>. Acessado em: out. 2017.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Trad. Juliana de Castro Galvão. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan/abr., 2016.
- DALBERTO, G. *Para além da colonialidade*: os desafios e as possibilidades da transição democrática no Haiti. Porto Alegre: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO, 2015.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, D.; CASTRO, M. C. G. A integração na perspectiva do enriquecimento mútuo: experiência dos que emigram e os desafios dos que acolhem. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs.) *Imigração Haitiana no Brasil*. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p.467-486.
- GOMES, N. L. *Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2003. Disponível em: <http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_textos_sociologia/Negra.pdf>. Acesso em: set 2020.
- HANDERSON, H. Diásporas negras no contexto pós-colonial: dialogando com intelectuais haitianos. *Rev. Educere et Educare*, Cascavel, v. 10, n. 20, jul/dez. 2015, p. 537-548.
- NOGUEIRA, I. B. *Significações do corpo negro*. 1998. 146 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- OLIVEIRA, M. M. de; SILVA, E. O. da. Migração haitiana na Amazônia à luz dos Estudos de Gênero. In: BAENINGER, Rosana et al. (Orgs.) *Imigração Haitiana no Brasil*. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 287-315.
- MIGNOLO, W. *La Idea de América Latina*: la herida colonial y la opción decolonial. Tradução de Silvia Jawerbaum e Julieta Barba. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.
- QUIJANO, A. *Cuestiones y horizontes*: de la dependencia histórico estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

- RIBEIRO, D. *Lugar de Fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ROSA, R. M. A Noblesse Haitiana nos 200 anos de Império Negro. In: ALMEIDA, J.; CABRERA, O. (Orgs.). *Caribe: sintonias e dissonâncias*. Goiânia: Editora CECAB, 2004, p. 1-34.
- SANTOS, M. R. *Histórias de reencontro: ancestralidade, pertencimento e enraizamento na descoberta de ser negra*. 2014. 130 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SEGUY, F. *A catástrofe de janeiro de 2010, a "internacional comunitária" e a recolonização do Haiti*. 2014. 389 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.
- SCHILLER, N. G. Teorização feminista sobre estado e nação. *Caderno CRH*, Salvador, v. 13, n. 33, p. 113-142, jul./dez. 2000.
- SILVA, P. K. M. O visto humanitário como política migratória: o caso da imigração haitiana com destino ao Brasil. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs.) *Imigração Haitiana no Brasil*. 1ª Ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 317- 350.

Capítulo VI

Mulheres da voz e da palavra: gênero e protagonismo feminino no rádio

Maria Inês Amarante *

Introdução

Dados sobre a realidade e os modos de vida da população de ex-colônias portuguesas e hispânicas escravocratas e patriarcais levaram-me a refletir sobre as barreiras que este passado histórico criou para a conquista de um espaço mais aberto de expressão e independência das mulheres em seu processo de evolução e conquista de direitos. A submissão das mulheres em nossas sociedades, vista sob a ótica da comunicação, amplia o entendimento da complexa dimensão identitária e cultural de feminismo e gênero desde as primeiras etapas do colonialismo.

Em quase todas as sociedades ocidentais, até pouco tempo atrás, a imagem que prevalecia da mulher era a de uma pessoa confinada ao lar, dedicada às tarefas domésticas como cuidar da casa, dos filhos, da alimentação e servir a todos, principalmente ao marido. Ao escrever a história das mulheres, Perrot (2008, p. 17-18) observa a invisibilidade e o silêncio que conservam em muitas sociedades, justamente porque pouco aparecem na cena pública, na qual os homens são protagonistas, sobretudo na política e na guerra. E essa ausência no nível da narrativa se amplia pela carência de pistas no domínio das “fontes” com as quais se nutre o historiador. Hérítier (2004, p. 63) reforça esta ideia, quando afirma que “excluídas das armas, são-no também da palavra e da representação. A sua legitimidade para fazer parte de assembleias é ainda problemática nos nossos dias para muitos homens”. Na visão antropológica atual, há unanimidade entre autoras como Hérítier (2004), Rosaldo e Lamphere (1979) ao afirmar que, seja qual for a organização familiar ou seu modo de subsistência, estas sociedades são caracterizadas por algum grau de domínio masculino. Hérítier (2004) aprofunda ainda mais o debate, quando trata da desigualdade social entre homens e mulheres:

* Doutora em Comunicação e Semiótica. Pós-doutora em Ciências Sociais (Antropologia). Pesquisadora e Professora Adjunta C na área de Comunicação. Docente do ILAACH – Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História e do IELA – Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos.

E-mail: ines.amarante@unila.edu.br

A dominação masculina existe, actuante, opressora, violenta, em muitas sociedades do nosso mundo contemporâneo, mas também, de modo menos visível, simbólica, inculcada nos ritos e nos imaginários masculino e feminino desde a infância, funcionando de maneira evidente, como natural, por preterição. Na nossa própria sociedade como em todas as culturas e em todas as civilizações (HERITIER, 2004, p. 66).

No âmbito das relações patriarcais herdadas dos colonizadores da América Latina, que implantaram sociedades cristãs conservadoras, a submissão da mulher aparece como um comportamento consolidado e persistente. Para Muraro (1996, p. 17) ela se deve, em grande parte, “às religiões que servem ao sistema econômico”. Na própria Bíblia, aponta a autora, estão mencionadas as maldições para o homem “como sendo morte e trabalho; e para a mulher são a morte, o trabalho, o parto com dor e a paixão. [...] A mulher é uma coisa entre outras para o homem, mas o homem é tudo para a mulher” (MURARO, 1996, p. 17). Perrot (2017, p. 186) resume essa ideia ao afirmar que: “aos homens, o cérebro [mais importante do que o falo], a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”. A autora salienta também que, apesar dos debates feministas (PERROT, 2017, p. 192), “a ideia de que a política não é assunto das mulheres permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos”, e as mulheres tendem a depreciar a política. Hérietier (2004, p. 98) lembra que “as raras valorizações do feminino que a história conheceu eram baseadas, em sua maioria, na noção de maternidade”. E isso afeta as mulheres na vida profissional, pois se supõe que elas estarão mais ausentes do trabalho para cuidar dos filhos. Assim, em muitos países, elas executam tarefas subalternas e mal pagas.

A valorização da mulher como mãe também implica em seu confinamento no espaço doméstico. A este respeito, Rosaldo e Lamphere (1979, p. 25) argumentam que a ênfase no papel maternal feminino leva a uma oposição universal entre os papéis “doméstico” e “público”, uma vez que, restrita à esfera doméstica, a mulher “não tem acesso à espécie de autoridade, prestígio e valores culturais, prerrogativas exclusivas do homem.” E os homens, sem o compromisso dessa assistência aos filhos, teriam mais tempo livre para se dedicar a um domínio mais público, bem como obter sucesso profissional.

A dissolução dessa hierarquia, ou uma forma de contorná-la e restabelecer um patamar de igualdade entre homens e mulheres, para Hérietier (2004, p. 265), “significa inverter a perspectiva; é uma medida política. Implica uma mudança no olhar”. E este olhar está voltado ao trabalho doméstico, aos direitos sociais e reprodutivos, à vida profissional, à divisão de tarefas... numa valorização da dignidade e autonomia femininas.

No século XIX, este debate também passou pela educação e a idealização do papel feminino. Silva (1969, p. 4) ressalta que uma educação restritiva e baseada em conceitos

falsos deixou às mulheres “um pesado lastro de inibições, receios, hábitos de dependência e de rotina mental”. No Rio de Janeiro, a educação era uma prerrogativa masculina¹ e a parte reservada às mulheres oscilava entre oferecer uma educação para emancipá-las ou apenas dar-lhes instrução para que educassem os filhos ou se aprimorassem nas tarefas do lar (BERNARDES, 1989, p. 14). Havia o temor de que a profissionalização pudesse levá-las ao trabalho remunerado e a uma concorrência com os homens.

Tal perspectiva suscitou meu interesse em evidenciar o modo como inúmeras mulheres desafiaram os preconceitos da sociedade brasileira, desde o início do século XX, para atuarem e serem reconhecidas profissionalmente, particularmente no rádio — meio de comunicação precursor —, e cujo protagonismo veio para inovar os costumes e marcar uma nova era.

A emancipação feminina

Em pesquisa sobre a emancipação feminina no Brasil, Pinto (2003, p. 13) destaca que a primeira fase feminista é marcada pela luta por direitos políticos, sobretudo ao sufrágio universal² que se acentua na Europa e nos Estados Unidos e tem o seu auge nos anos 1920, liderada por Bertha Lutz, cientista oriunda de uma elite econômica e intelectual que fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Iniciada no século XIX, esta fase vai perdurar nas três primeiras décadas do século XX através de manifestações diversas, às vezes organizadas, outras vezes centradas no esforço pessoal de alguma protagonista.

A vida urbana crescente também favorecia a expressão feminina e influenciava atitudes. Mattelart (2005) observa que há uma relação muito forte entre a urbanização e a tomada de consciência das mulheres: “Mesmo que a condição da mulher no campo tenha gerado movimentos particulares, e tomadas de consciência igualmente particulares, foi nas cidades que nasceram os movimentos feministas” (informação verbal)³.

As mulheres buscavam a adesão da opinião pública através de passeatas, eventos e artigos em jornais. Em 1910, foi fundado o Partido Republicano Feminista, que, embora não tenha tido vida longa, serviu para marcar a postura feminina na esfera

¹ Conforme levantamento realizado pela autora, o índice de alfabetização da população do Rio de Janeiro em 1872, estimada em 226.033 habitantes, era de 65.164 entre os homens e de apenas 33.992 entre as mulheres.

² O direito ao voto para as mulheres foi discutido na Constituinte republicana de 1891 por ilustres figuras políticas (PINTO, 2003, p. 15) mas, por pressão de oligarquias de coronéis regionais de São Paulo e Minas Gerais, apenas a partir de 1932 elas puderam votar.

³ Informação verbal concedida por Michèle Mattelart, em janeiro de 2005, no Fórum Social Mundial, Porto Alegre-RS, em entrevista realizada em língua francesa (Tradução da autora).

política. Através da imprensa, suas representantes defendiam o direito ao voto, além de discutir a emancipação e a independência da mulher (PINTO, 2003, p. 18). Embora muitas pioneiras tenham se destacado nos jornais brasileiros desde meados do século XIX⁴, nesse período de efervescências que foram as primeiras décadas no novo século, o protagonismo da mulher nas letras se deu em maior escala a partir de uma classe média urbana e culta. Pode-se assinalar uma exceção com o surgimento de jornais de trabalhadoras, como o *A Terra Livre*, das costureiras, de tendência anarco-feminista, surgido em 1906, no qual se denunciavam a dominação dos homens e a exploração pelo trabalho. Outros cotidianos da imprensa anarquista, como *O Grito Operário* e *A Plebe*, clamavam por direitos políticos iguais para as mulheres e liberdade sexual, desafiando preconceitos e o poder oligárquico vigente, dividido entre Minas Gerais e São Paulo.

Mas foi no rádio que as mulheres tiveram maior visibilidade e espaço comunicativo para participação profissional, uma vez que o veículo tornou-se popular e trouxe uma nova cultura na sociedade brasileira, desafiando o moralismo conservador.

Do silêncio à difusão da voz feminina no rádio

As primeiras emissoras de rádio surgiram no Brasil a partir de 1923, e se caracterizavam pela produção de programas informativos culturais e musicais, como óperas e música clássica. O desenvolvimento do veículo ocorreu de forma lenta, uma vez que as primeiras emissoras, as rádios-sociedade, sobreviviam da doação de amigos e sócios, que constituíam um grupo de seletos ouvintes de alto poder aquisitivo. A venda de programas diretamente aos patrocinadores ocorreu no final da década, transformando o rádio em difusor de informação popular e inovador, com forte apelo comercial, o que foi consolidado após 1932, com a legalização da publicidade por Getúlio Vargas (MOREIRA, 1991). O toca-discos foi conectado à mesa de áudio permitindo o controle eletrônico do som, o que deu início ao rádio-espetáculo, voltado às classes populares, consumidoras de seus produtos e admiradora de seus artistas. Para Haussen (2012, p. 325), este é o “início da lenta invasão do rádio no universo doméstico”, que se efetivará nas décadas seguintes caracterizadas como “a era de ouro do rádio”, quando o veículo torna-se mania nacional e ganha palcos de teatros, trazendo para a plateia um público composto principalmente por mulheres, ávidas

⁴ A partir de 1850, diversas publicações comandadas por mulheres se intensificaram (PINTO, 2003, p. 31). *O Jornal das Senhoras*, feito por Cândida do Carmo Souza Menezes, considerada a primeira jornalista do Brasil; *O sexo feminino*, de 1873, por Francisca Senhorinha Motta Diniz, que pregava a educação real das mulheres e sua emancipação; *A família*, de 1888 a 1897, editado por Josefina Álvares de Azevedo e, no Rio Grande do Sul, o *Pela Mulher*, fundado por Andradina de Oliveira, que posteriormente tornou-se escritora e escreveu, entre outros, o livro *O Divórcio*, que gerou grande polêmica por defender a separação como forma de solucionar casamentos infelizes.

em conhecer os seus ídolos. Aos poucos, com a variedade dos programas oferecidos, algumas delas passaram do salão onde escutavam o rádio para os estúdios, atuando diante dos microfones.

As primeiras locutoras surgiram logo no início da *Rádio Sociedade* do Rio de Janeiro, na década de 1920, marcando presença pela voz, lembra Tavares (1999, p. 108), como Maria Beatriz Roquette-Pinto, filha do idealizador da emissora pioneira. Contudo, de modo geral, o papel da mulher era secundário ou invisibilizado, evidenciando a discriminação de gênero – pois, quase sempre, a voz da mulher era apresentada com uma bela voz de locutora comercial e o comando dos programas ficava a cargo dos homens. Mas as mulheres foram ganhando mais espaço no rádio e tiveram sua competência reconhecida como produtoras ou apresentadoras principais. Com o aumento do número de estações, que se tornaram negócios rentáveis⁵, surgem novos e talentosos protagonismos, como o de Zenaide Andrea, da *Rádio Record* de São Paulo e, em 1931, o de Natália Peres (pseudônimo de Elisabeth Darcy), mãe de dois filhos que também seguiu carreira no teatro (TAVARES, 1999).

Segundo o mesmo autor, em 1932, na *Rádio Cruzeiro do Sul* paulista, Maria de Lourdes Souza Andrade venceu um concurso para atuar no programa “Hora das donas de casa”. Conhecida por sua beleza vocal, a raridade do timbre de sua voz e a espontaneidade de sua fala “doce e macia”, ela trilhou carreira longa vindo a atuar posteriormente no comando do programa “Hora Social” e no “Programa das Mãezinhas” da *Rádio Educadora Paulista*. No Paraná, há registro de uma mulher que atuou na *Rádio Difusora* de Ponta Grossa, Diva Ayres de Moraes, que, além de apresentadora, foi também *disc-jockey*, atividade rara na época.

Rudolf Arnheim, um dos pioneiros nos estudos da estética radiofônica, trouxe reflexões sobre os recursos do rádio passíveis de criar o que chamou de “mundo acústico da realidade”, gerando empatia entre locutor e ouvinte através da voz:

É bastante significativa a impressão que determinadas vozes produzem nos radiouvintes, plenas de expressão, e que ele recebe como “a voz de alguém a quem não vê”, mas cujo aspecto imagina, uma vez que o capta através de sua personalidade. Isto ocorre, sobretudo, com aquelas vozes que têm uma relação cotidiana com o radiouvinte e, para tanto, lhes são familiares: o locutor, o professor de ginásio, são pessoas bem conhecidas, não vozes conhecidas de desconhecidos. O complemento visual não faz falta (ARNHEIM, 1980, p. 89, tradução nossa).

⁵ Segundo Tavares (1999, p. 58), na década de 1930 mais de 50 emissoras se instalam por todo o Brasil.

Esta aproximação com o público-ouvinte é uma das características mais marcantes do veículo na América Latina, por aqui existir uma cultura “oral, mais visual e menos letrada”, lembra Martín-Barbero (2009 – informação verbal, tradução nossa)⁶. Porém, as vozes que o identificavam e conferiam personalidade às emissoras eram masculinas, chamadas “vozes de cristal”. As propagandas, de modo geral, eram dirigidas às mulheres que se ocupavam das compras de casa na mercearia. Apesar dessa particularidade, as locutoras, aos poucos, foram ganhando destaque.

A indústria fonográfica crescia com melhor qualidade de gravação e empresas como a Odeon e a RCA Victor dominavam o setor e patrocinavam programas, como o de Ademar Casé na *Rádio Nacional* carioca. Ali, locutoras como Lúcia Helena anunciavam os grandes astros de sucesso, como o cantor Francisco Alves – entre os talentosos ídolos que surgiam na época e divulgavam música popular de qualidade. Já nos “anos dourados” do rádio, entre 1930-40, aparecem cantoras que alcançaram grande projeção nacional e internacional. Carmen Miranda – conhecida como “a pequena notável” – foi uma das primeiras estrelas da *Rádio Nacional* se projetando para o mundo ao mudar para os Estados Unidos, onde protagonizou uma brilhante carreira de espetáculos e filmes musicais. Vozes como a de Linda Baptista, uma das primeiras “rainhas do rádio”, reinou até os anos 1940 na *Rádio Educadora* de SP, quando surgem novos expoentes como Hebe Camargo – que inicia sua carreira como cantora e, nos anos 1950, passa a atuar na televisão, tornando-se uma apresentadora de renome e grande audiência. Havia também Nora Nei, Dalva de Oliveira e Marlene – esta última receberia o patrocínio de empresas como a Antártica, rivalizando o poder da fama com Emilinha Borba e outras artistas que cantavam e compunham suas próprias canções. A eleição das “rainhas do rádio”, a partir dos anos 1930, estimulou a participação do público na escolha das mulheres que se destacavam como cantoras e perdurou até os anos 1960 (TAVARES, 1999). Essa popularidade das emissoras e de suas artistas foi amplamente estimulada pela Revista do Rádio, publicação lançada em 1948, a preço módico, que sobreviveu até os anos 1970 (DANTON, 2003)⁷.

Já conhecido na América Latina, o radioteatro teve vida longa a partir dos anos 1930 e, através dele, foram descobertos atores, atrizes e escritoras. Um dos grandes expoentes femininos da dramaturgia radiofônica foi Ivani Ribeiro, que iniciou sua carreira na *Rádio Educadora Paulista*, em Santos, como cantora, poetisa, locutora, radioatriz e romancista. Na *Rádio Bandeirantes* de São Paulo fez o programa “Teatro Ivani Ribeiro” até começar a escrever novelas para a *TV Globo*, no início dos anos 1960. Outra importante dramaturga nesse período foi Janete Clair, locutora e radioatriz que se tornou romancista com um

⁶ Informação verbal concedida pelo autor, no dia 17 de agosto de 2009, em aula magna ministrada, cf. notas pessoais, em espanhol.

⁷ “Revista do Rádio”. Disponível em: <https://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=1055&titulo=Revista_do_Radio>. Acesso em: 10 mar. 2020.

primeiro trabalho assinado na *Rádio Nacional*, “Uma escada para o céu” (TAVARES, 1999). Posteriormente, quando foi contratada como autora da TV Globo, sua obra passou a ser conhecida na televisão, onde também atuava o marido Dias Gomes.

Numa confluência de interesses econômicos, políticos e de talentos, o rádio ganhou notoriedade e poder de mobilização da opinião pública, um lugar que passou a ser ocupado pela televisão a partir dos anos 1960. Porém, a partir de 1964, a ditadura militar é instaurada, e a censura chega aos meios de comunicação social. Muitas mulheres que tinham participação educativa e política mais ativa desaparecem de cena ou passam a ser perseguidas e exiladas. No entanto, salienta Pinto (2003, p. 43), a partir dos anos 1970, o movimento feminista se desenvolve com mulheres de diferentes níveis sociais e ideológicos, numa aproximação entre as classes média e populares “não para por em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público”. Surgem lutas contra a carestia, clubes de mães, movimento pela anistia, que se efetivaria em 1979, muitas delas com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, da Igreja Católica, que reforçava a organização comunitária e estimulava o desenvolvimento de meios de comunicação alternativos. A imprensa sob o comando de mulheres volta a surgir a partir de 1975, com os jornais feministas *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, que, além da equidade de gênero, lutavam pela emancipação feminina (TELES, 2000, p. 12-13).

Se, desde os anos 1950, a América Latina já conhecia a progressão de emissoras populares ou comunitárias (AMARANTE, 2015) que integraram as áreas rurais às urbanas, voltadas aos direitos humanos, à educação e defesa da igualdade, justiça e solidariedade, seus conteúdos eram diferenciados em relação aos dos grandes grupos midiáticos dominantes, uma vez que traziam a cultura, as línguas indígenas e buscavam solução para as necessidades locais. Diversos movimentos populares se agregaram à luta para contribuir com uma nova perspectiva político-comunicativa e cultural de se fazer rádio, voltada ao bem comum e ao desenvolvimento humano e social. A partir de 1980, após a anistia, estes grupos passam a estimular a participação democrática de novos atores sociais através da luta contra a concentração da mídia, como forma de “cidadanizar” as políticas de comunicação. Para Mata (2006, p. 13), esta “cidadania comunicativa” pode ser vista como “o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e demanda no campo da comunicação, bem como ao exercício desse direito”, e também condiz com a dimensão dos direitos civis, como a liberdade de expressão, o direito à informação etc.

O protagonismo feminino vem reafirmar o papel da mídia comunitária em contraponto à mídia dominante, onde as mulheres são sempre focadas de forma abusiva e desrespeitosa, com reprodução de estereótipos e preconceitos (MORENO, 2012, p. 11).

Para além desse aspecto, estes meios invisibilizam suas lutas cotidianas e os dramas que vivem, restringindo o debate sobre temas considerados tabus – como o aborto,

direitos ou políticas públicas — e dando prioridade sensacionalista à vida privada em detrimento das necessidades coletivas (FARIA; NOBRE, 1997). Assim, numa comunicação de gênero, “é preciso desmistificar, desnaturalizar e modificar os papéis sociais de homens e mulheres, questionando a divisão tradicional a que estamos habituadas. É necessário denunciar e corrigir as distorções existentes” (GUILHON; CORRAL, 1998, p. 4).

Os anos 1980 foram também tempos de grande efervescência no desenvolvimento de uma rede de comunicação rural em vários países da América Latina e de experiências como a Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica — ALER, em Quito, no Equador, que ofereceu formação a comunicadoras e multiplicadoras. Outra história passou a ser escrita a partir desses protagonismos. No entanto, o percurso profissional das radialistas sempre conheceu empecilhos, como os que apresenta a Irmã Maria Helena Corazza, ao discorrer sobre as barreiras que enfrentam quando decidem buscar um espaço próprio e marcar sua presença nas rádios católicas que integram a Rede Católica de Radiodifusão — RCR, associada à União de Radiodifusão Católica do Brasil — UNDA. Fica evidente uma orientação verticalizada e uma hierarquia masculina intencional e dominante, uma vez que o rádio católico foi criado como um espaço do homem e a presença feminina ali é escassa: 28% de mulheres, contra 72% de homens (CORAZZA, 2000, p. 85).

A ausência de uma política nacional de gênero foi alterada com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher — CNDM, em 1985, que teve como objetivo promover políticas para eliminar a discriminação contra as mulheres e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país em todos os níveis, inclusive na comunicação, pontos estes reforçados em Beijing, em 1995⁸.

Com o surgimento das Organizações Não-Governamentais — ONG's, sobretudo voltadas à capacitação feminina, entre os anos 1980-1990, a realidade começa a mudar. Se, por um lado, constituía um desafio introduzir as mulheres no rádio, por outro, o mais importante era educá-las para a cidadania e estimular o exercício da participação comunicativa, considerando-as como lideranças e fontes de notícias para intervir nas pautas das mídias. Assim foram nascendo várias redes, como a *Rede Mulher e Mídia*⁹, *Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos*, *Rede de Mulheres da AMARC*¹⁰ e a

⁸ A IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, ocorrida em Pequim de 4-15 de setembro de 1995 reuniu um número significativo de ONGs.

⁹ A *Rede Mulher e Mídia* — RMM segue articulando ativistas, pesquisadoras e profissionais brasileiras de imprensa pelo direito à comunicação e participa de vários fóruns que discutem a temática de gênero e direitos das mulheres.

¹⁰ A Associação Mundial de Rádios Comunitárias — AMARC, presente nos cinco continentes, lançou um Programa de Gênero em 1998, sistematizando as experiências na Rede de Mujeres AMARC-ALC de forma descentralizada, articulando palavra e ação sobre gênero e direitos (ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS, 2001).

Rede de Mulheres no Rádio, esta última com o apoio da ONG Comunicação, Educação e Informação em Gênero – CEMINA, que uniu mulheres em torno do rádio a partir de 1988 e levou o debate sobre o feminismo a diversas regiões do país até início do ano 2000. Os materiais sonoros seguiam pelo correio e alguns encontros presenciais reforçavam a troca de experiências entre as comunicadoras. As rádios comunitárias dominavam a programação numa perspectiva de gênero e, em 1998, as mulheres que compunham a rede se apresentavam em 51 dessas emissoras, enquanto que este número era de 32 programas nas rádios comerciais (GUILHON; CORRAL, 1998, p. 43)¹¹. Uma de suas fundadoras, Madalena Guilhón (2000, p. 30), salienta que a mulher precisa romper “com o eterno coadjuvante do masculino”, pois tem tido um papel secundário neste meio de comunicação que deve ser fortalecido.

Considerações

Se era difícil para uma mulher aceder ao microfone nos primórdios do rádio, o desenvolvimento das redes virtuais atualmente tem dado uma maior visibilidade à participação feminina que se articula em todo o continente latino-americano, tema que está sendo desenvolvido em uma nova pesquisa em curso.

Ao longo dos anos, houve muitas reticências para se ouvir as mulheres. Héritier (2004, p. 64) lembra que “a voz das mulheres é tumulto, ruído informe, quando vem do povo [...], incomoda com o seu barulho e o conteúdo não é ouvido”. Se via de regra a história tem enaltecido os feitos masculinos em detrimento dos femininos, chegando a reservar às mulheres um lugar silencioso, o que percebemos neste levantamento é que há tempos elas estão inovando em suas práticas e comportamentos, estabelecendo novas dinâmicas sociais, particularidade observada por Perrot (2017, p. 199): “são mulheres dotadas de vida [...] criando elas mesmas o movimento da história”.

Todas as comunicadoras pioneiras citadas nesse trabalho ofereceram um contributo histórico para o desenvolvimento da radiofonia no Brasil, e demonstraram alto grau de desprendimento e coragem nos tempos em que “a mulher era olhada como um simples objeto, relegada a um segundo plano, principalmente num veículo formador de opinião pública” (TAVARES, 1999, p. 111). Embora tenha sido significativa a participação feminina em emissoras com objetivos comerciais, voltadas ao entretenimento e lazer com pautas que correspondem aos interesses de um sistema de poder no Brasil – em detrimento das propostas alternativas e comunitárias inclusivas mais recentes –, a interação com o público criada pelas mulheres na mídia sonora, com talento e persistência, fez com que

¹¹ Um estudo sobre esta participação feminina pode ser encontrado no artigo “Vidas, vozes e palavras de mulheres no rádio. Sim, elas podem” (AMARANTE, 2011).

toda a sociedade percebesse a importância de uma comunicação que reflète a dinâmica dos acontecimentos próxima da realidade que elas vivenciam.

As vozes femininas conquistaram inúmeros espaços e ganharam o reconhecimento profissional com o passar dos anos e com a evolução tecnológica, modificando os papéis sociais de gênero e, de algum modo, rompendo com a divisão hierárquica tradicional. Neste sentido, o rádio — enquanto mídia acessível e popular —, revela um poder ainda mais relevante: o de tematizar os debates — e este poder, do ponto de vista da “*agenda-setting*”¹², confere ao veículo a capacidade de atuar nas estruturas cognitivas do ouvinte e até alterá-las a longo prazo. Na voz das mulheres circulam informações, esperanças e outras formas de socializar novos ideais. Esta “voz feminina” que fala ao “outro” sobre suas lutas e experiências se projeta nas ondas sonoras e cativa, amplia o campo de ação da protagonista e pode promover a tomada de consciência de outras mulheres, contribuindo para alterar o status de submissão que nos foi reservado pelo sistema patriarcal.

¹² Esta proposta de abordagem da comunicação social afirma que os meios têm a capacidade de pautar os assuntos discutidos pelos grupos ativos e consumidores de mídias e atribuir importâncias diferenciadas a esses assuntos, mas sem ter o controle da maneira como as discussões serão realizadas.

Referências

- AMARANTE, M. I. Vidas, vozes e palavras de mulheres no rádio. Sim, elas podem... *Revista Alterjor* – (ECA-USP), São Paulo, ano 2, vol. 1, ed. 3, , p. 1-14, jan./jun. 2011.
- AMARANTE, M. I. Rádios para todas as vozes. *Revista Rádio-Leituras*, v. 6, p. 105-122, 2015.
- ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS. *Doc. Debate*, Quito: Equador, 2001.
- ARNHEIM, R. *Estética Radiofônica*. Trad. língua espanhola de Manuel Figueiras Blanch. Barcelona: Edições Gustavo Gili, 1980.
- BERNARDES, M. T. C. C. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro – Séc. XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- CORAZZA, H. *Comunicação e relações de gênero em práticas radiofônicas*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- DANTON, G. Revista do Rádio. *Digestivo Cultural* (Colunas). Macapá-AP, 2003. Disponível em: <https://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=1055&titulo=Revista_do_Radio>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- FARIA, N.; NOBRE, M. *Gênero e Desigualdade*. São Paulo: SOF, 1997.
- GUILHON, M.; CORRAL, T. *Fazendo Gênero no Rádio*. Rio de Janeiro: CEMINA, 1998.
- GUILHÓN, M. Entrevista Rádio Cidadã. *Revista do UNIFEM – Maria Maria*, Brasília, ano 2, n. 1, p. 30, 2000.
- HAUSSEN, D. F. Rádio, literatura e história do Brasil do século XX. In: DEL BIANCO, N. R. (Org.). *O Rádio Brasileiro na Era da Convergência*. São Paulo: INTERCOM, 2012. p. 323-340.
- HERITIER, F. *Masculino, Feminino/II*. Dissolver a Hierarquia. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Aula magna*. 17 de agosto de 2009. São Paulo: Universidade Paulista, 2009. Notas pessoais de M. I. Amarante.
- MATA, M. C. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 05-15, jan./abr. 2006.
- MATTELART, M. *Michèle Mattelart*: Depoimento [jan.2005]. Entrevistadora: M.I. Amarante (Tradução da autora), Porto Alegre-RS, 2005. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida durante o Fórum Social Mundial – RS.
- MOREIRA, S. V. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1991.
- MORENO, R. *A imagem da mulher na mídia*. Controle Social Comparado. Observatório da Mulher, Publisher Brasil, 2012.
- MURARO, R. M. O Feminismo em busca do Equilíbrio. Entrevista concedida a Fátima Alonso e Eduardo Araia. In: *Revista Planeta*, São Paulo: Ed. Três, p. 17-19, 1996.
- PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PERROT, M. *Os excluídos da história*. Operários, mulheres e prisioneiros. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Coord.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Trad. C. Anker e R. Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SILVA, C. da. *A arte de ser mulher*. Um guia moderno para o seu comportamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1969.

TAVARES, R. C. *Histórias que o rádio não contou*. Da galena ao digital, desvendando a Radiodifusão no Brasil e no Mundo, 2. ed. São Paulo: Editora Harbra, 1999.

TELES, M. A. de A. Páginas Feministas — Mulher. *Maria Maria — Revista do UNIFEM*, Brasília, Ano 2, n. 1, p. 12-13, 2000.

Capítulo VII

Onda Lilás, Lenços Verdes e Ele Não: mulheres pela democracia¹

Stephany D. Pereira Mencato *

Renata Peixoto de Oliveira **

*El patriarcado es un juez
Que nos juzga por nacer
Y nuestro castigo
Es la violencia que no ve
(Y la culpa no era mía, 2019)*

Este trabalho busca abordar os três principais movimentos de mulheres que foram às ruas das principais cidades do Chile, Brasil e Argentina no ano de 2019, trazendo não somente uma pauta feminista, mas representando as maiores manifestações realizadas a favor da ordem democrática no continente.

Entende-se que, nos três países, o cenário de avanço neoconservador, contrarrevolucionário e reacionista consolidou-se inicialmente na Argentina, com a eleição de Mauricio Macri, no Brasil a partir de 2016 com o Impeachment de Dilma Rousseff, e no Chile, em 2018, com a saída de Michelle Bachelet e retorno ao poder de Sebastián Piñera. É nesse contexto que “a visão feminista do discurso democrático é essencial para que possamos olhar tais manifestações como expressão de um desejo de radicalização da democracia e não como um conjunto de ações que buscam afrontá-la” (RODRIGUEZ, 2017, p. 220).

Os movimentos que tomaram as ruas nos três países buscaram enfrentar o sistema, no qual as desigualdades se produzem e reproduzem, com uma inovação e capacidade de organização, generosidade e solidariedade, valendo-se de sua capacidade crítica para combater não apenas o sistema, mas os próprios indivíduos, e as formas de ação herdadas das tradições e sistemas autoritários de política. O que se vê é uma reinvenção militante;

¹ Este trabalho é oriundo da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso sob orientação da docente Renata Peixoto de Oliveira.

* Mestre em Integração Contemporânea da América Latina pelo PPGICAL UNILA e doutoranda no DCP-UFMG.

E-mail: fannymencato@gmail.com.br

** Doutora em Ciência Política pela UFMG e docente do PPGICAL.

E-mail: renata.oliveira@unila.edu.br

“entre a fragmentação atomizada e os modelos totalitários, temos que inventar processos de democracia radical, capazes de alterar a ordem social vigente e as formas de fazer política” (ÀVILA, 2005, p. 3), refletidas a partir da ocupação de espaços públicos, que são, em essência, pertencentes ao grupo hegemônico – o masculino. Seja a academia com suas universidades e espaços educacionais, as ruas ou as praças, esses movimentos se fizeram corpos políticos, enquanto fim e meio da prática e da teoria democrática política.

Observamos exatamente essa prática/teoria feminista no caso da Onda Lilás Chilena, com seus

Corpos – ou *cuerpas*, como chamado e reconhecido por elas mesmas, que se reúnem nas ruas, que ocupam as universidades para denunciar e dizer que não aceitarão mais ser submetidas a estas violências; *cuerpas* que não serão mais silenciadas, subestimadas, objetificadas; que convertem sua vulnerabilidade em resistência; que se fortalecem e transformam umas às outras na/por meio da luta coletiva (GONZALEZ, 2019, p. 120).

O movimento de mulheres no Chile, como exposto ao primeiro capítulo, ecoou em todas as ondas feministas, e, apesar de um enfraquecimento durante os anos pós ditatoriais em suas práticas de rua, mantiveram ativos seus encontros anuais de mulheres, e retomaram com uma força nunca vista antes. O estopim principal foi a reivindicação de um espaço universitário não sexista, que levou à ocupação de diversas universidades entre maio e junho de 2018.

Essas recentes mobilizações ficaram conhecidas como *Mayo Feminista*, em referência a maio de 1968, quando, na França, movimentos estudantis reivindicaram maior liberdade sexual e sobre o corpo feminino. A “emancipação das mulheres e a revolução sexual que ocorreu na década de 1970 tiveram no Maio de 1968 suas sementes” (GENRO, 2018), quando, na cidade de Paris, “estudantes ocuparam a Sorbonne, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos” (PINTO, 2010, p. 16), marco que representa também o movimento chileno.

Esse movimento de 2018 se tornou uma das maiores mobilizações feministas da história, e, ainda assim, pouco ou quase nada se falou sobre isso no Brasil pelas mídias convencionais. De todo modo, se tratou de uma série de

[...] ocupações (*tomas*) e paralizações (*paros*) feministas realizados em mais de vinte universidades e colégios, as estudantes ocuparam massivamente as ruas com novas expressões, bandeiras e demandas para protestar e denunciar antigas e silenciadas práticas machistas cotidianas de abusos e assédios, relações de poder e objetificação de suas *cuerpas* (GONZALEZ, 2019, p. 115).

Toda a mobilização teve início nos centros universitários chilenos, iniciando-se, de modo ainda tímido, em meados de abril. Porém, a identificação e a proximidade das reivindicações em todos os espaços educacionais chilenos fizeram com que as ocupações e paralizações se massificassem, tendo seu auge em maio, mês no qual mundialmente celebra-se o dia da mulher, já tradicional por manifestações poderosas no país.

As estudantes levaram à luz uma série de denúncias de violações e assédios, bem como a inércia e insuficiência do Estado e das instituições universitárias em trazer justiça e punição aos culpados. “*Fue el momento en que las reivindicaciones feministas dejaron de ser teorías e inundan no solo las calles, sino también las redes sociales, los medios de comunicaciones y el debate público*” (SEPÚLVEDA, 2019). As estudantes não apenas pediam, mas exigiram mudanças no cenário educacional, reivindicando uma revolução feminista capaz de romper com o sexismo e o machismo institucionalizados. Ao todo, somaram-se “57 *campus* universitários ocupados ou paralisados por suas estudantes – em toma ou paro feminista. No total, foram 26 universidades, públicas e privadas, ao longo de todo o país, além de alguns colégios nas cidades de Santiago e Valparaíso” (GONZALEZ, 2019, p. 116).

O movimento de estudantes feministas, organizado em suas barricadas, assembleias e lideranças coletivas atingiu universidades públicas e privadas, tomou a capital Santiago e chegou a regiões do norte ao sul do Chile. Como aponta Gonzalez (2019, p. 118), da ocupação da Alameda em Santiago ao tradicional percurso de protestos na capital, as feministas foram além, se reinventaram, e, desafiantes, convocaram toda a sociedade, em todos os cantos do país, a apoiar e participar das mobilizações. Elas conseguiram construir um movimento genuinamente nacional, coordenando diferentes movimentos, como o globalizado Ni Una Menos, a Confederação Nacional de Estudantes do Chile (CONFECH), e mobilizações autônomas virtuais e de rua, atingindo alcance nacional.

[...] *la revolución feminista se toma la educación y la calle en Chile, Una oleada feminista sacude las aulas de Chile. Las estudiantes solicitan una reacción institucional más firme contra los casos de abuso y acoso sexual pero también un cambio estructural: una educación que deje de silenciar a las mujeres* (LUNA, 2018).

Com toda a pressão exercida pelos movimentos, o governo se viu obrigado a negociar, ainda que pôr fim a todas as violências sistemáticas, cotidianas, e estruturais no Chile não seja algo fácil. Vitórias foram conquistadas pelo movimento – não apenas a percepção do poder das mobilizações, da capacidade de articulação e organização das universitárias feministas chilenas, mas também a força e aspecto global de suas

reivindicações. Em diferentes escalas até o dia de hoje, o maio feminista de 2018 foi, com certeza, um potente campo político e discursivo, e logrou remexer bases socioculturais e políticas chilenas.

Como explica Gonzalez (2019, p. 125), no ano de 2018, o movimento feminista conquistou resultados importantes, em especial nos quadros educacionais, como a desvinculação ou o afastamento de professores denunciados, o estabelecimento de protocolos internos para tratar violências de gênero e assédio, a implementação de cursos obrigatórios nas faculdades com temática de gênero e a incorporação de bibliografias escritas por mulheres nos cursos. Criaram-se ainda departamentos de gênero e identidade e assistências estudantis para pais e mães estudantes, sendo reconhecido ainda o uso do nome social a pessoas trans (travestis, transexuais ou transgêneros) no âmbito estudantil. Esse, sem dúvida, foi apenas o início de uma grande mudança para a sociedade chilena.

Essas mobilizações foram diretamente responsáveis por impulsionar o movimento de mulheres organizado em maio de 2019, no qual, sob as *#8M*, *#LaHuelgaFeministaVa* e *#NosotrasParamos*, incitou-se o fim da criminalização da luta dos povos indígenas e do machismo sistêmico reforçado por uma educação privatizada. Registrou-se no Chile “en la conmemoración del Día Internacional de la Mujer, el 8 de marzo, [...] la que fue calificada como una histórica movilización: más de 400 mil asistentes sólo en Santiago y 800 mil a nivel nacional” (SEPÚLVEDA, 2019).

O 8 de Março chileno foi marcado por estas demandas:

1. *Fin a la violencia política, sexual y económica hacia mujeres, disidencias sexuales, cuerpos racializados, migrantes y comunidades. Denunciamos la justicia patriarcal y racista. ¡No más femicidios en la impunidad!*
2. *Trabajo digno, estable y seguro para todxs. Fin a las AFP. Por un nuevo sistema de seguridad social, salud y cuidados. ¡Cuidar y criar también es trabajar!*
3. *DDHH y constitucional a la vivienda digna. Producción social del hábitat en manos de pobladoras y pobladores. Banco de suelos y movilidad.*
4. *Nueva ley de migración con enfoque de derechos y género. Libre organización y sindicalización de mujeres migrantes. Transversalizar el antirracismo en el feminismo.*
5. *Despenalización social del aborto. Derecho al aborto libre, legal, seguro y gratuito. Reconocimiento de derechos sexuales y reproductivos como DDHH.*
6. *Justicia y verdad ante violaciones de DDHH que precarizan la vida. Construir memorias feministas, antirracista, antipatriarcal, anticolonial y anticapitalista como herramienta para las luchas y resistencias.*
7. *Derecho a la educación artística interdisciplinaria. Nuevo sistema de financiamiento público a cultura la cultura y las artes. Ley de medios en Chile con perspectiva feminista.*

8. *Fin al extractivismo: No más zonas de sacrificio. Soberanía y autodeterminación de pueblos y territorios en resistencia. Desmilitarización en Wallmapu. Justicia para macarena Valdés, Camilo Catrillanca y todos los que luchan.*

9. *Activismo feminista y queer en todos los territorios. Reconocimiento social y tipificación de incitación y crímenes de odio. Programas educativos sobre disidencias sexuales y género en educación y salud pública y privada.*

10. *Educación como derecho social desmercantilizado. Modelo educativo democrático, no sexista, anticolonial y laico* (OYARZUN, 2019).

Suas reivindicações pelo fim da violência, trabalho digno, vida digna, direitos das mulheres migrantes, aborto livre e seguro, em defesa aos Direitos Humanos, e pelos direitos a educação e cultura, proteção indígena contra o extrativismo, pela proteção e reconhecimento das identidades sexuais e de gênero plurais e, principalmente, uma educação não sexista, anticolonial e laica transcenderam as reivindicações alinhadas ao capitalismo neoliberal. O movimento feminista não apenas logrou ascender ao, como expandiu e explodiu o campo político chileno. Logrou provocar debates a nível nacional e entrou no cotidiano das casas chilenas, como afirma Gonzalez (2019, p. 124): as estudantes chilenas levaram o feminismo, provavelmente de modo inédito, ao centro dos debates universitários, midiáticos, sociais e políticos do país.

É a grandeza das mobilizações ocorridas em março de 2019 que demonstram a contundência e o caráter transnacional da luta dos movimentos feministas, que trazem em seu interior pautas que transbordam as fronteiras dos países, e dialogaram, como veremos mais à frente, com as dos outros países estudados. Dentre seus pontos centrais estão “*el fin a la violencia sexual, política y económica hacia mujeres, trabajo digno y estable, derecho a la vivienda digna y despenalización del aborto*” (EL MOSTRADOR, 2019²), e, como aponta a socióloga e investigadora Valdés (2019)³, existe um nível de ativação diferente do ano de 2018; ainda que sigam sendo praticamente as mesmas demandas e necessidades, existe uma força acumulada ao longo do ano que saiu às ruas do Chile nesse 8 de março de 2019.

Enquanto isso, o movimento de mulheres argentino, *Laços Verdes* ou *Filhas da Praça de Maio*, do mesmo modo que as universitárias chilenas, se enquadram na descrição anteriormente feita da quarta onda feminista, tendo se fortalecido e se

² “*Desbordante movilización feminista concentra a varios cientos de miles de personas en Santiago y regiones*”. Disponível em: <<https://www.elmostrador.cl/destacado/2019/03/08/desbordante-movilizacion-feminista-concentra-a-varios-cientos-de-miles-de-personas-en-santiago-y-regiones/>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

³ “*Chile se viste de morado: las históricas demandas feministas que marcan este 8M*”. Entrevista concedida a Pilar León Pardo por Teresa Valdés. Disponível em: <<https://radio.uchile.cl/2019/03/07/chile-se-viste-de-morado-las-historicas-demandas-feministas-que-marcan-este-8m/>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

desenvolvido em grande medida como reflexo frente a incapacidade de resposta estatal às demandas feministas da terceira onda. As filhas recebem esse nome em herança direta das mobilizações das mães da praça de maio da segunda onda; as jovens do movimento *Laços Verdes* promovem uma revolução, na qual o fim da tolerância ao machismo é o princípio da mudança.

No es una revolución puertas para adentro, sino una revolución callejera y plural, que cambia el paradigma de la maternidad y la obligatoriedad de la feminilidad cuidadora, que libera y que recibe, que aprende y destruye, que abriga y o pregunta si llevan el saquito puesto, sino que grita en una marea que salta las olas y se moja más allá de los roles fijos, las edades y los mandatos sociales. Y en la que todxs surfean más allá del horizonte que tenían impuesto (PEKER, 2019, p. 13-14).

A revolução exigida pelas *Laços Verdes* fez com que 2018 fosse considerado, em diversos aspectos, um ano histórico para o debate acerca dos direitos sexuais e reprodutivos na Argentina, e trouxe reflexos diretos ao cenário brasileiro, como veremos mais adiante.

Como explica Carmo (2018), as mobilizações se iniciaram com o movimento *Nem Uma a Menos*, com protestos desde 2015 contra os feminicídios ocorridos no país. A mobilização alçou voo e se repetiu em outros países da América Latina — a luta contra o assassinato de mulheres e pessoas trans uniu diversas mulheres, para além da identidade feminista, assim como, em seguida, a reivindicação de legalização do aborto se tornou a pauta central.

Assim, em 4 de junho de 2018, as mobilizações das *Laços Verdes* alcançaram seu auge. Milhões de pessoas, sem uma estimativa oficial, novamente foram às ruas da *Avenida de Mayo* em Buenos Aires, marcharam até o Congresso Nacional argentino e reivindicaram o direito ao aborto legal, seguro e gratuito, pressionando os congressistas a reverem as legislações existentes no país.

[...] apesar da forte pressão da Igreja Católica e de outros grupos conservadores [...] um pequeno triângulo de tecido verde se tornou acessório recorrente na Argentina. Adornou pescoços, cabeças e punhos. Estampou capas de revista e apareceu em programas de televisão. Cruzou fronteiras, acendeu curiosidades. E se consolidou como o símbolo oficial da luta pela despenalização do aborto, sem restrições, até a 14ª semana de gestação [...] novamente na história do nosso país, um lenço nos irmana. Nós estamos levando essa luta porque ontem foram as Mães e as Avós [da Praça de Maio] que levaram seu lenço branco a público (TERRA, 2018).

O lenço verde, um pequeno triângulo de tecido, se tornou o símbolo nacional, e reverberou internacionalmente na defesa pela despenalização do aborto e do direito ao aborto legal e seguro. Mesmo assim, a despenalização ainda não chegou para as argentinas, que venceram acirradamente na Câmara de Deputados mas não passaram pelo Senado. No entanto, “não foi uma derrota, mas um ‘triunfo monumental’ das mulheres que após anos de mobilização conseguiram levar o debate da legalização do aborto até o Senado na Argentina” (ANTUNES, 2018). O projeto de lei foi rejeitado por 38 votos a 31.

“Las Increíbles Hulk de la Argentina no tienen sobredosis de músculos, tienen brillantina contra la invisibilización histórica del machismo. El boom de la participación adolescente metió el dedo en la llaga de la crisis de la política tradicional” (PEKER, 2019, p. 32-33), e a aparente derrota inicial no senado não foi suficiente para interrompê-las.

A Maré Verde seguiu se fortalecendo ao longo do ano, e retornou ao parlamento em 2019. “A ampla mobilização realizada pelas mulheres argentinas se tornou uma referência para feministas de todo o mundo, que lutam para conquistar o mesmo direito” (MANÇANO, 2019); de uma educação sexual para decidir, anticoncepcionais para não abortar, e, por fim, o aborto legal para não morrer, lema impresso por milhões de lenços verdes em toda Argentina.

Outra face da crescente midiática das mobilizações é que “o tratamento legislativo do aborto desviou a atenção midiática da crise econômica, mas também causou importantes divisões internas na aliança governista Mudemos” (CENTENERA, 2019), afirmação com a qual concordou Jessica Kaufman, pesquisadora do movimento de mulheres na Argentina, doutoranda pela Universidade de Federal de Minas Gerais. Entrevistada em setembro de 2019 como atividade de pesquisa de campo para a elaboração desse trabalho, ela afirmou que “Macri tem utilizado o debate para ocultar as políticas econômicas que fez. Acontece na Argentina uma disputa pelo sentido da palavra” (Jessica Kaufman – informação verbal⁴).

Kaufman se referiu então às disputas que aconteceram no país, mobilizadas pelas alianças cristãs e de direita em torno do que chamam de “ideologia de gênero”, e reúnem uma série de medidas contra as pautas feministas e LGBTI+. É “coisa recente a direita sair para a rua, é uma cópia do repertório dos movimentos de esquerda, na Argentina os laços verdes se enfrentam com os laços celestes que tem por objetivo colocar os subalternos no lugar” (Kaufman – informação verbal). As mulheres, com seus laços verdes, vêm representando assim o freio a esse movimento neoconservador crescente no país.

⁴ Entrevista concedida à Stephany Mencato, em Belo Horizonte, Minas Gerais em setembro de 2019.

A jornalista, especializada em gênero Peker (2019) resume perfeitamente o espírito das reivindicações revolucionárias da Maré Verde argentina:

Hay macromachismos y micromachismo. No hay que dejar de verlos, nombrarlos, visibilizarlos y cambiarlos. El estallido de denuncias sobre abuso, machismo, acoso, maltrato, destrato, crueldad, perversión, estafas, irresponsabilidad afectiva, discriminaciones, violencia psicológica y otras formas de machismo no pueden, ni debe parar. No hay que callar. No hay que aguantar. No hay que tolerar ninguna de las formas de la opresión de varones hacia mujeres (y otras identidades sexuales). No hay que cuidar, proteger, encubrir o aliviar las denuncias hacia los varones. La revolución es un cambio radical e imprescindible y, como toda revolución, es caótica y tiene costos. Esos costos no se pueden pagar en el cuerpo de las mujeres y jóvenes, ni con su salud mental y emocional (PEKER, 2019, p. 205).

Assim, internacionalmente, o movimento argentino de mulheres ganhou maior visibilidade, e transcendeu as fronteiras da Argentina, como apontou Kaufman durante sua entrevista. As *Laços Verdes* ficaram famosas; o próprio movimento *Niguna Menos*, que ecoou no Chile e inspirou a *Onda Lilás*, começou com as argentinas. Lá, os encontros anuais de mulheres começaram em 1986, e já existe uma cultura de manifestação e protestos, muito além do cenário brasileiro, que somente tomou proporções históricas de mobilizações feministas com o movimento *Ele Não*, mesmo que outras mobilizações já ocorressem no país.

Do mesmo modo, Butler (2018) aponta a necessidade de uma democracia como visão política para ir além de uma multidão que se reúne e delibera, pois, para que de fato haja uma política democrática,

[...] é preciso que haja uma oposição às desigualdades existentes e crescentes, a condições de precariedade sempre crescente para muitas populações, tanto local quanto globalmente, e a forma de controle autoritário e securitário que buscam suprimir os processos e movimentos democráticos (BUTLER, 2018, p. 149).

Kaufman também apontou que a democracia deliberacionista, como está construída historicamente, possui grupos silenciados. Assim, a ocupação e reivindicação de espaços físicos e de fala já trouxeram grandes avanços democráticos para a Argentina, fato que se observou também nas afirmações acerca das mobilizações realizadas no Chile anteriormente.

No caso brasileiro, as manifestações desde a redemocratização até os governos do PT, estiveram sob o marco regulatório do Estado, de certa maneira. A comprometida

autonomia pode ser exemplificada pelo fato de que as principais formas de articulação nesse período foram as Conferências e Comissões de Mulheres.

Em 2016, a campanha misógina contra a então presidenta Dilma Rousseff se tornou parte central dos debates de gênero, ressaltando a ampliação dos estereótipos de gênero, das visões anti-igualitárias e sexistas de discursos neoconservadores que invadiram o debate público. Sua saída do poder levou todo o Estado a níveis calamitosos de exclusão feminina.

[...] O Estado brasileiro se desresponsabiliza, em larga medida, de sua condição de promotor das relações de gênero mais igualitárias. Isso ocorre com o desmonte de organismos de políticas para mulheres, que têm estrutura e recursos reduzidos. A adoção de uma agenda radical de austeridade também incide negativamente sobre a construção da igualdade de gênero, uma vez que a redução da oferta de equipamentos públicos e de recursos no âmbito da saúde, da educação e da seguridade afeta especialmente as mulheres, que são as principais responsáveis pelo cuidado e são, assim, oneradas de maneira singular pela mercantilização e pela transferência de mais responsabilidades para as unidades familiares. Políticas de governo que se definem, ao mesmo tempo, por alianças com setores reacionários e pela ruptura do diálogo com os movimentos feministas também incidem no ambiente social, somando-se a resistências à despatriarcalização e ampliando-as, em vez de fortalecer o papel do Estado na redução das desigualdades e das opressões. Apesar disso, os movimentos feministas têm se fortalecido (BIROLI, 2018, p. 309).

É necessário destacar os elementos que se tornaram um impedimento para avanços na agenda, tais como, o desmonte dos organismos promotores de políticas públicas para mulheres; a agenda de austeridade que reduz os recursos direcionados as áreas de assistência social; a diminuição de instituições públicas estruturadas para a promoção de justiça social; a exclusão massiva dos quadros femininos das estruturas do estado. Tudo isto, em meio a um cenário em que somaram-se ainda a resistência aos processos de despatriarcalização com discursos que reivindicam bandeiras neoconservadoras patriarcais, sexistas, e anti-feministas contrárias aos Direitos Humanos.

Toda essa mudança radical na forma de ação Estatal atingiu o Brasil, em um processo que se acentuou progressivamente, e afetou em especial as categorias políticas nomeadas mulheres. Diante disso, os movimentos feministas voltam às ruas, e retomaram sua força em alianças e assembleias populares.

O ápice das mobilizações feministas no ano de 2018 foi acionado pelo movimento *Ele Não*, ainda que, no mesmo ano, outras marchas feministas diferentes tenham acontecido. O movimento se destacou por sua capacidade de mobilização, levando milhares de pessoas às ruas em aproximadamente 114 cidades, com especial atenção às mobilizações

de 29 de setembro. Assim como no Chile e na Argentina, não existem dados oficiais acerca da estimativa do alcance total das pessoas em marcha – no entanto, apenas na região do Largo da Batalha, em São Paulo, aproximadamente 100 mil pessoas tomaram as ruas em seu momento de pico, conforme o site BBCNEWS (ROSSI; CARNEIRO; GRAGNANI, 2018).

A mobilização de 29 de setembro de 2018 foi acionada em resistência a uma série de ameaças sofridas pelas dirigentes de um grupo online na rede social Facebook, denominado *Mulheres Unidas contra Bolsonaro*. Segundo Becker (2018a), as ativistas sofreram ameaças diretas, tiveram o sigilo de informações pessoais e de familiares violados, enfrentaram dificuldades para denunciar o caso junto as autoridades e ainda esbarraram com a ausência de caminhos céleres para lidar com esse tipo de crime junto a própria plataforma eletrônica. Os ataques aconteceram uma semana antes do primeiro turno do pleito eleitoral, em que Jair Bolsonaro e Fernando Haddad eram os principais candidatos, e acabaram por criar uma reação em cadeia de alcance nacional.

Os polos de articulação foram se regenerando e se multiplicando. Inúmeros grupos de Facebook e eventos convocatórios para protestos foram criados. Logo após o ataque cibernético, no fim de semana do dia 16, as citações às hashtags da campanha *#EleNão* tiveram seu maior pico no Twitter. No Facebook, eventos que convocavam protestos contra o candidato do PSL para o sábado, dia 29, se multiplicaram: ao menos em 18 capitais e em outras 65 cidades há registro de mobilização (BECKER, 2018b).

O movimento tomou proporções inesperadas, formando uma coalizão transversal capaz de sair das redes sociais para as ruas. Seu grito central era o rechaço das mulheres ao candidato Jair Bolsonaro; segundo Rossi, Carneiro e Gragnani (2018), as manifestações lideradas pelo movimento *Ele Não* se tornaram o maior protesto de mulheres da história do Brasil, tendo sido também uma das maiores manifestações contrárias a um candidato da história do país. Aproximadamente 114 cidades registraram manifestações, além das diferentes cidades ao redor do mundo que também tiveram atos, como Nova York, Lisboa, Paris e Londres.

Segundo Esther Solano (2018)⁵, o ato não foi apenas contra o então candidato, mas também um enfrentamento em proteção à democracia, um ato de cidadania não visto a muito tempo – uma resposta direta ao autoritarismo por meio da maior mobilização de mulheres que a história do Brasil já viu. Uma manifestação que reivindica uma política inclusiva, pela vida, por uma política em que todos caibam em resistência às políticas excludentes e de negação dos “bolsonaristas”, como ficaram conhecidos os apoiadores de Jair Bolsonaro.

⁵ “Mulheres contra Bolsonaro deram resposta ao autoritarismo, diz Esther Solano”. Entrevista concedida a Tiago Pereira por Esther Solano. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/10/mulheres-contrabolsonaro-foi-resposta-contrao-autoritarismo-diz-esther-solano/>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

O movimento feminista no Brasil tomou proporções históricas, como no Chile e na Argentina, invadindo o cotidiano e o debate político — e essas foram as eleições em que homens e mulheres tiveram registradas as distinções de voto mais acentuadas. Se dependesse dos homens, Jair Bolsonaro sairia do primeiro turno isolado no primeiro lugar. O ex-capitão do Exército possuía 37% da intenção de voto deles. No entanto, se dependesse das mulheres, Bolsonaro terminaria empatado com o candidato Fernando Haddad. Segundo dados levantados pela BBC News Brasil, desde o fim da ditadura militar, nunca houve uma diferença tão grande nos votos de homens e mulheres (ROSSI; CARNEIRO; GRAGNANI, 2018).

Discorrendo acerca da entrada dos movimentos feministas no Estado, e sobre o afastamento deles após o impeachment de Dilma Rousseff, Ana Carolina Ogando⁶, doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero (CIFG) da UFMG, em entrevista realizada em setembro de 2019, narrou exatamente a vivência desse momento e desse afastamento entre homens e mulheres refletido nas urnas.

Segundo a pesquisadora, no governo PT, o Estado incorporou os movimentos sociais por meio das conferências de nível nacional, tomando para si especialmente o tema da violência contra a mulher. Com o distanciamento dos movimentos sociais por parte do Estado, visto após 2016, o que se vê é o levante de feministas jovens e radicais, que perceberam a distância entre os aparelhos do estado e suas reivindicações.

O que se têm é uma mudança de percepção sobre a antiga crença das feministas históricas, para quem era necessário despatriarcalizar o Estado — valendo agora a afirmação de que o Estado não é uma via para se atingir essas reivindicações, é impossível despatriarcalizá-lo. Os últimos anos viram também a cooptação dos feminismos pelo capitalismo, o que tornou-o mais palpável, trazido para o dia a dia, e isso foi benéfico até certa medida. Contudo, conforme Ogando (2019 - informação verbal), houve um lado negativo — uma individualização, um afastamento do coletivo, uma adoção de pensamentos nos quais o discurso feminista é utilizado até certa medida, onde é mais palatável, independentemente de ser casado com situações de negação das desigualdades sociais, das interseccionalidades e das reivindicações por justiça social, por exemplo.

Foi incrível de fato a mobilização que as mulheres lograram fazer contra Bolsonaro. No entanto, em todos os anos que tiveram de fortalecimento, a ausência de uma organização precoce e um enfrentamento mais firme contra Jair Bolsonaro revelou

⁶ Entrevista concedida à Stephany Mencato em Belo Horizonte, Minas Gerais, em setembro de 2019.

as deficiências do movimento feminista no Brasil. Esse enfrentamento foi tardio; só veio com o *#EleNão*, quando já se realizava o primeiro turno, e, como afirmou Ogando (2019 – informação verbal), foi por isso mesmo ineficiente.

O movimento *Ele Não* ter acontecido de forma tardia foi um fator apontado também por Bruna Camilo⁷, doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), integrante da Marcha de Mulheres e militante do PT, durante entrevista realizada em setembro desse ano. A influência do movimento de mulheres da Argentina também foi marcante, segundo a doutoranda; no Brasil também se utilizaram os laços verdes, em união à pauta de resistência a Bolsonaro – o apoio ao aborto. Porém, as mobilizações Chilenas não chegaram por aqui.

Camilo (2019 - informação verbal) afirmou ainda que a discussão feminista é essencial para a democracia – nosso governo democrático respira em aparelhos, e a revolução certamente será feminista. O *Ele Não*, ainda que tenha encontrado seus limites, foi capaz de apontar para esse caminho. Segundo a militante, 2019 foi o ano de reorganização diante da vitória presidencial de Bolsonaro, e de resistência, em especial aos cortes feitos à educação. Mais do que nunca, como as outras entrevistadas, apontou-se a percepção de que a academia precisa ser traduzida, e o feminismo precisa criar as pontes entre os debates de gênero e suas intersecções, sem se afastar das vivências dessas mulheres.

Gonzales (2019) aponta o caminho escolhido pelas feministas para seguir o enfrentamento: a criação de uma Frente Parlamentar Feminista Antirracista na Câmara dos Deputados. Articulando deputadas e movimentos populares, tem por objetivo se posicionar para impedir o avanço das propostas que ameaçam os Direitos Humanos e de Mulheres, enquanto seguem realizando as Marchas de Mulheres em diversas cidades ao longo do ano, sendo anunciado para 2020 um encontro feminista nacional no Brasil.

O ponto comum apontado, seja pelas entrevistadas ou pelas bibliografias que acompanharam o movimento de mulheres no Brasil, reflete a capacidade de invenção e resistência das militantes. Infelizmente, a derrota eleitoral apontou fissuras nas atividades desenvolvidas ao longo da última década, que não lograram despatriarcalizar o Estado e viram ressurgir uma série de pautas neoconservadoras.

Nas páginas anteriores, verificamos as semelhanças e particularidades do movimento de mulheres e do movimento feminista em torno da articulação de atos em defesa da democracia em três importantes países do Cone Sul, que passam por crises democráticas alavancadas por distintas questões – a crise econômica na Argentina, o questionamento à manutenção do neoliberalismo herdado do regime militar no Chile e

⁷ Entrevista concedida à Stephany Mencato em Belo Horizonte, Minas Gerais em setembro de 2019.

a ascensão de um candidato de extrema direita no Brasil. Em todos os casos percebeu-se que, mesmo que as mulheres tenham se tornado o grupo mais vulnerável em tempos de crise econômica e retrocesso político, elas ao mesmo tempo reivindicam o papel protagonista nas lutas democráticas.

Referências

- ANTUNES, L. Mulheres argentinas seguem mobilizadas pela descriminalização do aborto legal. *Huff Post Brasil*, 2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/09/27/mulheres-argentinas-seguem-mobilizadas-pela-descriminalizacao-do-aborto-legal_a_23541515/>. Acesso em: 06 nov. 2019.
- ÁVILA, M. B. *Radicalização do Feminismo, Radicalização da Democracia*. Conferência no X Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe. São Paulo: 2005, p. 1-3. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/teorias_explicativas_da_violencia_contra_mulheres/betania-radicalizacao.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019.
- BECKER, F. “Mulheres Contra Bolsonaro”, os dilemas de ser ativista no Facebook. *El País*, 21 set 2018a. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/18/politica/1537306482_201081.html>. Acesso em: 24 set. 2020.
- BECKER, F. #EleNão: Após tomar as redes, movimento liderado por mulheres contra Bolsonaro testa força nas ruas. *El País*, 30 set 2018b. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018_413729.html>. Acesso em: 24 set. 2020.
- BIROLI, F. Mulheres na política, as conferências e o ciclo democrático. In: MATOS, M.; ALVAREZ, S. E. (Orgs.). *Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil: expressões feministas nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres*. Porto Alegre: Zouk, 2018.
- BUTLER, J. P. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARMO, M. Como a pressão das mulheres abriu caminho para a legalização do aborto na Argentina. *BBC News Brasil*, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44485436>>. Acesso em: 06 nov. 2019.
- CENTENERA, M. Campanha em prol do aborto legal na Argentina faz novo protesto nacional. *El País*, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/19/internacional/1550608297_024470.html>. Acesso em: 06 nov. 2019.
- GENRO, L. Da caça às bruxas ao maio de 68: o corpo da mulher como terreno de luta. *Revista Movimento*, n. 9, abr./jun. 2018. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/06/da-caca-as-bruxas-ao-maio-de-68-o-corpo-da-mulher-como-terreno-de-luta/>>. Acesso em: 05 nov. 2019.
- GONZALEZ, D. de F. *Quando feminismos e estado se encontram (?) Brasil e Chile no ‘ciclo progressista’*. 2019. Tese de Doutorado (Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2019.
- LUNA, P. El mayo del 2018 chileno: la revolución feminista se toma la educación y la calle en Chile. *France 24*, 2018. Disponível em: <<https://www.france24.com/es/20180517-chile-revolucion-feminista-educacion-protestas>>. Acesso em: 05 nov. 2019.
- MANÇANO, L. Um ano após "maré verde", argentinas voltam às ruas pela legalização do aborto. *Brasil de Fato*, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/19/um-ano-apos-mare-verde-argentinas-voltam-as-ruas-pela-legalizacao-do-aborto>>. Acesso em: 24 set. 2020.

OYARZUN, P. Huelga General Feminista del 8 de marzo: Las 10 demandas que exige el movimiento. *MEGANOTICIAS*, 2019. Disponível em: <<https://www.mega.cl/noticias/tendencias/252726-marcha-feminista-8-de-marzo-2019-chile-demandas.html>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

PEKER, L. *La revolución de las hijas*. Buenos Aires: Paidós, 2019.

PINTO, Céli. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RODRIGUEZ, J. R. Democracia e Feminismo: Qual racionalidade? *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 114, p. 199-222, 2017.

ROSSI, A.; CARNEIRO, J. D.; GRAGNANI, J. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. *BBCNEWS*, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SEPÚLVEDA, P. A un año del mayo feminista que remeció Chile, ¿cuál es su legado? *La Tercera*, 2019. Disponível em: <<https://www.latercera.com/que-pasa/noticia/mayo-feminista-en-chile/648290/>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

TERRA, M. As argentinas e seus lenços verdes estão fazendo uma revolução. *Opera Mundi*, 2018. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/49565/as-argentinas-e-seus-lencos-verdes-estao-fazendo-uma-revolucao>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

Capítulo VIII

Um corpo marcado e subjugado pela raça e pelo gênero: a situação da mulher transgressora da lei

Lúcia Mariaci Ribeiro Martins *

[...] desde cedo a mãe da gente fala assim filho por você preto você tem que ser duas vezes melhor. Ai passado alguns anos eu pensei como fazer duas vezes melhor, se você está pelo menos cem vezes atrasado, pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses, por tudo que aconteceu, duas vezes melhor como? Ou melhora, ou o seu melhor é o pior de uma vez, sempre foi assim você vai escolher o que tiver mais perto de você, o que tiver dentro da sua realidade, você vaiser duas vezes melhor como? [...]¹.

O presente artigo não tem a finalidade aqui de traçar toda a história do aprisionamento feminino desde os primórdios da humanidade, mas sim privilegiar o encarceramento feminino a partir da abolição da escravatura, com o advento do código penal de 1890, e suas consequência, abordando e problematizando os meios de controle socioeconômico-racial utilizados para subserviência dos corpos e psiques das mulheres negras. Desta forma objetivou discorrer sobre a condição da mulher transgressora da lei, e traçar um olhar sobre a opressão e a exclusão histórica que as mulheres foram e são submetidas, diante dos papéis sociais que foram construídos como forma de subjugar, especificamente as mulheres negras ,que ocupam o lugar de maior desprivilegio na hierarquia social no Brasil.

De tal modo observou-se que a história não é linear, mas formada por permanências e rupturas, contudo buscou-se entender os contextos nos quais categorias e instituições foram criadas, compreendendo o que permaneceu e o que mudou. Desta forma no Brasil a sujeição do comportamento das mulheres se intensificou como objeto de controle social, legitimado por leis, regras e sanções punitiva e criminal a partir do fim do período escravagista.

* Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento, egressa do PPGPPD da Universidade Federal da Integração Latino-Americana/UNILA. Graduada em Psicologia, Especialista em Psicologia Jurídica.

E-mail: psilumart@gmail.com

¹ Compositor: Alexandre Silva de Assis/Edivaldo Pereira Alves. Letra “Corre Neguin”, UNIVERSAL MUS. PUBLISHING MGB Brasil LTD.

Mas, também, é importante ressaltar que os dados históricos demonstram que a perseguição e a repressão às mulheres teve a sua origem no período inquisitorial com a eliminação e o extermínio delas, por meio da ação estatal politicamente coordenada e apoiado no discurso de que as mulheres equivaliam a seres inferiores, e que a sua sexualidade representava tendências desviantes, como a prática de bruxaria. O sexo feminino foi percebido como perigo e ameaça à integridade social, esse discurso atingiu grande magnitude social, repercutindo em consequências nefastas, resultando no surgimento do fenômeno de caça às bruxas, que versou na legitimação das instituições de poder em condenar às mulheres suspeitas de feitiçaria, com respaldo do uso de todo tipo de violência, tortura, castigos, aprisionamento e incineração de seus corpos ainda com vida (MENDES, 2014).

Pode-se dizer que a perseguição do período inquisitorial ainda apresenta vestígio nas práticas punitivas direcionadas às mulheres. Não me refiro aqui à forma cruel e violenta do período, até porque estes mecanismos de controle foram desaparecendo paulatinamente no final século XIX, e abolidos no início do século XX, dando lugar às práticas corretivas religiosas, pois acreditava-se que a regeneração adviria por meio da penitência, pela tomada de consciência de seus atos em comunhão com Deus e no arrependimento pelos seus atos, garantida pelo isolamento do indivíduo do restante da sociedade. Implementada pela Igreja Católica, a penitência sagrava por um modelo feminino de corpo obediente, dócil, recatado, de carnes tristes, características ideais de uma mulher domesticada, dedicada à família e à fé católica, modelo sustentado pelo campo político, da saúde, econômico e social (MENDES, 2014).

Com isso, nota-se que, após acabado o período inquisitorial, o mesmo continuou repercutindo e influenciando as formas de encarceramento feminino, tendo na Igreja Católica a instituição responsável pelo controle das tendências não padrão ao sexo feminino de tal modo a reprimir condutas contumazes a moralidade social religiosa, passando a criminalidade feminina estar sempre vinculada a sexualidade.

De acordo com Davis (2018), as mulheres condenadas eram vistas como diferentes dos homens, pois as transgressões cometidas pelos homens eram entendidas como algo natural e intrínseco às pessoas do sexo masculino. Por outro lado, a criminalidade feminina era vista pelo Estado como muito mais ameaçadora para a sociedade. Enquanto os homens desviantes foram construídos socialmente como criminosos transgressores da lei, as mulheres transgressoras da moralidade social e religiosa eram estigmatizadas como volúpias e insanas, e, muitas vezes, eram trancafiadas em instituições psiquiátricas, casas de custódias e correção, e asilos religiosos.

No contexto brasileiro, a imagem da mulher, especialmente a negra, foi construída e deturpada de maneira negativa, seus corpos marcados pela representação da luxúria e do pecado. Isso intensificou o discurso opressivo machista e racista em relação à mulher

negra, ganhando força e atingindo seu ápice por meio da “doutrina da degeneração”², que se valeu de fenótipos, características físicas das desigualdades raciais, de gênero, e discursos incipientes do senso comum, combinados com a intersecção entre medicina e a doutrina jurídica, numa conjunção entre eugenia e higiene mental, estruturando a chamada medicina mental como instituição responsável pelas patologias sociais e mentais (MARINHO; MOTA, 2012).

Então, o poder de intervenção do Estado sobre os corpos femininos passou a se estabelecer por meio da medicina e biopolítica³ na regulação da vida, na subjetividade, e na supressão da rebeldia convertendo-a em patologia e sofrimento psíquico. A medicalização passou também a interferir no processo sócio histórico exercendo poder, controle, intervenção para solução de problemas, sofrimentos, danos e morte — além de constituir-se como um processo de poder normatizador da vida, das questões sociais e do desenvolvimento social, a regradar a expansão, os limites e o domínio dos sujeitos, sobretudo das mulheres (VIEIRA, 2002).

O tratamento dirigido às mulheres, logo no surgimento das instituições penais, era desumano; em celas superlotadas, a ocorrência de abuso sexual era frequente. As aprisionadas eram rotuladas de transgressoras dos princípios morais e fundamentais da feminilidade, e, por isso, não alcançariam a redenção, a salvação e a reabilitação moral. As prisões femininas seguiam o modelo de reabilitação e ressocialização por meio da internalização de comportamentos “corretos” de ser mulher; ou seja, consistiam em tornar os corpos disciplinados e domesticados, de forma a produzir boas esposas e mães entre as mulheres brancas — e, entre as mulheres negras e pobres, empregadas domésticas qualificadas de mão de obra barata (DAVIS, 2018).

Sobretudo no Brasil, a mulher era frequentemente criminalizada por prostituição, vadiagem e embriaguez. O encarceramento feminino constitui-se dentro de uma visão moral, alicerçado no ensino religioso, base para a criação de estabelecimentos prisionais, denominado reformatório especial, com metas que só poderiam ser alcançadas pela religião católica que dispunha dos mecanismos de transformação moral, de tratamento físico e disciplinar, para formar mulheres controladas, catequizadas, moralmente sadias, condizentes com o projeto civilizatório do governo em vigência, diferente ao tratamento dispensado aos homens (CHIES, 2003).

² Termo usado por naturalistas e antropologistas na designação de variações étnicas que não se referem a nenhuma conotação patológica, porém essa teoria foi alterada para significar um tipo antropológico ou do biótipo para instituir a patologia, particularmente a patologia mental.

³ Teorizado por Foucault em 1978, biopoder e biopolítica consistem em uma técnica de disciplina de exercício de poder de gestão das pessoas, que implica numa vigilância perpétua e constante dos indivíduos, submetendo-os a uma perpétua pirâmide de olhares, que se aperfeiçoa e reconfigura conforme as demandas e o contexto social, um poder que influi na subjetivação, responsável não pela vida e pela morte do sujeito (FOUCAULT, 2008).

A Nova República, demandou leis que contemplassem o fim da escravidão, período marcado pelo aumento da vigilância sobre os recém libertos, as pessoas negras e pobres. Consagrando a privação de liberdade como a principal forma de punição, passando a criminalizar a vadiagem, com base e definida em valores morais e raciais de que as classes desprovidas economicamente eram compostas por pessoas preguiçosas e imorais, alimentando o imaginário social de que eram propensas a criminalidade. Contudo houve um forte movimento hegemônico da elite intelectual branca, amparado por teorias científicas eugênicas, articuladas ao sistema político, econômico e cultural que corroboraram com a racialização da criminologia brasileira, aliado à forte repressão médico – policial, institucionalizando-se na segurança pública estatal (BORGES, 2018).

Desse modo, na concepção doutrinária eugênica da degeneração, a mulher negra, devido a sua condição racial e de gênero, foi estigmatizada como vulnerável à loucura, exposta a desvios de condutas e às extravagâncias de todas as espécies, por pertencer a extratos sociais primitivos e inferiores. Suas características raciais podiam representar significativamente a imbecilidade, degeneração inferior, propensão à prostituição, a predominância de instintos e desejos lascivos, e a inferioridade de espírito devido a sua pele escura assinalava referências a desvios de comportamento sexual e indicadores de loucura – um iminente perigo social, um entrave para a civilização (CUNHA, 1986).

Diante disso, essas representações sociais converteram-se em diagnósticos e indicativos passíveis de intervenção eugênica asilar, corroborada pelos médicos alienistas e psiquiatras que demonstraram que havia um perfil de mulheres mais propensa ao adoecimento psíquico, à loucura, à delinquência e possuíam biotipo definido com mais pré-disposição à demência e à degenerescência. Seriam elas:

As mulheres nas quais predominar uma superabundância vital, um sistema sanguíneo, ou nervoso mui pronunciado, uma cor escura, ou vermelha, olhos vivos e negros, lábios dum vermelho escarlate, boca grande, dentes alvos, abundância de pelos e de cor negra, desenvolvimento das partes sexuais, estão também sujeitas a sofrer desta neurose (PRIORE, 2004, p. 287).

Todavia, essas características reportavam aos fenotípicos característicos das mulheres negras e mestiças, consideradas pela Igreja Católica a encarnação do pecado e da luxúria, a marca do desvio e da transgressão, assim como para muitos estudiosos. A violência estrutural⁴ e institucional nesse período incidiu diretamente sobre as

⁴ Caracteriza-se pelo destaque na atuação das classes, grupos ou nações econômica ou politicamente dominantes, que se utilizam de leis e instituições para manter sua situação privilegiada, como se isso fosse um direito natural". Refere-se às condições extremamente adversas e injustas da sociedade para com a parcela mais desfavorecida de sua população. Ela se expressa pelo quadro de miséria, má distribuição de renda, exploração dos trabalhadores,

mulheres pobres, negras e pardas, pela ação direta da polícia médica, e das estratégias de estabelecimento de controle de normas sociais por meio do código penal e do complexo judiciário.

Sendo assim, a construção da mulher criminosa, maiormente a negra, surge com o estigma de prostituta, decorrente de uma inevitável predisposição orgânica à loucura e a delinquência, que passa a representar a degenerada moral e criminosa. Desta forma, o ordenamento jurídico, os institutos legais, e os dispositivos disciplinares de repressão, passaram a vigorar em defesa da preservação da família. Nos discursos de poder, por meio das falas científicas e de juristas, o argumento utilizado era de que, para o bom funcionamento da nação era necessário a defesa e preservação da família (COSTA, 1983).

Diante desse contexto, o foco psiquiátrico passou a concentrar seus esforços no corpo e na sexualidade feminina. A visão de que a mulher estaria mais próxima da loucura e da criminalidade do que o homem colocava-as dispostas a determinadas formas de internação e medicalização, as mulheres tornaram-se alvo das ações profiláticas e dos regramentos das instituições hospitalares do Estado (MARINHO; MOTA, 2012).

De acordo com Priori (2004), o advento da nova República do Brasil trouxe à tona questões cruciais para o novo regramento de moralidade social, constituído de mecanismos de disciplinarização e repressão dos corpos e das psiquês, através de políticas de controle social, como intervenções normatizadoras no controle de comportamentos sexuais, relações de trabalho, segurança pública, condutas individuais, manifestações coletivas de caráter religioso, social, político, etc. Foi um período marcado pela consolidação da medicalização e pela da loucura e transformação dos comportamentos inadequados aos padrões em doença mental; a psiquiatria passou então a vigorar como instrumento de política pública de controle social.

Conforme Costa (2006), as teorias higienistas indicavam que as doenças sexualmente transmissíveis eram mais prevalentes em mulheres negras e mestiças. Todavia, essa teoria se desenvolveu em decorrência do saber científico ignorar o fato de que as mulheres negras e mestiças haviam sido escravizadas, sem poder e controle de seus corpos, e que foram brutalmente dominadas, oprimidas, violadas submetidas e utilizadas pelos senhores, por vários motivos (entre eles sociais, econômicos e culturais), a uma promiscuidade sexual bem maior que as mulheres brancas. Mesmo após a abolição da escravatura, muitas mulheres negras viram-se forçadas a se prostituir nas cidades, para sobreviver e manter a suas famílias. O saber científico prestou um desserviço ao ignorar essas condições sociais e econômicas, sustentando a ideia de que mulheres

crianças nas ruas, falta de condições mínimas para a vida digna e falta de assistência em educação e saúde. Trata-se, portanto, de uma população de risco, sofrendo no dia a dia os efeitos da violação dos direitos humanos, confirmando as palavras de Mahatma Gandhi: “a pobreza é a pior forma de violência”.

negras e mestiças apresentavam predisposição genética a contrair sífilis, criando um imaginário social de decadência moral, causando um efeito desastroso na constituição social, econômica, cultural e psíquica desse grupo racial.

As mulheres negras e mestiças, deste então, são desprezadas, condenadas como seres discrepantes às normas sociais, e marginalizadas, ocupando espaços sociais desprivilegiados, depreciativos e de subserviência. Sobre elas recaiu o estereótipo da criminalização – não só a criminalização do desvio em si, mas também a da pobreza, pois, como pobres, estariam mais suscetíveis a tornar-se criminosas, por habitar e frequentar locais degenerados (cortiços, favelas e por circular rotineiramente a ruas em busca de trabalho e/ou a serviço).

Sendo assim, em nome da nova ordem social, houve constantes perseguições a determinados estereótipos femininos e raciais, considerados propensos à prática de condutas criminosas, assim como a criminalização da circulação de sujeitos oriundos de determinados extratos sociais considerados desordeiros e a proibição de acesso a espaços considerados civilizados. Aos que transgrediam essas regras, recaía como punição recolhimento a locais chamados de centro de tratamento médico e a titulação de doentes sociais (ANGOTTI, 2018).

A criminalidade feminina, passou a ser vinculada a um diagnóstico de seletividade intrínseca ao sistema penal, com forte interferência das teorias eugênicas sociais e patológicas do século XX, que identificavam na essência biológica e psicológica o comportamento criminal dentro das características atribuídas ao sexo feminino. Um exemplo é a prostituição, que levou a incriminação à mulher e não aos homens que solicitavam os seus serviços, e muito menos aos que aliciavam-nas. Assim, a criminalidade feminina passou a ser sexualizada – ou seja, não escapando à moralidade, à sociedade e à religião (BERGALLI; RAMIREZ, 2015).

Não só as prostitutas foram criminalizadas e marginalizadas, mas também todas aquelas mulheres que descumprissem seu papel social e as obrigações naturais, associadas, na maioria das vezes, à sexualidade. Ditas desviantes, eram consideradas portadoras da loucura feminina, por ousarem exercer sua sexualidade, a erotização, o apetite sexual ou também pela apatia sexual. Ou seja, tudo que não estava dentro dos moldes da família nuclear e higiênica aspirava desvio e perigo para a sociedade, devendo o Estado intervir para evitar estas degenerescências e perdição de pessoas e lugares classificados como não civilizados, e aplicando as sanções estatais para erradicação desses males (ANGOTTI, 2018).

Dessa maneira, nota-se claramente a influência das teorias eugênicas e higienistas patológicas, que versavam sobre a sexualidade das mulheres, sobretudo negras, prostitutas, moradores de ruas, desempregados (que, em sua maioria eram antigas escravas e seus descendentes negros e mestiços), e de grupos considerados

problemáticos, em estudos da antropologia criminal e da psiquiatria. O Estado, por sua vez, adotou essas teorias discriminantes com justificativa de estabelecer padrões saudáveis e higiênicos, regulamentando o emprego de métodos e técnicas de contenção, por meio de uma intervenção política reprodutiva eugênica, recolhendo os indivíduos, considerado insanos e delinquentes; a espaços de correção disciplinar, colônias penitenciárias, manicômios, asilos e prisões, reproduzindo e mantendo os padrões de opressões racistas e machistas (ALVAREZ, 2007).

Ainda se tratando da criminalidade feminina, as especificidades da condição da mulher encarcerada passaram a ser pauta somente no final no final da década de 1930, com o advento da reforma penitenciária. Logo entrou em vigor o Código Penal de 1940, fruto de reforma e modernização de instituições e leis, com normas de conduta social impostas com o objetivo de corresponder aos anseios dos mais abastados, investindo na higienização, na ordem, na disciplinarização e normalização do convívio na ordem social. Regulamentou-se os ditames sobre os estabelecimentos penais para mulheres, com investimentos e práticas humanizadoras de aprisionamento (ANGOTTI, 2018).

Na condenação de mulheres, muitas vezes, era exigido que elas cumprissem mais tempo que os homens por crimes semelhantes, reforçado pelo movimento eugênico que procurava retirar de circulação social durante o maior número de anos possíveis a proliferação de mulheres consideradas geneticamente inferiores. O pretexto era que as mulheres transgressoras deveriam ser reformadas e readaptadas, não necessariamente pelo grau da sua infração, mas sim pelo fato de que, como mulheres seu processo de ressocialização demandava mais tempo do que o dos homens (DAVIS, 2018).

Mas foi somente no 1987 que, de fato, foi inaugurado o primeiro presídio feminino no Brasil, o *Instituto Feminino de Readaptação Social*, no estado do Rio Grande do Sul na cidade de Porto Alegre. Administrado pela *Irmandade Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d'Angers*, o instituto previa a salvação das almas e a cura moral das mulheres pecadoras e perdidas, levando-as ao encontro de Deus. A congregação visava a formação de cristãs, donas de casa, com dons domésticos para servir à família e ao conjugue, mas não as preparava para tornarem-se cidadãs para enfrentar as adversidades da sociedade e reinserção no mundo competitivo de trabalho e para reivindicar seus direitos, questionar injustiças, desigualdades sociais e raciais (ANGOTTI, 2018).

No entanto, as condições do instituto foram criticadas e denunciadas pelos movimentos de mulheres, partindo da precariedade nas instalações físicas das casas correcionais, ao método disciplinar rigoroso que ensinava somente a orar, além de práticas disciplinadoras domésticas que, segundo elas, tornavam as mulheres encarceradas, alienadas e inexpressivas, perdendo sua essência e personalidade. Assim, gradativamente, o poderio da Igreja Católica foi se dissipando dos estabelecimentos prisionais, passando o controle, a manutenção, e a administração das medidas de

ressocialização para as superintendências de assuntos penitenciários dos estados federativos e Distrito Federal, subordinados ao Ministério da Justiça (ANGOTTI, 2018).

Ainda assim, com a passagem da administração para órgãos competentes em assuntos relacionados ao aprisionamento de mulheres, a autora supracitada assegura que foram poucos e insuficientes os avanços em políticas públicas para mulheres em situação de privação de liberdade. Para ela, apesar de existirem leis que preconizam assistência à mulher em situação de cárcere, estas são insuficientes para atender às demandas, que vão desde a assistência jurídica ao tratamento e acompanhamento em saúde, apresentando-se apenas como medidas paliativas (ANGOTTI, 2018).

Seja qual for o grupo socioeconômico, racial e de gênero ao qual pertencem estas mulheres, elas viram suas diferenças biológicas transformadas em uma suposta inferioridade natural, e seu espaço e história, degradados intelectualmente e socialmente. A estrutura social reproduz e alimenta todas as formas de desigualdade e ao mesmo tempo determina quem serão os afetados pelas características anti-humanas dos modos de vida que giram em torno da concentração de poder e da desigualdade. O estado predominante de subordinação ou de menor poder afeta a maior parte de um grupo de classe, raça e de gênero, impedindo a sua apropriação a bens e riquezas, e a possibilidade real de modelar a cultura e as formas de subjetividade, na gestão do conhecimento e, no acesso autárquico ao pleno bem viver e liberdade (BREILH, 1997).

As instituições caracterizam-se como entidades que organizam as sociedades em dominante e dominado, estruturando as relações sociais através da opressão e da violência perpetuando a exclusão e a marginalização dos não aceitáveis e rejeitados. As pessoas institucionalizadas, sejam elas psiquiátricas ou carcerárias, são relegadas a condições desumanas e insignificantes socioeconomicamente. A relação doente com a sociedade é objetivada pelo saber científico o qual afirma a subjetividade dos não aptos conforme a sociedade necessita para compensar suas contradições (BASAGLIA, 1985).

Deste modo, para Davis (2018) a distinção de raça e gênero assumiu e continua a estruturar as políticas penais, e o gênero feminino prevalece como categoria de sexualidade exacerbada com tendências a insanidade e a criminalidade. Assim como o impacto da raça e da classe, há diferenciação no tratamento dispensado à mulheres brancas abastadas e mulheres negras e pobres, indicando que a criminalidade é uma construção socio racial que continua às informar as instituições carcerárias femininas quais tratamentos devem ser administrados, como ,por exemplo, a maior distribuição de medicações psiquiátricas às mulheres presas do que aos homens.

Em todos os períodos históricos, a violência estrutural e institucional que ocorreu contra as mulheres, sobretudo as negras, ainda vigora em todas as áreas sociais, políticas e econômicas, sendo o âmbito penal o grau máximo dessas violências, desviados por um sistema machista, punitivista e inquisitorial. A privação de liberdade é um eufemismo,

pois pretende silenciar uma série de violações já sofridas pelas mulheres, conseqüentes de sua socialização impetuosa e condicionante ao papel social de inferioridade, que tem como regra o controle de sua sexualidade pelas instituições de poder, que definem através de características e comportamentos quais mulheres são dignas de terem seus direitos reconhecidos, e quais são merecedoras de proteção e sensibilização social (GONZALES, 1982).

Nessas circunstâncias, para Foucault (2008), as práticas de poder não se reduzem às formas instrumentais e funcionais de controle social como produtoras de comportamentos, mas também que as práticas e instituições sociais configuraram espaços de exclusão e de normalização de determinadas formas de comportamento e de subjetividade, concretizada na existência da prisão como a pena máxima. O fato de a prisão permanecer existindo, mesmo com críticas seculares, comprova que ela ainda desempenha funções importantes na manutenção das relações de poder na sociedade moderna – na verdade, a principal função desempenhada pela prisão é que ela permite gerir as ilegalidades das classes dominadas, criando um meio delinquente fechado, separado e útil em termos políticos, sociais e econômicos.

O sistema carcerário feminino continua a alimentar o imaginário social com a figura da mulher que transgrediu a lei, como uma degenerada social, a quem falta a educação e ensinamentos de feminilidade. O cárcere surge e opera como promessa à defesa social, isso é, de retirar da sociedade indivíduos considerados perigosos. O encarceramento, no entanto, exclui e estigmatiza mais ainda aqueles que, antes de passar pelo sistema, já sofriam as mazelas sociais, por negligência e invisibilidade do Estado em promover políticas públicas de inclusão e justiça social. O Estado falhou duplamente- primeiro, antes do ingresso das pessoas ao sistema prisional, e, depois, com a falsa promessa de ressocialização.

Referências

- ÁLVAREZ, S. L. *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.
- ANGOTTI, B. *Entre as Leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil*. 2011. 316 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BASÁGLIA, F. *A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico*. Tradução: Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BORGES, J. *O que é Encarceramento em Massa*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BREILH, J. *Notas sobre el Debate Determinación vs. Indeterminación*. Quito: Ceas, 1997.
- CHIES, L. A. B. A questão penitenciária. *Tempo Social*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 15-36, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v25n1/02.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2016.
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- COSTA, J. F. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CUNHA, M. C. P. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. São Paulo, Paz e Terra, 1986.
- DAVIS, A. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução: Mariana Vargas. 1 ed. São Paulo: Ed Bertrand Brasil, 2018.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GONZALÈS, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: MADEL, T. L. et al (Orgs.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 87-106.
- MARINHO, M. G.; MOTA, A. *História da Psiquiatria: Ciência, práticas e tecnologias de uma especialidade médica*. São Paulo: CD.G. Casa de Soluções e Editora, 2012.
- MENDES, S. R. *Criminologia feminista: novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MIRALLES, T. A mulher: o controle formal e informal. In: BERGALLI, R.; RAMIREZ, J. B. *O Pensamento Criminológico II: Estado e controle*. São Paulo: Editora Revan, 2015.
- PRIORI, D. M.; BASSANEZI, C. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- VIERIA, E. M. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

Capítulo IX

Feminismos e Transculturalidade: um olhar à historiografia dos estudos de gênero-raça no Brasil

Cleusa Gomes da Silva *

Dayse Mara Bortoli **

A proposta da reflexão deste artigo foi apresentada no evento *Diálogos Interdisciplinares* na mesa *(Pós) colonialidade e decolonialidade*, com o título *Feminismos e Transculturalidade: um olhar à historiografia dos estudos de gênero no Brasil*¹. A análise foi inserida na perspectiva decolonial e transcultural, pois, ao abordar a cultura e a História nesse artigo, pretendemos apontar outras pluralidades históricas para compor a narrativa da América latina — isto é, atentar às vozes baixas da História (SPIVAK, 2014). Portanto, faremos uma breve análise parcial da historiografia brasileira, que trabalha com a temática das mulheres ou com o estudo das relações de gênero no Brasil.

O objetivo é desenvolver um estudo crítico sobre algumas dessas produções e mostrar como esses trabalhos registraram um olhar colonizado para o feminismo, e, ainda, reproduziram a noção dos estudos ocidentais para pensar a história e o feminismo aqui no Brasil naquele momento histórico. Tomaremos como reflexão para desenvolver os argumentos desse artigo os estudos críticos com a proposta de descolonização do feminismo, os estudos transculturais e da decolonialidade.

O trabalho que inaugurou no Brasil os estudos sobre as mulheres foi o clássico livro da socióloga Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, *A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (SAFFIOTI, 1968) editado pela Quatro Artes. Um trabalho que, embora

* Docente – História América Latina (Bacharelado) e História (Licenciatura) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Pesquisadora nas áreas de pesquisas de Gênero, Diversidade, História das Mulheres e Colonialidade/Decolonialidade na América Latina e Caribe. Coordenadora do Observatório de Gênero e Diversidade na América Latina e Caribe - IMEA. Atualmente coordena uma pesquisa de Monitoramento da Violência de Gênero na Fronteira em colaboração com pesquisadoras da UFRJ e UNILA e a rede de atendimento à Mulher em Situação de Violência da Região Trinacional (Paraguai, Brasil e Argentina).

E-mail: cleusa.gomes@unila.edu.br

** Psicóloga, doutoranda pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE, campus Foz do Iguaçu PR, vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Formação e Sociabilidade — GETFS do Centro Universitário Internacional (UNINTER).

E-mail: daysebortoli@hotmail.com

¹ Evento promovido pelo Centro Interdisciplinar de Antropologia e História — ILAACH (2014).

feito por uma socióloga, tornou-se uma referência para os estudos históricos sobre as mulheres no Brasil.

Heleieth, filha de uma costureira e de um pedreiro, graduou-se em Ciências Sociais pela USP, em 1960, quando começou suas primeiras pesquisas acadêmicas sobre a condição feminina no Brasil. Esse tema viria a ser o objeto de sua tese de livre Docência para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, (UNESP), intitulada *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*, sob orientação do professor Florestan Fernandes, defendida por Heleieth em 1967, publicada pela Editora Quatro Artes em 1969 e republicada pela Editora Vozes em 1976. O livro foi um best-seller na época, e constitui até hoje uma referência nos estudos de gênero no Brasil.

O título do livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* já apontava claramente a perspectiva marxista da autora, sobretudo orientada por um dos nomes mais importantes do pensamento marxista brasileiro, o professor Florestan Fernandes. Quando o livro foi publicado, seu orientador estava fora do Brasil (em Toronto), afastado do ensino pelo Regime Militar. O prefaciador da obra, um dos mais importantes nomes do pensamento social brasileiro, foi o crítico literário Antônio Cândido de Mello e Souza, da Universidade de São Paulo.

Segundo o prefaciador, o grande mérito da autora foi não separar o problema da mulher dos problemas gerais da sociedade, mostrando como formigaram racionalizações ideológicas ligadas à estrutura social e às formas de dominação. De modo particular, focaliza as relações entre a posição da mulher e o capitalismo, e, ao fazê-lo, insere a reflexão no próprio ritmo do nosso tempo.

Essa obra é considerada importante por abrir uma discussão no mundo do trabalho e do capitalismo brasileiro, a partir do recorte do sexo e da diferenciação sexual, em um campo claramente masculinizado como era o campo da sociologia marxista uspiana no Brasil nessa época. A obra trouxe à tona o pioneirismo da autora e a potência de romper com a leitura clássica do marxismo que é a reprodução da sociedade de classes no mundo capitalista, sem ater-se à condição da reprodução da dominação da mulher em um sistema de exploração do capital.

A autora, ao tomar o recorte da diferenciação sexual (biológico) para pensar o processo de discriminação no mundo do trabalho, denunciava como o sexo operava como um filtro. Esta perspectiva estrutura o mundo em uma dicotomia em termos binários, na qual as mulheres sempre se percebem em oposição aos homens, em que o patriarcado significa necessariamente o domínio masculino. Até então, a leitura referente a essa situação foi feita pela perspectiva da classe, sem o recorte de gênero.

Nesse momento, a autora, sob o olhar do feminismo ocidental, reproduz o modelo do feminismo de vertente liberal estadunidense ou europeu, como nos mostra

o instigante trabalho de Chandra Talpade Mohanty no artigo *Bajo los ojos de Occidente Academia Feminista y discurso colonial*, publicado no livro *Descolonizando o feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*, editado pelas autoras decoloniais Liliana Suárez Navaz e Rosalva Aída Hernández (NAVAZ; HERNÁNDEZ, 2008).

A indiana Chandra Talpade Mohanty, atualmente residente em Nova Iorque, é professora ilustre de estudos de mulheres e gênero, sociologia e fundamentos culturais da educação e professora de humanidades na Universidade de Syracuse. Mohanty, teórica feminista pós-colonial e transnacional, defendeu a inclusão de uma abordagem transnacional na exploração das experiências das mulheres em todo o mundo.

O projeto intelectual da pesquisadora indiana Chandra Talpade Mohanty, *Bajo los ojos de Occidente Academia Feminista y discurso colonial* (MOHANTY, 2008), nesse artigo, é a análise da construção discursiva da mulher do “terceiro mundo” no feminismo do ocidente. Para a autora, conceitos tais como a reprodução, a divisão sexual do trabalho a família, o matrimônio, o lugar do patriarcado, etc., são usados sem especificação, em contextos culturais e históricos locais. As feministas ocidentais usam esses conceitos para proporcionar explicações sobre a subordinação das mulheres, aparentemente dando um caráter de aplicabilidade universal à dominação da mulher e sem descentramento dessa teoria para as realidades históricas diversas, como é o caso da América latina, onde se cruzam facilmente etnias, raças e gêneros.

Seguindo os pressupostos teóricos de Mohanty (2008), no trabalho de Heleieth Saffioti *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1968), a mera existência de uma divisão sexual do trabalho se torna prova da opressão das mulheres em várias sociedades. Isso resulta numa confusão, pois mistura as potencialidades descritivas e explicativas do conceito de divisão sexual do trabalho.

A categoria mulher, na proposta de Saffioti (1969), assume o status ou posição das mulheres porque as mulheres, como grupo previamente constituído, são colocadas dentro das estruturas religiosas, econômicas, familiares e legais. Para a autora, as mulheres são percebidas como um grupo coerente em todo o contexto, indiferentemente de sua classe ou identidades étnico-raciais; não há uma intersecção histórica do conceito de Mulher.

Desta forma, tanto as mulheres como os homens aparecem sempre como populações homogêneas e constituídas pelas relações de domínio e exploração, e se postulam também como aldeias inteiras, povos que entram em relações de exploração. Não se trabalha na perspectiva de olhar para os grupos de homens e mulheres como grupos que possuem características distintas e previamente constituídas de experiências, conhecimentos e interesses díspares e multifacetados em historicidades e realidades locais diferenciadas.

Fundada na auto-representação das mulheres do terceiro mundo pelo feminismo ocidental, Saffioti (1969) representa em seu estudo a imagem da mulher brasileira como universalizante, acrescentando a diferença do terceiro mundo às diferenciações sexuais fundadas na subjugação das mulheres ao patriarcado universal capitalista no Brasil — e, de certo modo, reforçando a imagem de contraposição às mulheres dos países ricos e ocidentais como mulheres seculares, liberais e com controle de sua própria vida, com amplo acesso ao trabalho, à renda e a sexualidade livre.

Numa clara imagem salvacionista de que as feministas dos países ocidentalizados trazem a teoria colonial e marxista adequada para superar os problemas de subjugação das mulheres exploradas pelo capitalismo brasileiro, Saffioti (1969), em nenhum momento, atém-se para a dupla exploração das especificidades das mulheres negras, indígenas e LGBTQI+ no Brasil. Olhando apenas no espelho das colonizadoras feministas, a autora não consegue discernir que ser branca e mulher no Brasil é muito diferente de ser pobre, mulher, negra, indígena ou transexual, e o quanto essa diferenciação étnica e racial compõe um diferenciador no mundo do trabalho e da exploração capitalista no Brasil.

A historiadora uspiana Maria Odila Leite da Silva Dias publicou, em 1984, sua obra inaugural *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, editado pela Brasilense (DIAS, 1984), 15 anos após a 1ª publicação do livro de Saffioti (1969). Na proposta de uma história a contrapelo numa vertente de história social ou das margens, a historiadora procurou conhecer os papéis históricos de mulheres de classes oprimidas, livres, escravas e forras, no processo de urbanização incipiente da cidade de São Paulo, entre fins do século XVIII e às vésperas da abolição. No livro, a autora deixou claro que não buscou os papéis sociais normativos, mas sim as mediações sociais continuamente improvisadas no processo global de tensões e conflitos, que compunham a organização das relações de produção, o sistema de dominação e de estruturação do poder (DIAS, 1984).

Para reconstruir o cotidiano do ganha-pão de mulheres pobres, precariamente documentado nas fontes escritas, Dias (1984) afirmou ter se deparado com "fragmentos de discursos e realidades díspares, simultâneas, que se enredam e eludem um ao outro" (DIAS, 1984, p. 19). Obviamente que o difícil e tortuoso caminho de desvendar o cotidiano das mulheres pobres, impôs, segundo a autora, muita reflexão sobre as limitações das fontes escritas para a historiografia social. Certamente muito do clamor, das brigas e do alarido provocado por elas (mulheres pobres) se perdeu na documentação oficial. Para mulheres analfabetas, a palavra falada era seu instrumento essencial para garantir a sobrevivência, por isso, segundo Dias (1984), quando transcritas de modo indireto, ficam necessariamente desvirtuadas, de modo que apenas resvalavam pelos documentos. Segundo a autora, nos fragmentos que restaram — "ecos surdos das suas tensões e confrontos com o sistema de dominação mesmo que peneirados pela

consciência hegemônica das fontes escritas” (DIAS, 1984, p. 17), existia uma abundância de informações casuais, muito esparsas, mas também muito frequentes.

Para a Historiadora, nas entrelinhas de documentos oficiais, como a documentação da Câmara ou ofícios diversos dos governadores, foi possível enxergar "todo um caleidoscópio de pequenas referências esparsas, pingando em profusão das mais disparatadas fontes" (DIAS, 1984, p. 14), e que atestam à presença ostensiva, porém de modo fragmentário dessas mulheres.

A reconstrução de seu cotidiano e de seus modos de inserção na sociedade da época só foi possível através da montagem de intrincados quebra-cabeças, juntando fragmentos e fazendo colagens (DIAS, 1984). Salientamos que a pesquisa da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias comprovou as possibilidades de um novo olhar sobre fontes tradicionais para reconstruir outras histórias que não as tradicionais, como as das mulheres.

Michelle Perrot, no artigo *Práticas da Memória Feminina* (1989), lembra que as historiadoras precisavam se atentar para o *sótão da História*, pois eram nos arquivos privados e íntimos das mulheres que residiam seus segredos, e eram encontradas as fontes para a uma história das mulheres. Nessas fontes, elas se exprimiram de forma mais abundante, sendo até mesmo suas produtoras, "nos casos em que fizeram às vezes de secretárias da família" (BRESCIANI, 1989, p. 9).

O trabalho da Maria Odila Leite da Silva, professora que fez escola historiográfica com seus orientandos na USP, além de trazer uma contribuição fundamental para os estudos das mulheres pobres em São Paulo, trouxe também uma renovação metodológica historiográfica no momento em que ecoavam aqui no Brasil os trabalhos de História Social de E. P. Thompson, como *A formação da classe operária Inglesa* (2012), bem como a abertura para o cultural como construtores do cotidiano na dimensão da classe sociais (THOMPSON, 2012). Esse trabalho trouxe o mérito de privilegiar as mulheres pobres, anônimas, sem Histórias pela historiografia tradicional sobre a formação de São Paulo – mas, em nenhum momento, a historiadora consegue fazer o recorte a intersecção entre classe, raça e gênero.

Para a pesquisadora paulistana, as mulheres pobres e brancas assemelham-se às mulheres negras, antigas escravas e alforriadas, pois o que as une é exatamente a condição de serem mulheres pobres em São Paulo, detendo-se exclusivamente no recorte de classe. Não há nenhum questionamento sobre a manutenção desse escravismo colonial nos trabalhos das mulheres alforriadas ou negras no mundo público e do comércio de São Paulo, como as quitandeiras. O recorte diferenciador de classe e raça não atravessa sua análise histórica, e não há diferenciações de produções de culturas diversas e de experiências localizadas, como é o caso das mulheres escravizadas pelo colonialismo português. A autora não fala, em nenhum momento, das práticas das chamadas “Amas

de leite mercenárias”, que são negras e que circulam nesses espaços sociais públicos de São Paulo, ou como empregadas babás duplamente exploradas, como negras e como mulheres pobres.

Nessa mesma vertente historiográfica foi publicado, em 1989 pela Revista Brasileira de História/ANPUH, a coletânea *A mulher e o espaço público*, organizada pela Historiadora da Unicamp Maria Stella Martins Bresciani (BRESCIANI, 1989). Na abertura da coletânea, foi traduzido o texto clássico da historiadora Francesa Michelle Perrot, intitulado *Práticas da memória feminina* (1989), já mencionada nesse artigo.

Essa coletânea reúne nomes importantes do feminismo europeu e do Brasil, como Eleni Varikas, Elizabeth Souza-Leão, Marisa Corrêa, Cláudia Fonseca, Maria Clementina Pereira Cunha, Susan Besse, Raquel Soihet, Martha de Abreu Esteves, Magali Engel, e Leila Mezan Algranti. Essas historiadoras compunham a maior parte dos estudos que trabalhavam com as temáticas das mulheres e dos estudos de gênero no Brasil. Não há nessa coletânea nenhum artigo que aborde os feminismos das mulheres pretas e indígenas e tampouco as mulheres lésbicas, bissexuais ou transexuais. As imagens do feminismo brasileiro e dos estudos historiográficos que perpassam nessa coletânea são de um feminismo ocidentalizado e colonial, feito por intelectuais do centro do país, do Rio de Janeiro e São Paulo, Estados Unidos e França, todas brancas e eurocentradas.

Os artigos publicados na Revista Brasileira de História/ANPUH (1989) não tratam de questões cruciais para o país, como os feminismos negros, indígenas e islâmicos, e os cruzamentos entre mulheres/gênero/raça e etnias indígenas. Parafraseando o artigo da feminista argentina decolonial Karina Bidaseca, “*Mujeres Blancas buscando salvar a las mujeres color café (pardas) de los hombres blancos y color café*” (BIDASECA, 2010, p. 129).

Em 1997, a historiadora uspiãna Mary del Priore publicou pela Editora Contexto a coletânea *História das mulheres no Brasil*. As organizadoras da obra fizeram um esforço inédito para reunir as pesquisas das mulheres no Brasil, uma vez que, nos anos 1990, as temáticas de gênero ganharam fôlego em todas as universidades brasileiras (PRIORE, 2011).

A obra foi sucesso imediato, conquistando o Prêmio Jabuti e o Prêmio Casa Grande e Senzala, atualmente contando com mais de 10 edições, dada a notoriedade das organizadoras e das estudiosas e estudiosos que compõem a coletânea. Salientamos que, nessa coletânea, há a participação de alguns pesquisadores homens que trabalham com a temática das mulheres.

Numa proposta mais democrática, a coletânea consegue sair do eixo Rio/São Paulo, e amplia os estudos para o Sul do país, Minas Gerais e Nordeste. Também se ampliam as temáticas como sexualidade feminina, homoerotismo, maternidades,

mulheres pobres e violências urbanas, escritoras e escritas femininas, mulheres e ensino, boias frias e movimentos das trabalhadoras. O que, de certo modo, resulta nos trabalhos que hoje estão sendo pensados na historiografia sobre as mulheres e gênero, unificando as historiadoras que trabalham com os estudos das temáticas das mulheres e os estudos de gênero no país.

O que chama a atenção nos estudos publicados na coletânea *História das mulheres no Brasil* (2011) é a negação da raça/gênero, como salienta a antropóloga decolonial Rita Laura Segato, no belíssimo texto *O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça* (SEGATO, 2006). O artigo publicado no departamento de antropologia na Universidade de Brasília por uma pesquisadora feminista reconhecida em toda a América latina pelos estudos voltados à temática da colonialidade de gênero², no entanto, foi praticamente esquecido pela intelectualidade brasileira. Nesse artigo, Rita Segato evidenciou o quanto o Brasil retirou da fundação da imagem da nação brasileira a “mãe preta”, o que ela chama de “a Foraclusão da mãe preta pelo discurso branco” (SEGATO, 2006, p. 9).

Nessa análise, Segato (2006) mostrou o quanto o discurso higienista no Brasil e a construção da chamada “mãe cívica” forjou a identidade de uma maternidade pensada a partir da construção da mulher branca e burguesa. Se, por um lado, todo o período colonial e o império conviviam com a chamada maternidade transferida (ou seja, a amamentação dos filhos das mães brancas pelas amas de leite e depois amas secas mercenárias), com a implantação do ideal burguês, essas mesmas mães negras foram sendo retiradas do cenário imagético de fundação da nação e do discurso hegemônico do estado nacional: do registro simbólico de uma fala branca sobre a fala negra presente nos documentos (SEGATO, 2006).

Segundo Segato (2006), há, nessa ação discursiva, um movimento cujo propósito foi e é criar uma ideologia assim chamada “universalista” e culturalista da nação cordial e englobante. Desse modo, o pensamento brasileiro, a cargo do braço ideologicamente armado da Antropologia e das Ciências Sociais a partir de autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, e a capacidade hegemônica do discurso, bloqueou com impressionante eficiência a inscrição de sujeitos posicionados diferentemente, e que pretendiam enunciar esse posicionamento diferenciado nas suas falas (SEGATO, 2006).

² Rita Laura Segato produziu trabalhos de referências na América Latina de Colonialidade e decolonialidade de gênero e raça, tais como: SEGATO, Rita Laura. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. 1 ed. Puebla: Pez en el árbol, 2014; *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013; *Género, y Colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial*. In: BIDASECA, K. (Org.). *Feminismos Y Poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en America latina*. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2011. p. 17-47.

As amas de leite negras que hoje são as babás ou mães pretas não aparecem em lugar nenhum na historiografia brasileira. Não vemos essas amas de leite nem na coletânea sobre a *História das mulheres no Brasil* (2011), que, como salienta a autora, ali elas também não estão. Para a pesquisadora, nesse belo e importante livro, a palavra babá não aparece nem uma única vez. A babá não é citada, nem para abordar aspectos da sua subjetividade nem da sua inserção social. Muito menos se indaga sua presença a partir da perspectiva das crianças que viu crescer, ou das mães “legítimas”, que nela delegaram o exercício de uma parcela importante da tarefa materna (SEGATO, 2006).

Assim, Segato (2006) concluiu que a historiografia feminista brasileira, em conjunto com os intelectuais brancos, fez o discurso da “foraclusão” da mãe preta; o que se “foraclui” na babá é, ao mesmo tempo, o trabalho reprodutivo das mulheres pobres e a negritude. Para ela, “trata-se de uma foraclusão, de um desconhecimento simultâneo do materno e do racial, do negro e da mãe” (SEGATO, 2006, p. 14).

Ademais, Segato (2006), no *O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*, assinalou que a historiografia feminista contribuiu com a dupla negação do gênero e da raça no Brasil – ou seja, muitas mulheres pobres, negras e indígenas estavam excluídas e apagadas dessa produção da história das mulheres no Brasil. Essas mulheres não apareciam como produtoras de subjetividades e experiências singulares, continuando como coadjuvantes e renegadas como potências históricas e possibilidades de construções de experiências e pluralidades históricas.

Gênero é seguimento das diversidades e acasos experienciados pelo sujeito ao longo da vida dentro de um contexto histórico, político e social. É a marca que o indivíduo carrega indelevelmente a sua existência humana, sendo então passível de ser escrita nas perspectivas transculturais, e que se dão respeitando as peculiaridades históricas, políticas e sociais subjetivas e singulares a cada tempo da história.

Existe a necessidade de se evidenciar as contradições dialéticas relacionadas a questão de gênero, como nos coloca Mészáros (2002). Para o autor, as relações de gênero, assim como as raciais e as do campo afetivo-sexual, não se apresentam como ponto de partida da desigualdade e do antagonismo inerente ao sistema do capital. Elas se encontram, na sociedade, “emaranhadas numa rede de relacionamentos dialéticos, profundamente afetados pelas características estruturais fundamentais de todo o complexo social” (MÉSZÁROS, 2002, p. 301).

Por fim, o grande desafio é recontar e rememorar as oralidades perdidas dos povos tradicionais, das mulheres das religiões de matriz africanas e umbandas, das líderes comunitárias, das mulheres de ruas, das mulheres indígenas nas suas comunidades e das mulheres urbanas pobres, lésbicas e transexuais. Para isso, um novo horizonte se despontou pelo Sul: os estudos africanos, transfronteiriços, transfeministas, decoloniais e das epistemologias do Sul Global. Sigamos a nova rota.

Referências

- BIDASECA, K. Mujeres Blancas buscando salvar a las mujeres color café (pardas) de los hombres blancos y color café. In: BIDASECA, K. *Perturbando el texto colonial* – Los Estudios (pos)Coloniales en América Latina. Buenos Aires: Editorial SB, 2010. p. 129-148.
- BRESCIANI, M. S. M. (Org.). A mulher no Espaço Público. *Revista Brasileira de História* – ANPUH, São Paulo, v. 9, n. 18, ago./set. 1989.
- DIAS, M. O. L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Tradução de Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MOHANTY, C. T. Bajo los ojos de Occidente Academia Feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, L. S.; HERNANDEZ, R. A. H. (Eds). *Descolonizando el feminismo: Teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Catedra Ediciones, 2008, p. 112-161.
- NAVAZ, L. S.; HERNANDEZ, R. A. (Eds). *Descolonizando el feminismo: Teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Catedra Ediciones, 2008. p. 113-162.
- PERROT, M. Práticas da Memória Feminina. In: BRESCIANI, M. S. M. (Org.). A mulher no Espaço Público. *Revista Brasileira de História* – ANPUH, São Paulo, v. 9, n. 18, ago./set. 1989. p. 9-18.
- PRIORE, M. D. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.
- SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969.
- SEGATO, R. L. *O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*. Série Antropologia (400), Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2006.
- SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- THOMPSON, E. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Capítulo X

Centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência Rejane Marisa dal Bó – CRAM de Foz do Iguaçu/Paraná

Ana Luisa Hickmann *

Kiara Heck **

Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida (Simone de Beauvoir).

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CRAM's – são encontrados em alguns municípios no território nacional. Surgem a partir da luta feminista por políticas públicas de qualidade, por meio da elaboração do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (BRASIL, 2004), com o objetivo de atribuir ao Estado brasileiro a responsabilidade diante do enfrentamento à violência contra as mulheres.

De acordo com a Norma Técnica dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (BRASIL, 2006a, p. 15), assinada em 2006 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os CRAM's são “[...] espaços de acolhimento/atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência [...]” e possuem o objetivo de realizar “[...] o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania [...]”, destinado ao atendimento e acolhimento gratuito às mulheres adultas (cisgênero, transsexuais, não binárias, entre *outrxs*).

De acordo com a Norma Técnica são quatro etapas que compõem o atendimento realizado pelo CRAM: 1) Acolhimento e Informações Gerais; 2) Orientação à Mulher em

* Bacharel em Antropologia e Diversidade Cultural, mestranda pelo Programa Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, pesquisadora na área de gênero.

E-mail: contato.analuisahickmann@gmail.com

** Psicóloga psicanalista, ativista dos direitos das mulheres e atual coordenadora do Centro de Referência Rejane Marisa dal Bó.

E-mail: kiarapsico@gmail.com

Situação de Violência; 3) Diagnóstico aprofundado e Atendimento; 4) Monitoramento do Atendimento e Encerramento do Atendimento. Além do acolhimento inicial, é realizado o encaminhamento da mulher para os demais órgãos que compõem a rede de atendimento, conforme a especificidade de cada caso: hospital, delegacia, casa-abrigo, entre outros; além do acompanhamento a longo prazo, se assim a mulher desejar. Pode-se dizer que os Centros de Referência possuem fundamental importância no combate à violência contra as mulheres, pois promovem a “[...] ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência” (BRASIL, 2006a, p. 11).

O CRAM é responsável pela articulação da rede de atendimento e desenvolve suas práticas pautadas na seguinte metodologia: 1) Aconselhamento em momentos de crise; 2) Atendimento psicossocial; 3) Aconselhamento e acompanhamento jurídico; 4) Levantamento de dados locais sobre a situação da violência contra a mulher. 5) Qualificação de profissionais; 6) Articulação da rede de atendimento local e 7) Atividades de Prevenção (BRASIL, 2006a).

Em Foz do Iguaçu (PR), o CRAM leva o nome de Rejane Marisa dal Bó, adolescente iguaçuense de 16 anos, morta a tiros no ano de 1977 pelo ex-noivo. O Centro atende mulheres diariamente, além de realizar visitas às residências e acompanhamentos diversos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, por meio de atendimentos psicossociais, individuais e coletivos. O objetivo é viabilizar orientações e ferramentas para que as mulheres possam romper o ciclo de violência que estão submetidas.

Desde sua implementação, em 2009, o CRAM de Foz do Iguaçu possui o registro interno, até o ano de 2020, com cerca de 3.500 referenciamentos de mulheres em situação de violência. No município, o CRAM trabalha com altos índices de violência e acredita-se que estes índices se devem, em grande parte, ao fato de se tratar de um município de tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina). Atendendo às exigências da normativa dos Centros de Referência, a equipe do CRAM de Foz do Iguaçu é multidisciplinar e conta, em 2020, com uma coordenadora, uma psicóloga, uma assistente administrativa, duas assistentes sociais, uma educadora, uma auxiliar de serviços gerais (terceirizada), estagiárias de psicologia e serviço social e duas voluntárias, uma psicóloga e uma advogada. O Centro está lotado na Secretaria de Assistência Social com o intuito de respeitar o princípio da Universalidade das Políticas e tendo por base a transversalidade, intersetorialidade e capilaridade da Política da Mulher.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), em Foz do Iguaçu, atuou como força propulsora do planejamento e implementação do CRAM, desenvolveu os projetos de aplicação e arquitetônico de acordo com o critério nacional de implementação de Políticas para Mulheres. Os projetos foram elaborados entre 2004

e 2005 e inaugurados em outubro de 2009. A partir de 2012 passa a contar com sede custeada por recursos do Governo Federal. O CMDM, por sua vez, atua com papel consultivo, fiscalizador e deliberativo, contribuindo, assim, para a consolidação e para a garantia de manutenção das práticas e ações de enfrentamento à violência contra as mulheres do município.

O Centro de Referência Rejane Marisa dal Bó realiza atendimentos e acompanhamentos baseando-se em três pontos fundamentais: autonomia, autoestima e emancipação. A violência de gênero é estrutural e coletiva, gerando consequências graves na vida das mulheres. É um fenômeno transversal, pois atinge mulheres de diferentes classes sociais, raças, culturas, escolaridade, estado civil, etc.

Nesse sentido, o resgate da autoestima é necessário para que as mulheres se reconheçam como sujeitos de direito capazes de autopercepção de suas competências e potências individuais que interferem na coletividade do ser mulher. A autonomia é estimulada como meio de garantir o direito de as mulheres atendidas decidirem sobre suas vidas, seus corpos, direcionarem suas famílias e serem autoras do seu próprio fazer, com condições de manutenção e subsistência econômica. Parte-se do princípio de que a mulher deve ter autonomia para realizar suas escolhas e traçar o próprio caminho.

A violência sofrida abala a autoestima e a autoconfiança, principalmente a violência psicológica. De acordo com a socióloga Rita Segato, “[...] apesar do sofrimento e do dano evidente que a violência física causa as suas vítimas, ela não constitui a forma mais eficiente nem a mais habitual de reduzir a autoestima, minar a autoconfiança e desestabilizar a autonomia das mulheres” (SEGATO, 2003, p. 115). Dentre as atividades ofertadas às mulheres, o CRAM busca inserir em suas ações internas, ou por meio de parcerias, atividades que contribuam para o resgate ou melhoria da autoestima, além de visar a emancipação e a autonomia financeira. Citam-se como exemplo os cursos para formação profissional.

É possível observar que determinadas mulheres em situação de violência têm dificuldade de se desvincular dos agressores devido a questões como dependência financeira. Como forma de viabilizar meios de superação, o CRAM realiza diversos cursos (totalmente gratuitos) como, por exemplo, o de costura. Além disso, busca firmar parcerias com instituições públicas e privadas, além da parceria e trabalho conjunto com o próprio município para a viabilização de cursos profissionalizantes, bem como discussões e coletivos que abordam as pautas feministas de emancipação da mulher.

Para melhor entendimento do trabalho realizado pelo Centro de Referência, faz-se necessário compreender quem são as mulheres atendidas e quais os tipos de violência e situações enfrentadas por elas. O CRAM de Foz do Iguaçu atende mulheres com 18 anos ou mais (no caráter preventivo são realizados trabalhos com meninas) que estejam acometidas por qualquer expressão de violência. É importante frisar que os atendimentos

não são voltados apenas para mulheres que sofrem violência no âmbito doméstico e familiar, mas para todos os tipos de violência, dentre elas, institucional, obstétrica, comunitária, simbólica, das expressões religiosas, entre outras. Os atendimentos também são realizados levando em conta as especificidades das mulheres, pois sabe-se que as mulheres negras sofrem mais violência que as mulheres brancas, sendo, também, o grupo com maior índice de feminicídios. Isso precisa ser pontuado, principalmente quando se trata de políticas públicas para mulheres. No CRAM, ainda, são atendidas mulheres lésbicas, pois os relacionamentos homoafetivos também estão atravessados pelas questões de gênero e violência, bem como mulheres transsexuais e não binárias, respeitando a diversidade de mulheridades existentes.

A violência contra as mulheres é fruto da construção de gênero. Gênero pode ser interpretado como uma lente pela qual se torna visível a forma como as diferenças entre homens e mulheres se transformam em desigualdades (TELES; MELO, 2002). Os papéis de gênero são atribuídos desde antes do nascimento dos sujeitos, com a identificação do sexo do bebê. A partir daí são atribuídas características distintas para homens e mulheres: as meninas são colocadas na esfera privada, doméstica, dócil, passiva; já os meninos são colocados na esfera pública, ativos, instigados à aventura e à agressividade. Esses papéis reverberam em relações desiguais e violentas entre homens e mulheres. A discriminação de gênero é a argamassa da violência contra as mulheres e se torna cada vez mais sutil. “Por meio da força bruta, inicialmente, forjou-se o controle masculino sobre as mulheres. Gradativamente, foram introduzidos novos métodos e novas formas de dominação masculina, as leis, a cultura, a religião, a filosofia, a ciência e a política” (TELES; MELO, 2002, p. 28).

São diversos os tipos de violência praticados contra as mulheres e é de extrema importância saber identificar quais são e como se manifestam. A violência física, que muitas vezes deixa marcas e hematomas, é encarada como uma situação de violência mais fácil de se identificar. De acordo com a Lei 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, a violência física é “[...] entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” (BRASIL, 2006b). Segundo dados do Ministério da Saúde, a cada quatro minutos uma mulher é agredida no Brasil e, na maioria das vezes, sofre a agressão por parte de um conhecido, namorado, marido, companheiro. Outro tipo de violência contemplada na Lei Maria da Penha é a violência psicológica, caracterizada por causar danos emocionais e minar a autoestima da mulher. Essa violência se manifesta

[...] mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006b).

A violência sexual tem no estupro — relação sexual forçada — sua forma de manifestação mais conhecida e debatida, entretanto outras ações são consideradas violência sexual, tais como impedir a utilização de métodos contraceptivos, forçar a gravidez, o aborto ou a prostituição. A violência sexual ocorre por meio de coação, chantagens, manipulações, subornos, intimidação, ameaças, entre outros. Há também uma forma de manifestação da violência sexual comum, porém pouco discutida e tratada como um tabu: o estupro marital.

Outra forma de violência é a patrimonial, compreendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos da mulher, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Nos atendimentos é possível se deparar com a narrativa de mulheres que tiveram seus pertences violados, como roupas que não estão de acordo com o que o parceiro julga como adequadas. Uma última forma de violência contemplada pela Lei Maria da Penha é a violência moral, entendida como “[...] qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL, 2006b).

A última instância da violência contra as mulheres é o feminicídio, que ocorre quando “[...] o agente considera que não há mais como controlar a mulher em seu todo, tanto o corpo como seus desejos, pensamentos e sentimentos” (TELES; MELO, 2002, p. 49). Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é o quinto país em que mais ocorrem feminicídios (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016) e, segundo o Código Penal, feminicídio é “[...] o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino” (BRASIL, 2015).

É preciso frisar também que, quando falamos sobre violência contra as mulheres, “[...] as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente” (SAFFIOTI, 2015, p. 79). Ou seja, a mulher pode vir a sofrer diversas formas de violência em um mesmo momento, deixando-a fragilizada tanto física quanto psicologicamente, muitas vezes sendo necessária intervenção externa.

Outra característica a pontuar sobre a violência que atinge as mulheres no âmbito doméstico é a rotinização, “[...] o que contribui tremendamente, para a codependência e o estabelecimento da relação fixada” (SAFFIOTI, 2015 p. 90). Além disso, a mulher se vê ilhada em uma relação cujo o comportamento do agressor é circular e composto por fases. Em um primeiro momento há uma tensão na relação, na qual uma das partes começa a ter atitudes mais agressivas. A tensão aumenta, culminando em uma agressão física, psicológica, sexual, entre outras. Em seguida, na chamada fase da lua de mel, a pessoa que cometeu a agressão chora, diz se arrepender, compra presentes, faz promessas. O ciclo se repete. Esse é o chamado ciclo da violência, observado em 1979

pela psiquiatra Lenore Walker em uma pesquisa com mulheres em situação de violência. O CRAM atua com o objetivo de interromper esse ciclo.

É de extrema importância que todos – e não somente os sujeitos que trabalham na rede de atendimento à mulher em situação de violência – saibam reconhecer os tipos e formas de manifestação desse fenômeno. Infelizmente esse reconhecimento, apesar de já ser tão presente no cotidiano, muitas vezes ainda tem sido silenciado pelo medo da própria mulher e das pessoas ao redor, os quais poderiam denunciar.

A sociedade precisa compreender que o enfrentamento à violência contra as mulheres é papel de todos. É necessário que tanto os homens quanto as mulheres sejam agentes na construção da igualdade, justiça social, cidadania, autonomia (TELES; MELO, 2002). Para alcançar cada vez mais pessoas e levar informações sobre a violência cometida contra as mulheres, o Centro de Referência também promove diversas palestras, rodas de conversa, debates em eventos abertos à comunidade. Além de rodas de conversa realizadas nos bairros do município de Foz do Iguaçu, debates são realizados com servidores de outros órgãos que compõem a rede de atendimento. O CRAM traz a proposta de informar e debater em lugares em que essas discussões não são comuns, como bares, *hostels*, campos de futebol, entre outros. O objetivo é prevenir, também, a partir da informação e do debate.

O CRAM de Foz do Iguaçu atua com base nos quatro eixos estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que são: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos. As atividades de prevenção asseguradas pela Política Nacional vêm sendo desenvolvidas no município desde 2009, com a implementação do CRAM, e passaram a ser intensificadas a partir de 2018, com o objetivo de redefinir o atendimento que, outrora, estava focado nos casos em que a violência de gênero se mostrava instalada. Desde então, o Centro vem se reestruturando para um novo objetivo, o qual está respaldado pelos índices estatísticos que apontam a dura realidade de que uma a cada três mulheres estão submetidas e expostas à violência. Assim, nos últimos dois anos (a partir de 2018), busca-se atender todas as mulheres com o intuito de prevenir toda e qualquer forma de discriminação e violência de gênero.

A prevenção no CRAM é desenvolvida como um trabalho regular, com atividades como a inserção da discussão em espaços inusitados (conforme citado acima) e a interação da arte e da cultura como formas de superação da violência. Esses são alguns meios encontrados para impactar e influenciar a sociedade, a fim de fomentar o debate da pauta feminista e de enfrentamento à violência contra as mulheres como modo de superação, de transcendência, de crescimento e amadurecimento de uma sociedade, onde de fato se conquistam e se atingem condições verdadeiramente igualitárias de tratamento de todos os cidadãos, independente de gênero.

O trabalho do CRAM visa, também, romper o ciclo da violência através da arte. Em 2018, em parceria com a UNILA, foi realizada a primeira edição do “CRAM em Cores”, evento que reuniu diversos artistas de grafite e muralismo, com o objetivo de revitalizar o espaço externo do equipamento e trazer visibilidade ao local (antes verde militar como quase todas as instituições existentes na rua Padre Bernardo Plate), visto que mesmo implementado em 2009, até então era um espaço pouco conhecido pelas mulheres iguaçuenses. O evento se estendeu por todo o dia; pela manhã, com reunião da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e Protocolo da Mulher. Ao final da reunião as participantes se envolveram ativamente na pintura de um estêncil com o símbolo de Vênus, no chamado “muro das emoções”. No período da tarde, uma programação cultural diversificada com sarau, poesia, música e teatro. O evento foi marcado, ainda, pela aplicação de uma gravura em *lambe lambe*, da artista de renome internacional Évelin Queiroz, enquanto do lado externo ocorria a pintura comemorativa e simbólica do local.

Ainda em 2018, as mulheres referenciadas no CRAM criaram, conjuntamente, um livro de pano intitulado “Recomeço de Mulheres Livres”, o qual foi inspirado no livro produzido pela comunidade do bairro Cidade Nova. O livro se utiliza do bordado para contar as histórias dessas mulheres, partindo da proposta de que o bordado, outrora, era entendido como um pressuposto e uma prenda para o casamento e, hoje, é utilizado como uma forma de dar voz política às mulheres assistidas.

Foram promovidas, pela unidade de Foz do Iguaçu, duas edições da exposição “Musas”, fruto de uma parceria do CRAM com o *Tetris Container Hostel* e a artista plástica local Cleise Vidal. A primeira edição, “Musas – Do mito à realidade”, ocorreu em 2018, com exposição de obras de arte de 22 artistas locais, com música, bazar e palestra. A segunda edição, “Musas – Papéis Ressignificados”, em 2019, teve como objetivo expor os trabalhos de arteterapia confeccionados pelas mulheres atendidas pelo CRAM, os quais foram mediados pela psicóloga do Centro e a artista plástica local (citada acima). O objetivo é transformar o “Musas” em uma atividade social continuada.

Dentre os trabalhos preventivos realizados pelo Centro estão campanhas municipais e agendas (de eventos e ações) dos períodos do ano relacionados à Mulher. Em especial o mês de março (pois dia 08 é considerado o Dia Internacional da Mulher) e os “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”, evento este alinhado à agenda da ONU, realizado de 25 de novembro à 10 de dezembro. Outra campanha denominada “Você Não Está Sozinha” é a base atual no fortalecimento dos vínculos de apoio e comunitários das mulheres e serve como lema nas palestras e orientações com as instituições parceiras.

O planejamento da agenda anual prevê ações diferenciadas que envolvem arte e cultura, tais como música, pinturas, artesanato, literatura, entre outros, para debater

os temas relacionados à violência. Realizam-se atividades nos mais diversos formatos, desde a criação de um espaço interno (no CRAM) denominado Marielle Franco, com o objetivo de expor arte e trabalhos de mulheres negras do município, a disponibilização dos corredores do CRAM para exposição de banners com pesquisas acadêmicas relacionadas às questões de gênero e violência, passando por atividades internas de autocuidado com yoga, aula de zumba e defesa pessoal para as mulheres assistidas, palestras em boates, bares e casas noturnas, bem como ações temáticas, passeio ciclístico, jogos de futebol, rodas de conversas, sarau, amostra cultural e de cinema, dentre outras.

Entende-se que o fenômeno da violência pode ser superado por meio da mudança de cultura e das bases estruturais que sustentam o preconceito e a discriminação das questões de gênero, por isso debater, fomentar, dialogar, “encenar” sobre o tema se torna um movimento imprescindível para a superação da violência. Nesse caso, o verdadeiro e último objetivo é a promoção de um despertar de consciência com base numa nova cultura, estabelecendo, assim, na sociedade, profundo respeito e sentimento de paz e pacificação, especialmente no que tange ao trato da sociedade com o universo feminino e tudo o que diz respeito às mulheres.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres preconiza ações sociais que atuem na desconstrução dos estereótipos e papéis de gênero, os quais desqualificam a mulher e reforçam padrões machistas impostos pelo patriarcado. Esses estereótipos e papéis podem ser entendidos como geradores de desigualdades que acabam por impor relações de dominação e de poder de homens sobre mulheres. Nesse sentido, as ações preventivas contemplam, também, pautas da diversidade de gênero, raça e etnia, com vistas à promoção de uma sociedade igualitária, sem violência. A prevenção voltada especificamente à violência doméstica visa romper com a cultura do silêncio, por se tratar de uma violência que ocorre no âmbito privado, tendo por objetivo fortalecer a rede de apoio das mulheres e os vínculos comunitários e, assim, encorajar outras mulheres a denunciarem e saírem do ciclo da violência.

Em sua prática cotidiana, o CRAM realiza ações voltadas ao combate à violência e exploração de mulheres por meio da articulação e mediação com os serviços judiciários e com as forças de segurança, que garantem o cumprimento da Lei Maria da Penha. No município de Foz do Iguaçu a rede de enfrentamento conta com a Delegacia da Mulher, Delegacia da Polícia Civil, Juizado de Violência Doméstica e Familiar, Patrulha Maria da Penha, Polícia Militar e Guarda Municipal que realizam ações de combate à violência contra as mulheres. Além dos trabalhos de prevenção e os atendimentos realizados pela unidade, o Centro também tem como função articular a rede de atendimento do município. De acordo com a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência, é um dos deveres do CRAM:

Articular os equipamentos e os serviços da rede de atendimento para que as necessidades da mulher em situação de violência sejam prioritariamente consideradas, de forma geral e nos casos concretos, e para que o atendimento seja qualificado e humanizado. Mulheres em situação de violência geralmente desconhecem os serviços, equipamentos e procedimentos da rede de atendimento, sendo importante para sua tranquilidade a presença de um(a) profissional que atue como referência, o(a) qual deve informar a mulher atendida de todos seus direitos e deveres (BRASIL, 2006a, p. 11).

Essa tarefa de articulação e de posicionar-se como referência nem sempre é fácil de ser realizada. Há certa dificuldade em estabelecer a rede e fazê-la fluir. Pensando em facilitar a articulação e o atendimento da rede, ocorreu o pré-lançamento, em dezembro de 2018, do "Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência do Município de Foz do Iguaçu – PR". O protocolo foi fruto de um trabalho coletivo, articulado pelo CRAM em parceria com o Ministério Público e outras entidades. O objetivo do protocolo é alinhar os procedimentos entre as instituições que compõem a rede (segurança, saúde, habitação, dentre outras).

No que diz respeito à garantia dos direitos humanos das mulheres, a Política da Mulher segue as recomendações dos tratados internacionais. De modo mais específico, as diretrizes que constam na Convenção de Belém do Pará e na Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) da ONU, norteiam boa parte da política para mulheres, ou seja, sendo, também, bases regulamentadoras das ações do CRAM.

A Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção de Belém do Pará foram amplas o bastante, primeiro, para quebrar, no âmbito jurídico, a dicotomia entre o público e o privado; segundo, para abarcar tanto direitos civis e políticos, quanto direitos econômicos, sociais e culturais, ressaltando a necessidade de implementação de ambas as categorias de direitos para o desenvolvimento da dignidade humana (PIOVESAN; IKAWA, 2004, p. 51).

A atividade de assistência está relacionada com a função primeira dos CRAMs, no sentido do atendimento especializado e humanizado para os casos de violência contra as mulheres. O CRAM vem, ao longo desses anos, focado em seu objetivo de atuar intensivamente no enfrentamento à violência contra as mulheres e, em especial, na preservação de vidas femininas, mas não longe de desafios cotidianos, tais como a ausência ou limitação de orçamento público. A ausência de recursos federais e o desmonte paulatino da Política Nacional da Mulher interferem diretamente na atuação dos serviços de enfrentamento à violência contra as mulheres. No município de Foz do

Iguaçu, o CRAM, por estar inserido na política de Assistência Social, é considerado um serviço transversal e conta com investimentos locais da iniciativa pública e de recursos livres para sua manutenção.

Diante da escassez de recursos financeiros nacionais para o enfrentamento à violência, paira a dúvida da permanência de serviços importantes que estão em funcionamento para a população de mulheres brasileiras em situação de violência. Destes serviços destacamos o “Ligue 180”, a central de atendimento à mulher, que opera de segunda a segunda durante 24 horas e que se destina a acolher mulheres de todo o Brasil, com atendimento especializado para auxiliar a mulher a encontrar a delegacia mais próxima e a identificar os serviços e equipamentos locais, por meio de ligações gratuitas.

Referências

BRASIL. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. *Norma Técnica de Padronização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006a.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 08 ago. 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 08 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 11.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm>. Acesso em: 08 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. *Nações Unidas Brasil*, [S.l.], 09 abr. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

PIOVESAN, F.; IKAWA, D. A Violência Doméstica Contra a Mulher e a Proteção dos Direitos Humanos. In: SÃO PAULO. Procuradoria Geral do Estado. Grupo de Trabalho de Direitos Humanos. *Direitos Humanos no Cotidiano Jurídico*. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 2004. p. 43-71. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/Direitos%20Humanos.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2020.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SEGATO, R. *Las Estructuras Elementares de La Violencia: Ensayos sobre el género, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Quilmes: Prometeo, 2003.

TELES, M. A. de A.; MELO, M. *O que é violência contra a mulher*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Capítulo XI

Casa Abrigo: proteção, igualdade e justiça às mulheres em situação de violência doméstica de Foz do Iguaçu/PR

Bruna Homem de Souza Osman *

Jessica Aparecida Soares **

Introdução

As mulheres, no decorrer da história, foram inseridas em um contexto de submissão e de dominação de gênero que culminou em inúmeras situações de violência, figurando-as ora como objetos, ora como vítimas e, em alguns momentos, como cúmplices da violência sofrida.

Ocorre que essa cultura de subordinação de gênero passa a ser modificada, em especial, a partir da década de 1980, quando são ampliados os direitos das mulheres e o exercício de sua cidadania é evidenciado. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011a) do Governo Federal, juntamente com as Diretrizes Nacionais de Abrigamento às Mulheres em Situação de Violência (BRASIL, 2011b), passam a prever diversas ações e serviços, como meio de prevenção e combate, e, também, como meio de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência por meio de serviços, dentre eles, a Casa Abrigo.

Na perspectiva das mulheres vítimas de situação de violência doméstica em Foz do Iguaçu-PR, surge a presente pesquisa com a intenção de responder à seguinte questão norteadora: de que forma a Casa Abrigo de Foz do Iguaçu/PR proporciona às mulheres, em situação de violência doméstica, proteção, igualdade de gênero e Justiça?

Sugere-se que a referida Casa Abrigo proporcione às mulheres, em situação de violência doméstica, proteção, igualdade de gênero e Justiça como uma forma de possível efetivação da Política Pública voltada ao enfrentamento deste tipo de violência.

* Mestra em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2017). Pesquisadora do Grupo de Estudos em Direito Autoral e Industrial (GEDAI). Advogada.

E-mail: brunaosman@gmail.com

** Mestra em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (2017). Pesquisadora do Grupo de Estudos em Direito Autoral e Industrial (GEDAI); Servidora Pública Federal.

E-mail: jessicasoares.jas@gmail.com

Por conseguinte, o objetivo geral desta pesquisa é investigar a promoção de proteção, igualdade de gênero e Justiça pela Casa Abrigo às mulheres em situação de violência doméstica de Foz do Iguaçu/PR, e, assim, conseqüentemente, verificar a implementação de Políticas Públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra mulheres no município. Dessa forma, tem como objetivos específicos: a) identificar os diferentes discursos de violência contra mulher e de gênero; b) resgatar os marcos legais e as Políticas Públicas de Proteção às Mulheres no Brasil; c) verificar a função e analisar os dados da Casa Abrigo de Foz do Iguaçu/PR a fim de ponderar se o abrigamento promove proteção, igualdade de gênero e Justiça.

A pesquisa, quanto à metodologia, baseia-se no método dedutivo, pois o caminho percorrido é do geral para o específico. Quanto à forma de estudo, é exploratória, com utilização da técnica bibliográfica. Observa-se que o estudo compreende revisão sistemática de literatura e busca informações sobre um tema específico, ou seja, sobre a Casa Abrigo no contexto da violência doméstica contra mulher, sendo utilizada a ferramenta Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) para escolher os descritores “mulheres”, “violência doméstica” e “abrigo”, utilizando os indicadores booleanos “and” (“e”). Entre o período de março e abril de 2020, quando foram selecionados trabalhos dos últimos 10 anos, incluindo-se Teses de Doutorado, Dissertações de Mestrados e artigos indexados pela Biblioteca Eletrônica SCIELO e pelo Portal de Periódicos Capes. Apesar disso, identificou-se escassa produção científica que relaciona violência doméstica, mulheres e Casa Abrigo. Dessa forma, foram, ainda, utilizados livros e legislação relacionados à temática em estudo.

Para análise de dados cadastrais, fornecidos pela Casa Abrigo de Foz do Iguaçu/PR, foi necessário adotar procedimento investigativo de caráter quantitativo para a caracterização do perfil das mulheres que passaram pelo abrigamento entre os anos de 2004 a 2019, a fim de identificar o número de atendimento, a quantidade de medidas protetivas, o número de reincidências, a idade e, também, se o acolhimento efetivamente decorreu de violência doméstica.

Discursos de violência contra mulher e de gênero

As pesquisas com ênfase na violência contra as mulheres principiam com maior profundidade no início da década de 1980, sendo derivadas das “[...] mudanças sociais e políticas no país, acompanhando o desenvolvimento do movimento de mulheres e o processo de redemocratização” (MACDOWELL; IZUMINO, 2005, p. 147) e tinham como escopo principal, tornar perceptível na sociedade a violência contra a mulher.

Talvez, porque a subordinação das mulheres seja um fenômeno transgeográfico e transcultural, que não desaparece nem com o desenvolvimento econômico, nem com a

legislação sobre igualdade, vez que esses aspectos não produzem, por si só, resultados iguais e justos, nem no plano individual, nem no coletivo (COLLING, 2014).

Nesse viés, e sob o contexto das Ciências Sociais, MacDowell e Izumino (2005, p. 148) afirmam existir, na década de 1980, três correntes teóricas para “[...] compreender e definir o fenômeno social da violência contra as mulheres e a posição das mulheres em relação à violência”. São elas: *dominação masculina*, com supressão da autonomia e da liberdade feminina; *dominação patriarcal*, em que a mulher é tida como sujeito de direitos, mas sob controle social do masculino e, *relacional*, com existência de trocas e a mulher figurando como cúmplice, não mais como vítima da dominação e violência masculina (MACDOWELL; IZUMINO, 2005).

Com relação à primeira corrente, enfatiza Chauí (1985), que a mulher é tida como objeto e não como sujeito de direitos, ou seja, em circunstâncias de inferioridade ao homem, sem liberdade e sem capacidade de conduzir-se por conta própria. Sobre a segunda corrente, Saffioti (1987, p. 50) realça que o sistema “[...] patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração” imediatamente correlacionado ao campo econômico, assim, “[...] as mulheres são forçadas a ceder porque não têm poder suficiente pra consentir”. Mas a terceira corrente, que tem como embasamento teórico Gregori (1993, p. 184), permite uma releitura do passado, ao destacar que “[...] a mulher é cúmplice da reprodução dos papéis de gênero que alimentam a violência” e, como protagonista, diante da relativização entre dominação e vitimização, passa, a mulher, a não mais ser vítima, mas a estar em situação de violência.

Já no final da década de 1980, a partir dessa nova concepção e também “[...] sob a influência dos debates norte-americanos e franceses sobre a construção social do sexo e do gênero” (MACDOWELL; IZUMINO, 2005, p. 155), passa a ser utilizado “gênero” em substituição ao termo “mulher”. Relativamente ao “gênero”, Butler (2010) observa que não existem características universais, permanentes e amplas que possam ser interpretadas como uma identidade estável. No mesmo sentido, Alves (2004) retoma o dito por Butler (2010, p. 200): “[...] o gênero não deve ser interpretado como uma identidade estável”.

Em comparação, no que diz respeito à definição de violência de gênero, Saffioti (2004) afirma que é uma espécie de violência mais ampla, que pode compreender, além da violência doméstica entre homem e mulher, a violência intrafamiliar, que pode corresponder a membros de uma mesma família ou não, com consanguinidade ou afinidade, a/e ser evidenciada no interior ou fora do domicílio, atingindo, e, também, a pessoas que, apesar de não pertencerem à família, vivem, parcialmente ou integralmente no domicílio do agressor.

A partir da década de 1990, “[...] passa a existir preocupação com a ampliação dos direitos humanos das mulheres e o exercício de sua cidadania no âmbito das instituições

públicas, principalmente na esfera da Justiça” (MACDOWELL; IZUMINO, 2005, p. 158). Da mesma forma, Touraine (2007) percebe, diante do processo de saturação da hegemonia masculina, a existência da pós-mulher, com ânsia de liberdade e com discurso próprio, que na sociedade moderna passa a se olhar e viver para si.

Resgate de Marcos Legais e das Políticas Públicas de Proteção às Mulheres no Brasil

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de junho de 1994, também denominada como Convenção do Pará, entrou em vigência no Brasil a partir da promulgação do Decreto n. 1973, de agosto de 1996. O Artigo 1.o define como violência contra mulher: “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (BRASIL, 1996).

Percebe-se, assim, que a violência passa a alcançar, além dos danos físicos, as violações de cunho psicológico, sexual, material, financeiro, dentre outras formas, o estupro, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual, seja ela ocorrida no âmbito da família, da unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado, ou não, a sua residência, ou ainda, quer ocorra, ela, na comunidade e seja cometida por qualquer pessoa, incluídos, aí, o local de trabalho, as instituições educacionais, os serviços de saúde ou qualquer outro local, ou, também, seja ela perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

Insta observar que a Constituição Federal de 1988 avança, ao garantir igualdade de direitos entre homens e mulheres, entretanto, a inércia do Estado brasileiro para a efetivação de medidas era latente até a promulgação da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), que criou diversos mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, entre eles: os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Delegacias Especializadas; e, Casas Abrigo (BRASIL, 2006)

No que tange ao conceito, a Lei Maria da Penha segue os preceitos norteados pela Convenção do Pará, ou seja, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Em consonância com a Lei Maria da Penha, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011a), do Governo Federal, passa a estabelecer, juntamente com as Diretrizes Nacionais de Abrigamento às Mulheres em Situação de Violência (BRASIL, 2011b), as principais ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como assistência e garantias de direitos às mulheres em situação de violência por meio de

diversos serviços, os quais compõem uma rede de atendimento. São eles, os Centros de Referência (CRAS e CREAS), as Casas Abrigo, os Juizados de Violência Doméstica, as Delegacias da Mulher, as Ouvidorias e as Defensorias da Mulher.

Especificamente quanto às Casas Abrigo, as Diretrizes Nacionais de Abrigamento às Mulheres em Situação de Violência (BRASIL, 2011b) delimitam a sua conceituação como serviços sócio-assistenciais com função básica de acolher institucionalmente aquelas mulheres em situação de grave ameaça ou sob risco de morte, tendo, como horizonte temporal, o acolhimento de longa duração e caráter sigiloso. Dessa forma, verifica-se a possibilidade de afastar a mulher do ambiente de violência em situações críticas, a fim de impedir o agravamento da situação, além de ser medida essencial para garantir a integridade física, sexual ou social e proporcionar às mulheres o acesso a toda a rede de atendimento que visa a proteção e promoção de seus direitos.

Função e análise de dados da Casa Abrigo de Foz do Iguaçu/PR

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Mulher do Estado do Paraná, dentre os 399 Municípios, constata-se, até o início de 2020, a implementação de apenas 11 Casas Abrigo para acolhimento de mulheres em situação de violência, sendo que uma dessas unidades se encontra localizada no município de Foz do Iguaçu/PR.

Em 30 de março de 2004, a Organização Não-Governamental (ONG) Casa Família Maria Porta do Céu, cria a Casa Família Esperança e Vida, serviço, este, mantido por meio de recursos oriundos do cofinanciamento municipal e da Itaipu Binacional, mantenedora oficial do projeto. Em 2008, a Itaipu Binacional cessa o repasse de recursos e, a partir de maio de 2010, a Casa Abrigo passou a ser gerida pela ONG Lar dos Anjos (LACA).

No ano de 2011, a gestão do serviço passa a ser de responsabilidade da ONG religiosa Esperança em Cristo. Em 2013, o município assume integralmente o serviço da Casa Abrigo, que passou a ser gerida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo a localização e o telefone sigilosos.

Como recursos humanos, atualmente, possui Coordenadora, Psicóloga, Assistente Social, 3 Educadoras, 5 Cuidadoras, 2 Cozinheiras, 1 Auxiliar de Serviços Gerais.

A Casa Abrigo de Foz do Iguaçu/PR objetiva ser um espaço de proteção e segurança de caráter sigiloso e temporário, com vistas a oferecer as condições necessárias para a reconstrução da cidadania, resgate da autoestima e empoderamento de mulheres em situação de violência doméstica e sob risco e ameaça.

Especificamente, garante o acesso das mulheres em situação de violência doméstica e sob risco e ameaça aos serviços especializados e à rede de serviços, visando coibir e prevenir a violência doméstica e familiar, promovendo, de forma provisória,

medidas emergenciais de proteção, em local seguro, para acolher mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos, além de capacitar e desenvolver competências profissionais e habilidades empreendedoras em mulheres durante o acolhimento (FOZ DO IGUAÇU, 2020).

O acesso das mulheres à Casa Abrigo pode ocorrer por meio dos serviços de assistência social, por exemplo, Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) ou pela denúncia da violência, em que a Delegacia da Mulher realiza o encaminhamento aos órgãos competentes ou diretamente para a Casa Abrigo. O tempo de permanência das mulheres no local varia de acordo com cada caso, considerando o estado psicológico e as condições de segurança necessárias para retomarem suas vidas socialmente.

Observa-se que o abrigamento na Casa Abrigo é somente uma das fases do processo de acolhimento, pois, além de ter relação com o CRAM e Delegacia da Mulher, mantém estreita ligação com a rede local de atendimento: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Secretaria de Educação e Escolas; Conselho Tutelar; Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); Defensoria Pública do Estado; Núcleo de Práticas Jurídicas; Programa Habitacional; Organizações Não Governamentais (AFA e Aldeias Infantis); CINE/Trabalho; e Atenção Básica, proporcionando, assim, a possibilidade de intervenção nas áreas da saúde, jurídica, psicológica, assistencial e administrativa (BRASIL, 2011b).

Com relação às demandas escolares, nas escolas Municipais, os responsáveis pela Casa Abrigo realizam contato diretamente com a escola e solicitam atividades domiciliares aos filhos menores que estão abrigados com suas mães, sendo tais atividades desenvolvidas semanalmente. Nas escolas Estaduais, o contato é realizado por meio da intervenção do Conselho Tutelar, que solicita as atividades. Em ambos os casos, a depender do período de acolhimento da família e análise do risco, pode ser facultado o retorno da criança à escola, preferencialmente, em instituição mais próxima ao local de acolhimento. As demandas da área da saúde, quando o atendimento é emergencial, são supridas de pronto e, em casos em que existe a necessidade de um acompanhamento sistemático o atendimento é marcado na rede pública e a abrigada é acompanhada pela Educadora de plantão ou Equipe Técnica.

As saídas externas durante o acolhimento são evitadas, mas, quando necessárias, são realizadas sempre com o acompanhamento da Equipe de Apoio ou Equipe Técnica. Saídas da Casa Abrigo com a finalidade de trabalho, ou outras, não são autorizadas, contudo, em alguns casos, após o recebimento da Medida Protetiva pela Justiça, e depois um período de acolhimento e da análise da equipe técnica, tal saída pode ser considerada.

A Casa Abrigo mantém contato frequente com a Patrulha Maria da Penha, a qual presta apoio, em especial, na busca de pertences e outros na residência da abrigada.

Da mesma forma, mantém contato frequente com a Delegacia da Mulher e com o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA), quando as violações de direitos são referentes à criança e ao adolescente. Com o Fórum, o contato é frequente e direto com os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Foz do Iguaçu/PR, para acompanhar o andamento judicial das Medidas Protetivas.

A partir de dados cadastrais (Quadro 1), fornecidos pela Casa Abrigo de Foz do Iguaçu/PR, foi possível adotar procedimento investigativo de caráter quantitativo para caracterização do perfil das mulheres que passaram pelo abrigo, entre os anos de 2004 a 2019, para identificar o número de atendimentos, quantidade de medidas protetivas, número de reincidências e, também, se o acolhimento efetivamente decorreu de violência doméstica.

Quadro 1 – Dados cadastrais da Casa Abrigo de Foz do Iguaçu/PR entre os anos de 2004 a 2019.

Ano	Número de atendimentos	Número de crianças	Medidas protetivas	Número de reincidências	Agressor dependente químico	Violência doméstica	Estupro de vulnerável	Vulnerabilidade social
2004	17	—	14	1	5	14	3	3
2005	20	—	22	—	12	19	1	3
2006	18	—	19	1	11	17	1	2
2007	30	—	27	1	18	29	1	—
2008	27	—	28	—	20	26	1	1
2009	23	—	20	3	16	23	—	1
2010	39	—	34	2	26	38	1	4
2011	44	—	44	2	26	40	4	2
2012	35	—	31	1	20	33	2	2
2013	20	32	18	5	10	19	1	3
2014	30	52	23	7	15	26	4	6
2015	24	37	18	7	16	24	—	6
2016	46	71	46	8	41	43	3	0
2017	43	67	38	6	33	40	2	4
2018	62	76	47	11	36	58	3	11
2019	58	59	21	20	54	37	2	19

Fonte: Foz do Iguaçu (2020).

Dessa forma, ao analisarmos o Quadro 1, é possível identificar que, entre os anos de janeiro de 2004 e dezembro de 2009, foram realizados 536 atendimentos, com

crescimento de demandas no decorrer dos anos. Desses atendimentos, 486 situações indicadas (90,67%) foram oriundas de violência doméstica e, em 450 ocorrências (83,95%), foram necessárias Medidas Protetivas, vez que, em 359 ocasiões (66,97%), o agressor era dependente químico.

Destaca-se o número de reincidências no período analisado, alcançando 75 casos dentre os 536 atendimentos, o que corresponde a um percentual de 13,99%.

Os dados que relacionam número de menores e estupro de vulnerável ficaram prejudicados, posto que os primeiros passaram a ser coletados a partir de 2013 e, quanto ao segundo, no quadro repassado pela Casa Abrigo, constam espaços em branco, não sendo possível precisar se corresponde a nenhum caso ou se os dados foram perdidos. O mesmo acontece com os dados relativos à vulnerabilidade social.

Considerações finais

Baseando-se nos dados colacionados, como também nas informações compiladas acerca das atividades da Casa Abrigo de Foz do Iguaçu/PR e suas relações com a rede local de atendimento que possibilita à mulher vítima ou em situação de violência amplo atendimento e suporte nas áreas da saúde, jurídica, psicológica, assistencial e administrativa, é possível identificar que, para essas mulheres, público-alvo da Casa Abrigo, existe a promoção de proteção, igualdade de gênero e Justiça.

A proteção figura no abrigo em ocasiões de extrema violência, com risco iminente de morte, além de ser um local que oferece suporte psicológico e emocional.

A igualdade de gênero está presente no empoderamento de mulheres e no incremento de sua autonomia para a reinserção social, com possibilidade de geração de renda própria.

A Justiça, por sua vez, no rompimento da relação violenta por meio de medidas protetivas e de acesso facilitado ao Judiciário, com esclarecimento quanto aos direitos da mulher frente à situação de violência.

A Casa Abrigo de Foz do Iguaçu/PR é, portanto, local humanizado e de reestruturação, pois seus objetivos proporcionam a quebra de paradigmas, a mudança de discursos de submissão e de vitimização das mulheres, fornecendo os elementos necessários para fortalecimento da pós-mulher e rompimento dos vínculos ou relações de dependência e de violência, como também os meios para que a mulher enfrente a violência.

Referências

- ALVES, F. L. *Corpo feminino na noite: o laboratório sociocultural da pós-mulher*. 2013. 198 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.
- BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 ago. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 08 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BRASIL. *Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011a. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BRASIL. *Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência*. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011b. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia>>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da idade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 200.
- CHAUÍ, M. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEILBORN, M. L. (Orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. São Paulo: Zahar Editores, 1985. 4 v. p. 23-62.
- COLLING, A. M. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Cidade: Dourados, MS. Editora UFGD, 2014.
- FOZ DO IGUAÇU. Casa Abrigo Mulheres. *Relatório de dados cadastrais e atividades da Casa Abrigo de Foz do Iguaçu/PR*. Mensagem recebida por <casa.abrigo.mulheres@hotmail.com> em 12 mar. 2020.
- GREGORI, M. F. *Cenas e Queixas: Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e a Prática Feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MACDOWELL, C. S.; IZUMINO, W. P. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios De América Latina Y El Caribe*, Tel Aviv, v. 16, n. 11, p. 147-164, 2005. Disponível em: <<http://www3.tau.ac.il/ojs/index.php/eial/article/view/482>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do Macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TOURAINÉ, A. *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes, 2007.

Capítulo XII

Gênero em tempos de cólera: estudo de caso dos *campi* avançados do Instituto Federal do Paraná

Michele de Oliveira Jimenez *

Milene Lourenço Rocha Leitzke **

Introdução

Como discutir gênero em tempos de cólera? Isto é, como discutir gênero sob um governo que desconsidera as questões sobre gênero? No entanto, o atual governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) não é o único responsável pelas tensões em torno deste tema, já que elas se acirraram nas últimas décadas no Brasil, com o suposto kit gay (na verdade, Projeto Escola sem Homofobia); com as disputas políticas e ideológicas em torno do PNE – Plano Nacional de Educação (2014-2024), em que as discussões sobre gênero, identidade de gênero ou orientação sexual foram suprimidas, o que gerou um efeito cascata em todos os planos municipais e estaduais de educação; e, por fim, com a total supressão de gênero e orientação sexual da BNCC – Base Nacional Curricular Comum. Há que se destacar também a expressiva notoriedade do Movimento Escola Sem Partido, a partir de 2015, com o combate à suposta ideologia de gênero, após a promulgação do Plano Nacional de Educação, e em meio ao movimento que defendia o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Como gênero é um campo em disputa, para cada ação contra as discussões, há uma reação, seja o Movimento Professores Contra o Escola sem Partido, seja com diversos estudos nos programas de pós-graduação rebatendo a tese da suposta ideologia de

* Graduação em Letras pela Universidade Paranaense (2008), graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2009) e mestrado em Letras – Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2011). É servidora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como Técnica em Assuntos Educacionais e atua na Pró-Reitoria de Extensão.

E-mail: michele.jimenez@unila.edu.br

** Graduação em Comunicação Social – Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina. Mestrado em Administração, com ênfase em Gestão e Sustentabilidade – linha de pesquisa: Gestão de Organizações, no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina. Especialização em Assessoria de Comunicação. Experiência no ensino à distância, ministrando aulas ao vivo e 100% online. Na pós graduação, atua nas áreas de Administração, Comunicação e Marketing. Atualmente é Relações Públicas da Universidade Federal da Integração Latino-americana – UNILA.

E-mail: milene.leitzke@unila.edu.br

gênero, ou, ainda, as manifestações estudantis durante as ocupações secundaristas de 2016. Dessa forma, mesmo que as discussões sobre gênero tenham sido retiradas do PNE 2014-2024 e da própria BNCC, e conseqüentemente dos PNEs estaduais e municipais, isso não as retira ou retirou da escola. Elas continuam existindo, em tempos de cólera ou não; tal qual a Esfinge de Tebas, elas nos desafiam: “decifra-me ou te devoro”.

Nesse sentido, pretendemos discutir como as questões sobre gênero estão presentes no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, dos campi avançados do Instituto Federal do Paraná. Para isso, foi realizada uma análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e dos projetos de ensino, pesquisa ou extensão. O estudo foi centrado em quatro dos seis campi avançados do Instituto Federal do Paraná – IFPR: Astorga, Barracão, Goioerê e Quedas do Iguaçu, uma vez que os *campi* Arapongas e Coronel Vivida não possuem o curso Técnico em Informática.

Foram realizadas as seguintes etapas: a) levantamento bibliográfico e pesquisa documental sobre o IFPR e os *campi* avançados; b) pesquisa nos Projetos Pedagógicos de Curso, utilizando-se das seguintes palavras-chaves: gênero, diversidade e diversidade sexual, sexualidade, sexo, orientação sexual e identidade de gênero; c) pesquisa, por meio de e-mail enviado aos Copes – Comitês de Ensino, Pesquisa e Extensão dos campi avançados, sobre os seguintes temas: gênero, relações de gênero, desigualdades de gênero, feminismos, masculinidades, intersecção raça-classe-gênero, sexualidade, diversidade sexual, corpo e gênero na escola; d) pesquisa dos projetos apresentados pelos Copes, de acordo com o cadastro no currículo lattes dos coordenadores dessas ações; e) análise e comparação dos dados obtidos, realizada a partir de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), separadas em categorias que emergiram do campo teórico e empírico.

Tendo em vista uma melhor disposição das informações, organizamos este artigo da seguinte maneira: iniciamos com uma apresentação do IFPR e do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; em seguida, apresentamos um diálogo entre as questões conceituais, discutidas por Butler (2003), Scott (1995; 2008), Louro (1997, 2007), e demais autores, com os dados coletados no campo empírico deste estudo; por fim, as considerações finais a partir das discussões apresentadas.

Discutir gênero em tempos de cólera é primordial para que possamos entender a nossa atual sociedade baseada no patriarcado (HOOKS, 2018), e propor ações que colaborem para uma sociedade mais igualitária, e menos patriarcal. Assim como Guacira Lopes Louro (2007, p. 203) sentimo-nos autorizadas “a afirmar que a sexualidade ou as tensões em torno da sexualidade constituem-se numa questão que vale a pena colocar em primeiro plano”.

IFPR e o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio

O IFPR possui vinte e seis *campi*, dois Centros de Referência (São José dos Pinhais e Toledo) e uma Reitoria, a qual está localizada na capital do estado, Curitiba. Atualmente, conta com aproximadamente 20.000 alunos presenciais e 14.000 alunos a distância. Possui *campi* em todas as regiões do estado paranaense, sendo que a abrangência de atuação deles se multiplica quando se “concebe sua atuação em rede” (PACHECO, 2010, p. 18). A criação dos primeiros cinco *campi* avançados fez parte do Plano de Expansão 2013-2014, conseqüentemente proporcionando maior interiorização do IFPR, uma vez que são localizados, estrategicamente, nas cidades do interior do estado: Astorga, Arapongas, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu, com população abaixo de 35.000 habitantes e economia pautada nos setores de serviços e agropecuário – exceção feita à Arapongas, que possui aproximadamente 100.000 habitantes. O objetivo dos *campi* avançados é ofertar, prioritariamente, ensino técnico (médio), formação inicial e continuada, e cursos EAD.

O curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio se constitui como parte da própria identidade do IFPR, tendo em vista que está presente em vinte dos vinte e seis *campi* do instituto, sendo o curso mais ofertado em todo o IFPR, seguido pelos cursos técnicos em Administração (cinco *campi*, nenhum avançado); Técnico em Administração (cinco *campi* também, mas em dois *campi* avançados); e Técnico em Alimentos (quatro *campi*, nenhum avançado). No caso dos *campi* avançados, somente dois *campi* não oferecem esse curso: Coronel Vivida e Arapongas. Nos outros quatro *campi* avançados, objetos deste estudo, o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio é o único curso que os *campi* possuem em comum, e é também o único curso ofertado por Quedas do Iguaçu e Astorga, de maneira integrada. Dessa forma, o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio constitui-se como uma importante amostra para compreender o trabalho com gênero no IFPR como um todo.

Decifra-me ou te devoro? “Decifrando” o gênero dos *campi* avançados do IFPR

Neste tópico, discutiremos como as questões sobre gênero estão presentes no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, dos *campi* avançados do Instituto Federal do Paraná. Para isso, utilizamos a versão vigente dos Projetos Pedagógicos de Cursos – PPCs disponíveis no site dos *campi* avançados. O PPC mais antigo é o de Astorga (2014), seguido por Goioerê (2016). Já a edição vigente de Quedas do Iguaçu e Barracão é de 2017. Como os Institutos Federais gozam da mesma

autonomia das universidades, cada *campus* possui um Projeto Político Pedagógico de acordo com a realidade das cidades onde estão inseridos.

Para a coleta de dados sobre os projetos de ensino, pesquisa ou extensão, pesquisamos, primeiramente, nas páginas de cada *campus*, em busca de tais informações, tendo em vista a Lei de Acesso à Informação. No entanto, apesar de aparecer em alguns campi um menu exclusivo para o Cope – órgão responsável por aprovar e institucionalizar tais ações no IFPR –, não havia informações sobre os projetos desenvolvidos. Sendo assim, foram enviados e-mails aos presidentes dos Copes, solicitando os projetos de ensino, pesquisa ou extensão que tratassem dos temas gênero, relações de gênero, desigualdades de gênero, feminismos, masculinidades, intersecção raça-classe-gênero, sexualidade, diversidade sexual, corpo e gênero na escola. O único Cope que não respondeu foi o de Goioerê. O Cope de Barracão solicitou autorização para enviar a demanda aos professores, no entanto, não encaminhou as respostas.

A fim de identificar as temáticas tratadas por cada projeto, houve a pesquisa no currículo lattes do(a) coordenador(a) da ação, para levantar mais informações. As informações coletadas em todas as fontes citadas serão analisadas com base em categorias teóricas e que emergiram dos dados.

Gênero como conceito socialmente construído

Para Judith Butler (2003), o gênero é socialmente construído, rompendo com a tese de sexo binário, criticando a posição de Simone de Beauvoir. Assim, “gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo” (BUTLER, 2003, p. 24).

Quando analisamos os campi avançados, observamos que a palavra gênero nos PPCs de Astorga, Goioerê e Quedas do Iguaçu se referia apenas aos gêneros textuais, discursivos ou literários. Já Barracão previa o trabalho com gênero em dois itens distintos no PPC:

1) na Organização Curricular (item 3.10), em que

são fundamentais os princípios do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do território, o reconhecimento dos sujeitos e sua diversidade, a acessibilidade garantida a todos que necessitam de condições diferenciadas, o reconhecimento das identidades étnico raciais e de gênero e o reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades nas formas de produção, processos de trabalho e das culturas (IFPR BARRACÃO, 2017, p. 22).

2) na Ementa da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura III, em que há a previsão de “discussão de temas da atualidade, inclusive que abordam as questões étnico-raciais e de gênero” (IFPR BARRAÇÃO, 2017, p. 33).

Esse dado demonstra que, se partirmos do pressuposto de que gênero é uma construção social, surge uma série de indagações relacionadas ao modo como as questões sobre gênero estão sendo construídas pelos jovens estudantes da instituição, pois o gênero é constituído em conjunto com outras variáveis, a fim de compor a identidade dos sujeitos (BIROLI, 2016; LOURO, 1997; SEGATTO, 1998). Quais são as identidades que estão sendo constituídas? Quais são as percepções destes alunos? Será que eles enxergam a palavra gênero além da linguística? Como o gênero está invisibilizado dentro dos PPCs, esses estudantes buscam informações em outras fontes, às vezes não tão seguras ou/e baseadas no conhecimento científico, como seria na escola.

De certa forma, estes dados são preocupantes, já que gênero não está apenas relacionado à questão biológica do ser humano, embora gênero e sexo sejam facilmente confundidos (BUTLER, 2003; SCOTT, 1995). É preciso entender que o “gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 1997, p. 21).

Embora vinculada às vivências sociais de cada indivíduo, há diferentes maneiras para se relacionar com as questões de gênero. Louro (2007, p. 205) define que “essa diversidade, que pode, aos olhos de uns, parecer catastrófica, também pode, aos olhos de muitos, ser saudada como indicadora da vitalidade e da contemporaneidade dos campos teóricos e políticos” dos estudos sobre gênero e sexualidade.

Em contrapartida, quando analisamos os projetos sobre gênero no ensino, pesquisa e extensão, observamos que alguns *campi* desenvolvem ou desenvolveram ações que coadunam com uma discussão real, sexual e biológica da questão do gênero. O quadro a seguir traz essas informações:

Quadro 1 – Projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão sobre gênero nos *campi* avançados (continua)

<i>Campi</i>	Projeto	Início	Tipo do Projeto	Situação
Astorga	<i>A Esfinge – olhares e práticas multirreferenciais e interdisciplinares em educação</i>	2017	Pesquisa	Em andamento
	<i>Cálculo mais que divertido, um caminho para a inclusão das mulheres na ciência</i>	2017	Extensão	Finalizado

(conclusão) Quadro 1 – Projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão sobre gênero nos *campi* avançados

<i>Campi</i>	Projeto	Início	Tipo do Projeto	Situação
Astorga	<i>O clube de leitura Leia Mais Mulheres no Campus Avançado Astorga: conversando sobre a presença feminina na literatura</i>	2019	Extensão	Em andamento
Quedas do Iguaçu	<i>Plurilismos e pluriculturalidade: viver, experimentar e ser</i>	2018	Pesquisa	Finalizado

Fonte: Copes dos campi avançados do IFPR.

Nota: As informações foram trabalhadas pelas autoras (2019-2020).

Dos projetos constantes no Quadro 1, há somente dois que abordam explicitamente alguma temática relacionada ao gênero: *O clube de leitura Leia Mais Mulheres no Campus Avançado Astorga: conversando sobre a presença feminina na literatura* e *Cálculo mais que divertido, um caminho para a inclusão das mulheres na ciência*. O projeto *Clube da Leitura Leia Mais Mulheres*, inspirado no projeto *Read Women 2014*, de Joanna Walsh, consiste em ler livros de mulheres, tanto brasileiras quanto estrangeiras, de modo a ampliar o repertório de leitura dos estudantes, incluindo autoras pouco conhecidas ou periféricas. O projeto *Cálculo mais que divertido* consiste em um curso de pré-cálculo direcionado para as meninas, em parceria com *WLF Program* (uma ONG norte-americana), com o intuito de estimular o interesse de meninas para a ciência, principalmente na área de exatas.

Diante disso, mesmo sendo um avanço a inclusão dessas discussões no currículo, ainda observamos que as questões sobre gênero se prendem na dicotomia “homem vs mulheres”. Se observarmos, alguns dos projetos apresentados se prendem em inserir discussões sobre as mulheres e sobre o feminino, desconsiderando toda a diversidade de gênero presente em nossa sociedade. Segundo Butler (2003), o gênero não pode ser discutido apenas na relação “homem vs mulher”, tendo em vista que há infinitas combinações para a identidade de gênero, já que “ninguém nasce com um gênero – o gênero é sempre adquirido” (BUTLER, 2003, p. 163).

Em complemento aos dados observados, vale ressaltar que todos os coordenadores do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio são homens, ou seja, não há mulheres no posto de liderança do curso, o que dificulta que as meninas se sintam representadas, ou tenham em quem se inspirar para seguir na carreira técnica – apesar de que um dos projetos, o *Clube de Leitura*, é coordenado por uma mulher. Dessa forma, “o fato é que a grande diferença que percebemos entre homens e mulheres é construída

socialmente, desde o nascimento, quando meninos e meninas são ensinados a agir de acordo como são identificadas, a ter um papel de gênero ‘adequado’” (JESUS, 2012, p. 8). Se privamos as meninas de terem em que se espelhar na liderança, o papel de gênero delas sempre será subalterno em relação aos meninos, o que irá contribuir para a manutenção do patriarcado, que nada mais é do que o sexismo institucionalizado, baseado no sistema de dominação, em que os homens são os maiores beneficiados (HOOKS, 2018).

Embora ouçamos muito, no senso comum, que as questões de gênero são “mimimi”, ou que as mulheres fazem muito “mimimi”, o Relatório da Unesco *Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM)*¹ apresenta dados alarmantes. O desinteresse das meninas pela ciência começa na adolescência (faixa etária dos cursos técnicos integrados do IFPR), por acreditarem que precisam de profissões de cuidado ou de que não são capazes de avançarem nas áreas de exatas, e há somente 3% matriculadas na área de TI. A partir de 2020, 98% dos postos de trabalho irão necessitar de formação em TI, ou seja, haverá 1 milhão de postos vazios na área de computação, o que torna o curso Técnico em Informática um potencial campo de formação e ascensão social, tanto para meninos quanto para meninas, se esse curso oferecer igualdade de condições.

Gênero e Sexualidade

Buscamos observar em que momento a temática gênero aparece vinculada à sexualidade, pois discutir gênero e sexualidade permite entender as

distintas formas de dominação e objetivação, entrecortando e cruzando linhas de continuidade e descontinuidade discursivas que operam na (re)definição e nos deslocamentos de posições de sujeito, no sentido também de nossos pertencimentos, nossos desejos, nossos interesses (POCAHY, 2011, p. 26).

Analisando os PPCs, observamos que houve apenas uma referência à sexualidade, no PPC de Quedas do Iguaçu, nas bibliografias das disciplinas Filosofia II e III, com as seguintes indicações de leituras: *Genealogia da ética subjetiva e sexualidade e Ética, sexualidade e política*, de Foucault. Todavia, na ementa, não é explícito como esse conteúdo seria trabalhado. Sexo é citado apenas na ementa da disciplina de Biologia III do PPC de Barracão, por meio do conteúdo *Genética ligada ao sexo*. Tanto Butler (2003) quanto Scott

¹ Para consultar o relatório completo, acesse: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264691>>.

(1995) defendem que, embora possam ser confundidos ou tratados como sinônimos, gênero e sexo não são a mesma coisa; um não é resultado causal do outro. Gênero e sexo são categorias que conversam entre si, posto que são categorias complementares — ou seja, a sexualidade faz parte da experiência humana, não é uma esfera separada. Entretanto, nesses PPCs, é exatamente o oposto que ocorre: uma atribuição de uma carga desproporcional aos fatores genéticos e biológicos, esquecendo-se da construção social da qual o gênero é fruto, apresentando apenas uma visão aos estudantes — a de que o gênero é biológico, ao contrário do que Simone de Beauvoir (2009, p. 267) afirma na célebre frase: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

Ainda dentro desta categoria, outra surgiu no campo empírico: a diversidade. Ao buscar palavras-chave para identificar como as questões de gênero são discutidas nos *campi* estudados, emergiu a palavra *diversidade*, a qual aparece em vários momentos na análise dos PPCs. O tema diversidade foi o único que apareceu em todos os PPCs analisados. No entanto, não houve nenhuma referência à diversidade sexual, mas sim à diversidade no geral, ou em relação à cultura. No PPC de Astorga, a diversidade está prevista na ementa de Sociologia II, com o tema *Cultura e Diversidade, a fim de trabalhar relações sociais frente ao diferente, para o exercício da alteridade*. Barracão prevê o trabalho a partir dos temas *reconhecimento de diversidade cultural e social; diversidade de sujeitos e culturas presente na sala de aula; diversidade entre os estudantes; reconhecimento da diversidade dos estudantes*. Em Goioerê, há a previsão de *reconhecimento das diferenças e diversidades*, e em Quedas do Iguaçu, *o respeito à diversidade*. É interessante destacar que, na análise do PPC de Astorga, só houve menção ao trabalho com diversidade por meio da via cultural. Todavia, é o *campus* que mais oferta projetos cuja temática versa sobre gênero ou temas relacionados.

Falar em gênero e sexualidade é falar em relações de poder. Há uma forte cumplicidade entre as questões de gênero e as relações de poder que se estabelecem nos ambientes. Scott (1995, p. 89) afirma que “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política”, à medida em que o Estado exerce o controle sobre o gênero, como o que ocorreu com as discussões e a exclusão dos estudos de gênero do Plano Nacional de Educação de 2014-2024. Para a autora, o gênero possui duas partes: a) diferenças sociais entre os sexos; b) forma primária de relações de poder (SCOTT, 1995). Louro (1997, p. 41) também discute que o gênero é forjado “nas e pelas relações de poder”. Ainda de acordo com essas autoras, o Estado é uma das forças principais de poder exercidas sobre gênero, e as escolas como representantes do poder estatal, também estabelecem relações de poder ao definir o que é previsto ou não previsto sobre o trabalho com gênero, principalmente nos PPCs.

Sendo assim, “se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades

étnicas, de gênero, de classe” (LOURO, 1997, p. 86), precisamos compreender como as relações de gênero ocorrem nesse espaço plural e diverso, e no contexto da educação profissional e tecnológica. Em outras palavras, “as questões referentes à sexualidade estão, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros” (LOURO, 1997, p. 131), estão inclusive nas posturas políticas das pessoas que trabalham na escola, seja de forma escancarada ou não.

A ausência dessas questões nos PPCs dos cursos analisados não significa que não exista trabalho sobre isso nos *campi* avançados. Todavia, a ausência delas impossibilita compreender como estão sendo – ou não – trabalhadas na prática e no dia a dia dessas instituições.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos entender como as questões de gênero são abordadas no curso de TI dos *campi* avançados do IFPR. Como foi possível observar, as questões de gênero no curso perpassam muito por temas transversais ao conceito de gênero, o qual nunca esteve em destaque. Observamos que gênero está muito relacionado à linguística e à diversidade cultural; no entanto, como frisa Butler (2003), ao focar apenas nos aspectos culturais, perde-se a construção social, haja vista que o gênero pode ser invisibilizado, pois tudo se torna diversidade cultural, o que dificulta a análise dos outros fatores que atuam na construção do gênero socialmente.

Quando entendemos que gênero é uma construção social, desperta-se uma preocupação em como esses adolescentes estão se constituindo, o que estão pensando sobre o tema e como estão colocando em prática essas questões, as quais não são discutidas em sala de aula, tendo em vista a análise dos PPCs exclusivamente. Percebemos que os PPCS não apresentaram uma abordagem de gênero em seu sentido amplo, sexual, biológico, cultural e, principalmente, como construção social, em que diversos fatores atuam sobre ele. Há um longo caminho a ser percorrido pela instituição, de acordo com a pesquisa em documentos e nos projetos apresentados neste artigo, uma vez que não foi realizada nenhuma intervenção (presencial ou a distância) com os atores sociais do IFPR, tais como alunos, professores, técnicos ou a comunidade externa.

Destacamos também que as discussões sobre gênero são fundamentais em nossa sociedade, e a escola é um dos espaços que os alunos podem discutir questões, que, às vezes, não se sentem confortáveis em falar com os pais, por exemplo (ELOY, 2017). Tais questões já são discutidas nas escolas, insuficientemente, por meio de temas transversais – isto é, são conteúdos não obrigatórios do currículo –, como pode ser observado na análise dos PPCs dos *campi* avançados. Excluí-las ou trabalhá-las de forma parcial

e descontextualizada pode significar nunca discutir gênero. Segundo Djamila Ribeiro (2017), a invisibilidade mata; em outras palavras, não discutir gênero pode continuar matando as pessoas que não estão dentro da heteronormatividade.

Dessa forma, trabalhar com gênero nas escolas, por exemplo, é “esclarecer que determinadas práticas sexuais não são doentias e que o conceito de pecado é relativo. A questão de gênero possui desdobramentos que ultrapassam o mero comportamento sexual dos indivíduos” (SOUZA; OLIVEIRA, 2017, p. 125). Por fim, vale destacar a tese defendida por Louro (1997) de que as instituições possuem gênero ou são moldadas para determinado gênero, delimitando assim o espaço entre o que se pode ou não fazer, entre o que é considerado certo ou errado. Nesse sentido, qual é o gênero do IFPR?

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BIROLI, F. Redefinições do público e do privado no debate feminista: identidades, desigualdades e democracia. In: MIGUEL, L. F. (Org.). *Desigualdades e democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ELOY, D. O ESP sob o olhar da juventude. In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Org.). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- IFPR ASTORGA. *Projeto pedagógico do curso técnico em informática integrado ao ensino médio*. Disponível em: <<https://astorga.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/08/PPC-Curso-T%c3%a9cnico-em-Infom%c3%a1tica-Integrado-ao-Ensino-M%c3%a9dio-pdf.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.
- IFPR BARRACÃO. *Projeto pedagógico do curso técnico em informática*. Disponível em: <<https://barracao.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/PPC-TEC-INFORM%c3%81TICA-CAMPUS-BARRAC%c3%83O.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.
- IFPR GOIOERÊ. *Projeto pedagógico do curso técnico em informática integrado ao ensino médio – turma 2016*. Disponível em: <<https://barracao.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/PPC-TEC-INFORM%c3%81TICA-CAMPUS-BARRAC%c3%83O.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.
- IFPR QUEDAS DO IGUAÇU. *Projeto pedagógico do curso técnico em informática integrado ao ensino médio*. Disponível em: <<https://barracao.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/PPC-TEC-INFORM%c3%81TICA-CAMPUS-BARRAC%c3%83O.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.
- JESUS, J. G. de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. 2. ed. Brasília, 2012.
- HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
- LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46>>. Acesso em: 12 set. 2018.
- PACHECO, E. *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 set. 2018.

POCAHY, F. A. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. *Textura*, Canoas, n. 23, p. 18-30, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/984/766>>. Acesso em: 14 set. 2018.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala*. São Paulo: Letramentos, 2017.

SEGATTO, R. L. *Os percursos do gênero na antropologia e para além dela*. Brasília: Série Antropologia, 1998.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, J. W. *Gênero e história*. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SOUZA, R. F.; OLIVEIRA, T. F. de. A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, LLP, 2017.

Editora CLAE

2020

Realização:



Apoio:



PPGICAL
Programa de Pós-Graduação
em Integração Contemporânea
na América Latina